



R-

Maria Antónia Diniz Caetano Coutinho

ENUNCIÇÃO METAFÓRICA E TEXTO

Perspectivas de análise em textos de
Os Afluentes do Silêncio de Eugénio de Andrade



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
LISBOA 1990

23735

A Professora Doutora Luísa Opitz

pelo interesse partilhado, num campo
de investigação que orientou e
sedimentou o que em mim era
motivação antiga

pelo apoio, perspicácia e amplitude
de perspectivas que alicerçaram a
realização deste trabalho

Nos sabores e dissabores do percurso, estiveram comigo a
Doutora Helena Trigo, a Doutora Fernanda Menéndez e a
Doutora Ana Monção. Obrigada.

EM JEITO DE PREFÁCIO

"ici encore, ce que je dis
m'apprend ce que je vais dire."

D. Apotheloz

Tendo dado forma a este trabalho, muitas das influências teóricas que nele se fazem sentir continuam a ser motivo de reflexão e desenvolvimento.

Tê-las introduzido e mesmo procurado articulá-las reflecte pois um estágio da investigação - que o trabalho realizado relança.

INTRODUÇÃO

O lugar de destaque que Eugénio de Andrade ocupa no panorama da literatura portuguesa é um facto consagrado, que diversas e autorizadas vozes da nossa crítica literária cedo foram assinalando. O volume de que escolhemos ocupar-nos pode considerar-se único na produção do poeta: trata-se da recolha de textos em prosa intitulada Os Afluentes do Silêncio.

Data de 1968, a primeira edição reunia textos de carácter ensaístico sobre alguns nomes significativos das letras e das artes plásticas, e páginas de reflexão sobre a natureza

e constituição do acto poético. A crítica acolheu com agrado o acontecimento (1). A "invulgar finura crítica" com que o poeta comenta outros poetas, realçada por Eduardo Prado Coelho (1972:204), atribui-a Nuno Teixeira Neves (1971:401-2) a uma sabedoria analógica que permite ao autor captar em vias tão distintas das que ele próprio percorre o movimento de unificação que todo o acto poético procura. É neste sentido que Nuno Teixeira Neves afirma: "Também através da sua prosa (agora mais explicitadamente) Eugénio de Andrade visa a plenitude, (...) "(1971:406). No mesmo sentido em que poderíamos dizer que Os Afluentes do Silêncio exemplarmente manifestam o estatuto de função

(1) Não se pretendeu uma apresentação exaustiva da bibliografia disponível sobre Eugénio de Andrade. As referências feitas tornam presentes alguns pontos de vista - quer pela importância que lhes atribuímos no reconhecimento da obra, quer pela pertinência que adquirem no desenvolvimento do nosso próprio trabalho.

poética que Eduardo Lourenço reivindica para a crítica (1987:21;22) (2).

De facto, parece consensual o reconhecimento da indiscutível qualidade a que Eugénio de Andrade nos habituara, pelo menos desde As mãos e os Frutos, nesta prosa poética que, como também Luís de Miranda Rocha nota, "só inadvertidamente poderíamos considerar marginal". (1971:367). Ponto de vista, de resto, assumido pelo próprio

(2) Vem a propósito observar que já em A Poesia de Eugénio de Andrade (artigo publicado em 21 ensaios sobre Eugénio de Andrade e retomado em Tempo e Poesia, Eduardo Lourenço enuncia: "Como só o amigo fala bem do amigo, só o poeta devia falar do poeta". Se não reconhecessemos no aforismo a pertinência de uma lapidar argumentação, alguma má - consciência nos adviria pela total ausência de poeticidade com que

autor, quer na intenção do título (3), quer no acto mesmo de publicação, que não pode deixar de ser entendido como reconhecimento de qualidade apesar de, em breve prólogo, anunciar não gostar do livro.

Se este é um direito que lhe cabe, insistiremos no entanto em verificar a validade das razões para tal apresentadas - admitindo a hipótese de as mesmas contribuírem para explicar a qualidade que julgamos ter o próprio autor reconhecido.

Diz Eugénio de Andrade não gostar de "livros assim, esparsos e privados de arquitectura". Para defender que se trata de um livro unificado, poderíamos referir uma convergência temática global (o acto de criação),

viremos a falar da prosa poética de Eugénio de Andrade. Mas sabemos que o menos amigo pode bem dizer algumas verdades - o que só atesta a pragmática justeza de comparação utilizada por Eduardo Lourenço.

(3) Cf. ANDRADE 1979:49

partilhada entre a específica reflexão sobre o acto poético e o comentário de escritores e pintores - ou, se preferirmos a caracterização de João Rui de Sousa, distribuída por três grupos distintos de textos: de carácter evocativo, dedicados à interpretação artística, e de reflexão sobre a arte poética. (1971:194)

Mas admitimos que, nas suas primeiras edições, este foi um livro esparso - comparado com a versão definitiva, em 4ª edição (Junho de 1979). Conforme Notícia Bibliográfica nela inserida, introduzem-se então quatro textos novos (sobre Pascoaes, Rilke, Lopes-Graça e Orpheu), e três textos são deslocados para Rosto Precário, volume de prosa saído ainda no mesmo ano. Se tivermos presente a natureza dos últimos - uma entrevista (Da Palavra ao Silêncio) e dois textos (Poética e O Sacrifício de Ifigénia) que, de entre os que integravam a versão inicial, mais explicitamente constituem uma arte poética - reconheceremos que a prosa de carácter ensaístico e poético fixou a identidade da obra.

Se podemos chamar ensaios a estes textos depende já de uma outra questão - a que nos parece também colocar o autor, ao falar de "arquitectura". Sem nos determos na complexidade de elementos que importaria considerar na definição de uma

arquitectura textual, aceitá-la-emos determinada por um certo número de regularidades. Conviria portanto, antes de decidir que estes textos não obedecem a uma arquitectura de ensaio, identificar as regularidades que a caracterizam (e provavelmente distingui-las das que, por serem clássicas, com elas se podem confundir). Mas que o autor os considere "privados de arquitectura" solicita-nos para uma questão prévia: da análise a desenvolver neste trabalho esperamos dados que permitam confirmar a intuição, contrária àquele ponto de vista, de se verificarem algumas regularidades textuais em Os Afluentes do Silêncio.

A confirmar-se, esta hipótese justificaria provavelmente que se duvide da adequação dos termos em que Eugénio de Andrade formula a segunda das razões invocadas para não gostar do livro: "não ter sabido distinguir, na maioria destes escritos, a fronteira entre prosa e poesia".

Quanto a nós, importa ponderar as implicações de tal afirmação: "não ter sabido" fazê-lo baixa o índice de qualidade que legitimamente podíamos esperar do autor? e não distinguir aquela fronteira constitui necessariamente um anti-valor?

Eduardo Prado Coelho parece valorizar a diluição de fronteiras: "Eis um livro que torna fluidas todas as distinções entre prosa e poesia, entre crítica e criação." (1972:204). Mas esta posição não chega a constituir um ponto de vista contrário ao de Eugénio de Andrade - tanto mais que nenhuma reformulação mais explícita se nos oferece depois de, linhas adiante, deduzir do prólogo "a nitidez de fronteiras" como um dos valores maiores para o poeta. Subtilmente, Eduardo Prado Coelho desloca a questão: procura a reiteração daquele valor na "dispersa arte poética" que o livro contém, mas não o avalia no plano de configuração textual que julgamos ter Eugénio de Andrade considerado.

Realçando o carácter inesperado de vertente poética de Os Afluentes do Silêncio, João Rui de Sousa parece confirmar o ponto de vista do autor: "Efectivamente, embora na origem dos textos (...) esteja uma intenção que pouco ou nada tem a ver com um objectivo poético, verifica-se que na sua exploração acaba por vir largamente à superfície o poeta que o autor sobretudo é." (1971:193).

A sequência do comentário coloca-nos perante a constatação de que esta interferência poética na prosa não é o

desarticulado e mero recurso formal que o crítico considera frequente: "num terreno onde muitas vezes se dá saída a excessos verbais sem correspondência com um válido teor significativo, o escritor soube manter-se fiel àquela essencialidade formal, àquela segurança estilística, àquela vibração contida que sempre tem posto ao serviço do que Óscar Lopes chama, certamente, uma poesia do sim, da vida e da plenitude." (1971: 193-4).

Consideramos decisiva, para a questão que nos ocupa, esta demarcação dos textos de Os Afluentes do Silêncio de outros que diremos aparentarem o mesmo tipo de escrita. É pena, por isso, que João Rui de Sousa tenha rodeado dois aspectos que se nos afiguram de importância maior: designar o "terreno" em causa, e objectivar a constatação de que o autor exhibe, neste "terreno", as qualidades reconhecidas à sua poesia.

Luis de Miranda Rocha contribui significativamente para esta reflexão, sublinhando um nível de identificação entre os textos de Os Afluentes do Silêncio e a poesia do autor que, sem os vincular às "mesmas" qualidades desta, permitirá explicar o que neles constitui uma qualidade equivalente: "Estes textos são, quer-me parecer, o

resultado também de um trabalho intenso como a maior parte da poesia do poeta de Os Amantes sem Dinheiro". (1971:367). E não será certamente alheio à lucidez desta observação que o crítico não hesite em falar de prosa poética - ao contrário de João Rui de Sousa que, criticando o que é prática nesse "terreno", permite que entendamos a metáfora como recurso para fugir a etiquetar assim Os Afluentes do Silêncio. Escrúpulo vão, o de João Rui de Sousa: ele que justamente nota a qualidade que distingue aqueles textos, perde a ocasião de lembrar que a fertilidade do terreno não depende exclusivamente de características intrínsecas mas também, e talvez predominantemente, da forma como é tratado.

Na verdade, a posição de João Rui de Sousa sugere-nos a possibilidade de considerar uma ambiguidade paralela em Eugénio de Andrade, que explicaria a contradição entre publicar o livro - por lhe reconhecer qualidade - e não gostar dele - por menosprezar a prosa poética.

Apesar da distância que separa Rosto Precário da primeira edição de Os Afluentes do Silêncio, onde logo se introduz o prólogo, admitimos confirmar a nossa interpretação a forma como, em entrevista publicada naquele livro, o autor

caracteriza a prosa poética: "produto híbrido, quando não é mero subproduto, muito do gosto da sentimentalidade à portuguesa" (4). E convirá notar que tal apreciação não é determinada pela convergência de prosa e poesia, na medida em que se reconhece o poema em prosa como "um ser específico, com perfil próprio". (4)

Se esta avaliação se pode considerar justificada pelas imagens de prosa poética e poema em prosa disponíveis (5), julgamos que uma obra como *Os Afluentes do Silêncio* poderia constituir ocasião para rever ambas, no que diz respeito à prosa poética.

Em qualquer caso, a questão de "fronteira entre prosa e

(4) Cf. ANDRADE 1979:89-90

(5) Apesar de Eugénio de Andrade considerar que o poema em prosa "não tem entre nós tradição nem prestígio".
(ANDRADE 1979:89)

poesia" parece colocar-se em termos de reconhecimento e valorização de uma prática textual - ou, por outras palavras, subordinada a critérios de literariedade (veja-se, a este propósito, TODOROV 1969:105-9).

Vem a propósito lembrar como a constatação de "processos literários" em discursos considerados não literários ou literariamente menores leva autores como Todorov e Greimas a considerar a oposição entre literatura e não literatura subordinada a uma tipologia de discursos. (TODOROV 1975; GREIMAS - COURTES 1979). Enquanto Todorov chega a pôr em dúvida uma especificidade literária, Greimas faz substituir o conceito de literariedade intrínseca ao texto pelo de "conotação social", variável segundo as culturas e as épocas. (GREIMAS, COURTES 1979: 214).

Parece-nos pois pertinente desenvolver a reflexão no sentido de caracterizar, não a fronteira, mas a articulação entre prosa e poesia, numa prática textual aceite como prosa poética. Determinar a função que nesta assume a emergência do poético é uma tarefa que se pode dizer apontada em termos gerais por Jakobson:

"Toute tentative de réduire la sphère de la fonction poétique à la poésie, ou de confiner la poésie à la fonction poétique, n'aboutirait qu'à une simplification excessive et trompeuse. La fonction poétique n'est pas la seule fonction de l'art du langage, elle en est seulement la fonction dominante, déterminante, cependant que dans les autres activités verbales elle ne joue qu'un rôle subsidiaire, accessoire." (JAKOBSON 1963: 218)

Aguiar e Silva faz notar que, apesar desta observação, o estudo de Jakobson abrange apenas a "poesia versificada". (SILVA^[1963]1983⁵: 60, n. 40). O facto não desmerece, quanto a nós, a sugestão de Jakobson que, de resto, no desenvolvimento do bem conhecido artigo em questão, refere a complexidade dos problemas que, em sua opinião, pode suscitar a prosa, como fenómeno de transição entre a linguagem estritamente poética e a linguagem estritamente referencial (cf. Jakobson 1963:243). Se daqui se pode inferir, como julgamos, a utilização maleável de códigos (e subcódigos) linguísticos, será útil rever a questão do poético numa perspectiva comunicacional que, sem se cingir aos contributos da teoria da informação, dê conta dos

fenómenos interaccionais entre os interlocutores em presença.

Admitimos pois a determinação discursiva do poético - que restringiremos aos enunciados metafóricos. E aceitando ver o texto instituído através da actividade discursiva (6), propomo-nos verificar a hipótese de lhes caber uma função na organização textual.

O presente trabalho orientar-se-á assim no sentido de:

1. mostrar a pertinência de se encarar o fenómeno literário numa perspectiva comunicacional;

(6) Antecipamo-nos aqui ao que a explanação posterior virá a justificar; vejam-se em particular os capítulos 3 e 5.

2. esboçar uma caracterização da comunicação escrita e literária;
3. perspectivar o funcionamento discursivo da enunciação metafórica;
4. apresentar algumas questões que se consideram particularmente relevantes para a análise textual.

Através da análise de textos de Os Afluentes do Silêncio (5.), esperamos ver confirmado o interesse do percurso estabelecido e validado a hipótese de uma função textual dos enunciados metafóricos.

1. LITERARIEDADE E COMUNICAÇÃO

Na sequência de Peirce, que distinguiu o modo de funcionamento de diferentes tipos de signo, Morris entendeu a semiótica desdobrada em três disciplinas: à sintaxe, à semântica e à pragmática cabia descrever, respectivamente, a relação dos signos entre si, a relação com os objectos que representam e a relação com aqueles que os utilizam.

Assim introduzida, a pragmática constituiu para os estudos linguísticos, numa fase que podemos considerar inicial, uma reflexão suplementar. O sentido pragmático vinha "acrescentar-se" aos níveis de análise tidos como propriamente linguísticos: a organização sintáctica da

frase e a sua significação - entendida, na perspectiva da semântica vericondicional, que se apoia na lógica formal, em termos de condições de verdade, isto é, as condições requeridas para que possa ser atribuído à frase um valor de verdade, correspondente à sua adequação ao estado de coisas representado.

No percurso para a pragmática contemporânea, são decisivos os contributos de filósofos da escola analítica anglo-saxónica.

Concebendo a linguagem como possibilidade de realização de determinadas acções - actos de fala - que ligam os interlocutores, Austin (1962-1970) distingue actos ilocutórios, que se realizam através da enunciação (por exemplo, interrogar), de actos perlocutórios, que se realizam como consequência da enunciação (por exemplo, intimidar). A partir de uma generalização da noção de performatividade (1), Austin define os actos ilocutórios

(1) Apesar do termo não ser utilizado, a noção de

como acções realizadas através da enunciação, sujeitas a um determinado número de condições de emprego que têm a ver com a adequação contextual e cotextual e com o reconhecimento, por parte do interlocutor, da intencionalidade do locutor; constituem transformações de ordem institucional, criando direitos e obrigações entre os interlocutores; finalmente, são actos de carácter convencional, isto é, produzidos e reconhecidos no seio de uma instituição - a linguagem - que lhes confere existência.

A convencionalidade que define o acto ilocutório (e o distingue do perlocutório) permite considerar uma pragmática propriamente linguística, como Recanati fez notar: "Avec Austin, la pragmatique est réintégréée dans le

performatividade encontra-se já em Benveniste, num artigo de 1958 (BENVENISTE 1966:265). É no entanto a Austin que se deve a fixação do conceito: um enunciado é dito performativo se descreve uma acção presente do locutor e se a sua enunciação realiza essa mesma acção.

champ des études proprement linguistiques: elle n'est plus notamment l'étude de la "parole" au sens dépréciatif où Saussure emploie ce terme." (RECANATI 1979:11). Lembrando os termos em que Saussure define langue e parole, o autor prossegue: "Mais à cela on peut désormais répondre qu'il y a, "déposées dans chaque cerveau", des règles du jeu de la parole, communes à tous et placées en dehors de la volonté des dépositaires."

O nível pragmático de descrição linguística presta-se no entanto a opções teóricas diversas.

A manifesta insuficiência das "condições de verdade" para estabelecer o sentido de um enunciado que apresente uma força ilocutória de ordem ou de pergunta impôs uma reformulação em termos de condições de satisfação (de "felicidade", nos termos de Austin).

Enquanto a significação da frase determina as condições de satisfação, a que é suposta obedecer quando enunciada, o sentido do enunciado pode ser entendido como uma reavaliação dessas condições numa situação de enunciação concreta. A interferência de máximas conversacionais (GRICE

1975-79) (2) corresponderia pois à "pragmatização" do nível semântico, necessário sobretudo em caso de actos indirectos (SEARLE 1979).

Pode no entanto constatar-se que, pelo menos em alguns casos, os elementos que definem a significação da frase não são alheios à identificação da força ilocutória associada a um enunciado dessa mesma frase: é o caso por exemplo, do recurso ao imperativo para estabelecer uma força ilocutória de ordem, de fenómenos de modalização e pressuposição, da presença de conectores argumentativos.

Descrevendo em particular o funcionamento dos últimos - a sua presença num enunciado não contribui para descrever o

(2) Máximas de quantidade, qualidade, relação e maneira, contidas num princípio geral de cooperação (GRICE 1975-1979). A elas se pode fazer corresponder o que DUCROT chama leis de discurso (cf. DUCROT 1984: 95-114) e Kerbrat-Orecchioni competência retórico-pragmática (cf. KERBRAT ORECCHIONI 1986: 194-274).

estado das coisas representado, mas mostra a argumentatividade que se pretende através da enunciação. Anscombe e Ducrot propõem, uma pragmática integrada, isto é, interveniente desde o nível semântico da frase. A investigação desenvolvida levou estes autores a admitir a generalização da proposta: uma componente retórica (pragmática) agiria primeiro sobre a significação da frase (produto da componente linguística) em função da situação de enunciação; e uma segunda vez, actualizando ou modificando o seu sentido literal. (3)

Como Ducrot faz notar, a perspectiva da pragmática integrada toma em consideração o que num enunciado resiste a ser descrito em termos de condições de verdade. Longe de considerar esta "falta de lógica" como uma imperfeição dos predicados das línguas naturais, relativamente aos predicados lógicos, Ducrot pensa que ela manifesta o que considera função primeira das línguas: não veicular

(3) Sobre pragmática integrada, veja-se em particular ANSCOMBRE 1976, ANSCOMBRE E DUCROT 1983, DUCROT 1984.

informações, mas, "offrir aux interlocuteurs un ensemble de modes d'actions stéréotypés leur permettant de jouer et de s'imposer mutuellement des rôles (...)" (DUCROT 1984:111).

O desenvolvimento da pragmática linguística seria razão suficiente para se procurar verificar a dimensão comunicacional do fenómeno literário. Convém no entanto sublinhar que, se a literariedade não constitui uma propriedade intrínseca, mais uma razão haverá para se admitir considerar o texto literário como unidade pragmática, isto é, texto em situação - no inesgotável percurso de uma comunicação que se multiplica sem se repetir. Como sugere Bange, "La "littérarité" serait donc à situer au plan de la communication, dans le cadre d'une recherche pragmatique." (BANGE 1983: 148)

Mas quem julga embrenhar-se na tarefa de identificar uma especificidade da comunicação literária, não pode deixar de constatar que algo daquilo que parecia desvio ou pelo menos diferença relativamente à comunicação quotidiana é afinal decisivo para a compreensão da última. Repare-se como Ducrot (1984: 205-210), a braços com a construção/exposição de uma teoria polifónica da enunciação, é levado a recorrer a comparações com o teatro e a narrativa, de forma a

estabelecer ou clarificar os conceitos de sujeito falante, como ser empírico, produtor efectivo do enunciado, locutor como ser de discurso, responsável por esse enunciado, e enunciador, como ser que se exprime no enunciado sem que a responsabilidade do mesmo lhe possa ser atribuída. O objectivo de Ducrot é mostrar que existe no discurso quotidiano uma polifonia enunciativa que, além de permitir a não coincidência do sujeito falante com o locutor, pode fazer movimentar no palco de um enunciado outro locutor (fenómeno de dupla enunciação, de que o relato em discurso directo é apenas um dos casos) e enunciadores. Se para tal o recurso ao teatro e à narrativa se mostra operacional é porque o desdobramento que neles se manifesta assume ou adquire estatuto de evidência: no caso do teatro, atestado pela presença do público, alocutário de um locutor ausente (o autor) que se manifesta através de personagens; no caso da narrativa, consagrado no quadro dos estudos literários, nomeadamente depois de Genette 1972, através das noções de narrador e centro de perspectiva.

Importa no entanto verificar se o desdobramento de que falámos serve apenas como comparação ou constitui de facto um fenómeno de polifonia enunciativa. Para responder, temos

de ter em conta duas observações fundamentais no quadro desta teoria. Em primeiro lugar convirá recordar que, embora Ducrot se tenha por assim dizer inspirado no conceito de polifonia desenvolvido por Bakhtine, as duas noções não coincidem, como o próprio autor faz notar:

"Mais cette théorie de Bakhtine, à ma connaissance, a toujours été appliquée à des textes, c'est-à-dire à des suites d'énoncés, jamais aux énoncés dont ces textes sont constitués. De sorte qu'elle n'a pas abouti à mettre en doute le postulat selon lequel un énoncé isolé fait entendre une seule voix."

(DUCROT 1984:171)

Em segundo lugar impõe-se sublinhar a definição de enunciado que Ducrot insiste em precisar: entendido como ocorrência de frase, entidade gramatical abstracta, ele é no entanto delimitado por princípios de coesão e independência que lhe conferem uma determinada autonomia (DUCROT 1984:174-5).

Se consideramos nestes termos uma peça de teatro, poderemos observar dois registos polifónicos. Um, em que o texto no seu conjunto aparece como coeso e independente, produto de

uma escolha única e, como tal, constituindo um único enunciado em que o locutor, coincidente com o sujeito falante (autor + actores), faz ouvir vozes de enunciadores (as personagens). O outro registo, que corresponde mais directamente às investigações de Ducrot, será necessariamente outros registos: recuando autor e actores para o papel exclusivo de sujeito falante e sendo as personagens locutores, instalar-se-á no(s) enunciado(s) de cada locutor uma cena polifónica idêntica à do discurso quotidiano. Repare-se:

"C'est même la distinction, dans le langage ordinaire, du locuteur et du sujet parlant qui le rend apte à l'utilisation particulière qu' en fait le théâtre: le propre du théâtre, par rapport au récit pur, c'est-à-dire au récit sans dialogue rapporté au style direct, est que la fonction sémiologique d'énonciateur y est remplie par un être, le personnage, qui, en ce qui concerne l'emploi fait du langage ordinaire, est un locuteur". (DUCROT 1984:206)

Ainda que o texto dramático, enquanto enunciado global, constitua um caso exemplar de polifonia enunciativa, reconhecer-se-á que no discurso literário em geral o produtor efectivo do enunciado se dilui, e ouvem-se vozes de locutores, sejam elas personagens, narradores ou, à falta de melhor termo, poeta. O reconhecimento deste mecanismo aponta numa inesperada proximidade dos dois tipos de comunicação que designamos por literária e não literária: em nenhum dos casos se encontra a entidade coesa e transparente que se julgou ser o emissor.

Será útil, antes de avançarmos, tornar presente a reformulação do conceito de ilocutório, estabelecida por Ducrot, relativamente à concepção realista que dele apresentam os filósofos de Oxford. Partindo do princípio comum de que o acto ilocutório se destina a transformar a realidade, mas postulando que a força ilocutória de um enunciado consiste em atribuir à sua enunciação um determinado poder jurídico, "o autor propõe" relativiser le juridisme linguistique, en lui donnant le statut d'une intention ou d'une prétention" (DUCROT [1972] 1980²:305).

Esta concepção de ilocutório manifesta que uma determinada força ilocutória não é mais poderosa ou eficaz num

enunciado do quotidiano do que num enunciado literário - ambas são apenas uma pretensão ilocutória estabelecida no universo do discurso. Mas é próprio de uma força ilocutória que extravase esse universo, uma vez satisfeitas as condições de apropriação contextual e cotextual e adequadamente interpretada a intencionalidade do locutor. No caso do discurso de ficção, no entanto, as condições de felicidade de actos ilocutórios parecem não ser pertinentes, de acordo com a já clássica concepção estabelecida por Searle (1979: 58-75) trata-se nesse caso de simulação de actos de fala.

Admitiremos que o princípio de simulação toca um aspecto fundamental do discurso literário, fazendo valer "a set of conventions which suspend the normal operation of the rules relating illocutionary acts and the world." (SEARLE 1979: 67). Mas o alcance deste fenómeno pode ser entendido num sentido diferente daquele para que à primeira vista aponta: Pierre Bange faz precisamente notar que a comunicação quotidiana ignora a sua própria dependência a um modelo de realidade, enquanto a comunicação literária a exhibe. (cf. BANGE 1983:157).

A operação normal de que fala Searle terá assim de ser vista relativamente a um modelo de realidade socialmente aceite e, por isso mesmo, tido por "a realidade". Suspender a ligação normal entre os actos de fala e um mundo equivale pois, em comunicação literária, a estabelecer a ligação normal entre os actos de fala e um mundo textualmente estabelecido, através da actividade discursiva.

Por serem alternativos, esses mundos ou modelos de realidade não deixam de constituir um quadro de pressuposições a que o "produtor literário" se mantém fiel - e a que também o receptor se terá de referir, aceitando limitar pontualmente a validade do seu próprio modelo de realidade.

A este propósito, seria talvez oportuna a distinção estabelecida em DUCROT *et al.* 1980: fazia-se então corresponder ao sujeito falante, ao locutor e ao enunciador, respectivamente, o ouvinte, o alocutário e o destinatário - sendo locutor e alocutário personagens de enunciação, enunciador e destinatário agentes de actos ilocutórios. Posteriormente o autor rejeita esta posição: não sendo atribuída ao enunciador a responsabilidade do enunciado mas apenas a expressão de pontos de vista, não poderá

naturalmente ser-lhe atribuída a realização de actos de fala. (DUCROT 1984). Parece-nos no entanto que nada obsta a manter a distinção entre ouvinte e alocutário.

Instituído pelo discurso, o alocutário submete-se ao universo de referência que o mesmo discurso também institui. O ouvinte, como o ser falante, é um ser empírico - condicionamentos psicológicos, culturais e ideológicos determinam a validade, para o mundo de experiência que é o seu, da comunicação literária (4).

Saberes prévios predispõem-no a ela: o interlocutor literário é alguém que escolhe sê-lo (5). Mas em cada caso

(4) Bange considera que o modo ilocutório próprio do discurso ficcional reside no duplo comportamento (crer/não crer) do sujeito da recepção (BANGE 1983:162)

(5) A excepção, talvez, de situações pedagógicas em que esse papel lhe é imposto.

concreto, o conhecimento do mundo e, a par da competência linguística, uma competência discursiva e textual (6), permitem-lhe reter o conhecimento e o prazer comunicados e avaliá-los em função de uma situação concreta - a que justamente não é alheio um contrato de comunicação, independentemente do lugar - tempo em que se estabelece e reestabelece.

(6) De forma mais ou menos preponderante, estas competências são requeridas em todo o processo de interpretação. Note-se que C. Kerbrat-Orecchioni considera como competências dos sujeitos falantes, a par da linguística, a enciclopédia (conhecimentos sobre o mundo), retórico-pragmática (conhecimento do funcionamento dos discursos) e lógica (mecanismos de dedução e inferência). (KERBRAT-ORECCHIONI 1986: 161-298).

Entendemos contrato de comunicação num sentido próximo do ^{que} Charaudeau atribui a Contrat de Parole: "Rituel socio-langagier dont dépend l' Implicite codé (...)", "qui surdétermine en partie les protagonistes du langage dans leur double être de sujets agissants et de sujets de parole (...)". (CHARAUDEAU 1983:54-5).

O contrato de comunicação literária pode considerar-se assinalado por informações preliminares (como indicação explícita de género, prefácios, títulos) ou estabelecer-se tacitamente de acordo com Charaudeau em função de uma competência situacional. (CHARAUDEAU 1983:85-6).

Mas o poético - que, dentro do literário, nos interessa em particular - emerge onde não se faria esperar.

Admitimos que aparentemente: porque se não se pode restringi-lo à comunicação literária, será pertinente supor que, no exercício da linguagem, lhe caiba uma especificidade pragmática, útil em comunicação quotidiana.

Se assim é, parece possível rever, numa perspectiva de comunicação literária, a clássica gratuidade atribuída ao poético.

2. PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO LITERÁRIA E ESCRITA

De acordo com os objectivos do presente trabalho, não pretendemos problematizar toda a complexidade que envolve o fenómeno literário: encarámo-lo, numa perspectiva pragmática, como fenómeno de comunicação. Vamos pois tratar os textos que constituem Os Afluentes do Silêncio como objectos de comunicação literária e objectos de escrita.

Suscitada pelos textos de que nos ocupamos, a convergência do escrito e do literário apresenta-se no entanto como um fenómeno quase geral, pelo menos dentro da moderna cultura ocidental que sobrevalorizou a escrita, literária ou não.

Durante séculos, os modelos de referência, os padrões de gosto, os critérios de reconhecimento confinaram o campo literário à literatura escrita - cuja hegemonia parece manter-se inabalável, apesar da subversão de valores também literários, que no século XX se tem operado.

Uma excepção a considerar seria a poesia concreta performancial - ou mesmo de suporte gráfico, através da ruptura com a leitura da esquerda para a direita ou com a unidade grafemática (veja-se PIMENTA 1978:142-148). Nenhuma das modalidades parece no entanto cingir-se à convencionalidade linguística do oral - considerando, de acordo com uma tendência actual em linguística, que tanto a realização oral como a escrita obedecem a regras próprias.

Se dentro do fenómeno geral de comunicação convém pois distinguir o escrito do oral, admitimos que qualquer tentativa de caracterizar a comunicação literária não possa alhear-se da mesma distinção. Não nos ocuparemos, no entanto, de muitas das questões que, nesta perspectiva, seria importante abordar - e que reservamos a um estudo posterior. Porque nos fixámos na análise dos textos que constituem Os Afluentes do Silêncio, cingir-nos-emos ao que

possa ser próprio da comunicação literária, enquanto realização escrita.

Autores diversos têm chamado a atenção para os condicionalismos linguísticos próprios do texto escrito. Parece-nos interessante reter os termos em que Culioli enuncia este mesmo ponto de vista, no prefácio a La Langue Au Ras du texte:

"(...) Le texte suivi à support écrit possède ses propres contraintes linguistiques (nous laisserons de côté les aspects esthétiques): règles de production et de reconnaissance, en particulier statut particulier de l'interlocution différée entre scripteur et lecteur, règles de cohérence (ruptures; reprises; ajustements) et de modes de construction des valeurs référentielles". (CULIOLI 1984:9)

Verificar, na sequência desta sugestão, que a interlocução diferida se marca linguisticamente na superfície do texto, exige distinguir a instância de locução - que se pode

considerar pragmaticamente definida - da instância de enunciação, entendida desde Benveniste como instância formal de produção do enunciado. (1) De entre os dispositivos linguísticos que tanto a instituem como a revelam, vem a propósito destacar as expressões especializadas em referir o lugar e o tempo da enunciação. Necessárias ao dialogismo próprio da actividade discursiva, estas expressões, ditas deícticas, podem em texto escrito revelar-se imprecisas, sobretudo na ausência de informações cotextualmente explicitadas (2) que assegurem a sua interpretação .

É o que se passa com os exemplos (1) e (2), colhidos em

(1) Convirá notar que esta distinção pode constituir argumento para que o fenómeno literário seja encarado como comunicação.

(2) Por exemplo, indicação de lugar e data em mensagem epistolar. Entende-se por cotexto o contexto linguístico de determinada ocorrência.

textos de Os Afluentes do Silêncio; verifica-se no entanto, a verbalização de dados contextuais que correspondem, em cada um dos casos, à selecção de um aspecto, entre outros que poderiam naturalmente caracterizar a situação de enunciação:

(1) "(...) eu, aqui rodeado dos seus desenhos, (...)" (77)

(2) "Agora que tanto se fala em alfabetização, cultura popular, criatividade, (...)" (128)

Se o funcionamento característico das expressões aqui e agora consiste em estabelecer a referência espacio-temporal da situação da enunciação, as expressões em ocorrência (défictivo + cotexto próximo) marcam a representação dessa situação como lugar tempo encenado (imaginado ou não). (3)

(3) Poderia mesmo dizer-se re-representação, na medida em que a própria referência espacio-temporal é já representação.

O facto mostra a pertinência de distinguir o plano dialógico da actividade discursiva do plano textual que, entendemos estabelecido por mecanismos próprios de estruturação que, organizando aquela actividade, instituem o texto como configuração, semântica e pragmaticamente significativa. Imprecisa relativamente a uma categorização espacio-temporal, é do ponto de vista da construção textual que se revela a precisão da situação representada: ela faz parte de operações enunciativas e argumentativas que, como adiante se verá, definem a dimensão configuracional do texto.

Assim entendida, a questão das referências dêicticas prende-se com o que Desclès chama valores referenciais - que, em seu entender, convém distinguir de referentes (extralinguísticos) (4). Já em 1974 este autor, retomando e formalizando o modelo de Culioli, entendia a actividade enunciativa como encaixe de actos enunciativos, que se

(4) Sobre valores referenciais, veja-se DESCLES 1974:221;238, n. 13; 1976:55, n. 16.

estabelecem por identificação, deslocação, ruptura ou referência fictiva aos parâmetros da enunciação-origem (enunciador, tempo, situação). Resultante de operações enunciativas, assim entendidas, e predicativas, o valor referencial de um enunciado (ou de uma expressão) é pois, para este autor, o acontecimento (ou objecto) apresentado pelo enunciador e, como tal estabelecido a partir do próprio enunciado, independentemente da verdade ou falsidade da referência extralinguística (ou simplesmente da existência extralinguística).

Opondo-se a uma linguística vericondicional, que assenta na tradição da lógica formal, esta perspectiva liberta a verdade linguística relativa a um enunciador. Na sequência da distinção já introduzida entre os planos discursivo e textual, convém sublinhar a diferença entre valores referenciais discursivos que, sendo consensuais (ou tidos como tal), funcionam como lugares comuns ('topoí') (5), e

(5) Cf. p. 105

valores referenciais textuais, que o próprio texto constrói (e que, como se verá, constroem a verdade textual).

Não sujeito a interrupções extralinguísticas, o texto escrito apresenta-se como um ideal de linearidade - sem que por isso se veja reduzido a uma simples sucessão de enunciados. Assegurada a conectividade do material linguístico, a organização textual obedece, de acordo com Van Dijk, a uma estruturação por sequências: os efeitos de sentido (semântico/pragmáticos) sequenciais determinam um efeito global de texto, produzido e reconhecível como um todo coerente. O mesmo ponto de vista é defendido por Jean Michel Adam, que define o efeito de texto

"(...) comme résultant du passage de la séquence à la configuration, c' est-à-dire de la linéarité de l' énoncé à la figure (définition de P. Ricoeur), de la séquence textuelle comme suite linéaire d'unités linguistiques (connexité) à la reconstruction de cette séquence comme un tout significatif (cohésif et cohérent)." (ADAM 1987:55)

Concordamos que são mecanismos de coesão e coerência que definem a unidade do texto - apesar de algumas divergências que, sobre estas noções, se podem verificar nos autores que se debruçam sobre a matéria.

Van Dijk parece utilizar como sinónimos os termos conectividade e coesão (veja-se DIJK 1977-1984:83), que distingue de coerência, sequencial e global. Outros autores consideram distintos os mecanismos de conectividade, coesão e coerência; é o caso de Adam, na passagem que citámos, e de Hatakeyma, Petöfi e Sozer, para quem "cohesion is strong connexity, i.e., connexity fulfilling special condictionns." (HATAKEYMA, PETÖFI, SÖZER 1985:68). A Gramática de Língua Portuguesa parece colocar-se na sequência de Beaugrande 1980, distinguindo conectividade sequencial (entendida como coesão gramatical e lexical) de conectividade conceptual (ou coerência). (cf. MATEUS et al. [1983] 1989²:137-148).

Apesar destas divergências, admitimos poder considerar que a coesão diz respeito a mecanismos linguísticos e discursivos de articulação sequencial, enquanto a coerência se define em termos conceptuais (reservando para a conectividade a articulação frásica e interfrásica).

Do ponto de vista da recepção, atribuir coesão e coerência a um texto equivale pois a reconhecer/aceitar a organização textual, na sua dupla dimensão (sequencial e configuracional).

A decisão pode ser dificultada pelo carácter menos familiar de uma estrutura sequencial - que, ainda segundo Adam, é sempre convencional, embora possa ser adquirida culturalmente, por prática e memorização, ou ocasional e sujeita a variação no tempo. (cf. ADAM 1987:57-8).

Faz parte da experiência comum que a dificuldade em "seguir o texto" impede a sua compreensão. Atribuir sentido (coerência) a uma configuração textual depende efectivamente da reconstituição da estrutura sequencial - através da qual o sentido se constrói.

Estabelecida através de operações argumentativas que envolvem valores referenciais complexos, e vinculada à

modalização enunciativa (6), ostentada ou dissimulada, a dimensão configuracional apresenta-se como verdade textual. A isto se poderia também chamar a ficcionalidade do texto, sobretudo escrito, seguido e sequencializado - se tal fosse necessário para sublinhar que a especificidade da comunicação literária, enquanto realização escrita, não pode ser atribuída ao seu carácter ficcional (pelo menos, entendido relativamente a uma realidade suposta objectiva).

A coerência do texto escrito, literário ou não, não se decide em termos de verdade ou falsidade, mas de aceitabilidade para um sujeito em situação.

Essa avaliação é condicionada por factores de ordem diversa, com destaque para o ideológico e cultural. Mas pode considerar-se que no próprio texto se defende a sua

(6) Pode dizer-se, em termos gerais, que a modalização marca a distância do enunciador relativamente ao seu próprio enunciado; sobre esta questão, veja-se PARRET 1976, POTTIER 1976, 1987:196-209.

aceitabilidade - na medida em que é atravessado pelo plano discursivo (7), sempre estabelecido em função de um alter ego.

É pois a adesão do outro - na contingência da interlocução diferida - que visa a actividade argumentativa: através da validação de valores referenciais e da anulação de hipotéticos contra-discursos que são, afinal, parte da construção referencial do texto, ela faz ver o/do mesmo ponto de vista. Operações de destaque e conclusão constroem-se assim como pontos de vista comuns - em primeiro lugar, ao enunciador e ao outro de si próprio que ocupa a posição de interlocutor, na produção do sentido; em cada acto de leitura, ao enunciador e ao seu interlocutor actualizado, na reconstituição do sentido.

O que acabamos de dizer inscreve-se numa perspectiva de lógica natural, desenvolvida por J. B. Grize e diversos

(7) Divergimos aqui do ponto de vista defendido em SLAKTA
1975

autores ligados ao Centre de Recherches Sémiologiques de Neuchâtel. Por oposição à lógica formal, que conclui do verdadeiro o verdadeiro (o raciocínio é analisado em proposições e não em enunciados), a lógica natural, que se serve das línguas naturais, desenvolve-se como persuasão; ela é por isso, lógica de sujeitos, dialógica e interactiva, e lógica de objectos, que o discurso constrói e torna comuns aos sujeitos em interacção.

Pode assim dizer-se que os raciocínios não formais elaboram com rigor um saber comum - parcial e localizado. E se quisermos compará-lo com o de ciências ditas constituídas, convirá lembrar que "à un moment de leur histoire, elles ont bien dû expliciter leur point de regard, leur objet et l'espace de leurs propositions". (KOHLENER-CHESNY 1982:102)

O próprio saber científico parece pois poder ser parcial e localizado. E fazemos nossas as palavras daquela autora: a oposição não se estabelece entre ciências "duras" e ciências "moles", mas entre ciências que se encontraram e ciências que se procuram.

No contexto das últimas - que todas foram, se é que nem todas voltam a ser - a informação não se processa por

transmissão, que supõe a estabilidade de conteúdos adquiridos, mas como criação de sentido, isto é elaboração e validação de conteúdos. Por paradoxal que à primeira vista pudesse parecer, este facto é paradigmático da questão que nos ocupa: sujeito a 'contraintes' específicas, como fenómeno linguístico que é, o texto escrito - de investigação científica, literário ou outro - apresenta-se sempre como criação de sentido simbólico. À semelhança do que se passa com cada língua que, como disse Benveniste, "configure le monde à sa manière propre" (BENVENISTE, 1966:82), cada texto configura o mundo (o real) à sua própria maneira: através de regularidades discursivas - que manifestam o enquadramento em formações discursivas de um colectivo e, como tal, são apropriadas a formações ideológicas determinadas (8) - e de regularidades próprias

(8) Os conceitos de formação discursiva e formação ideológica enquadram-se na perspectiva de análise do discurso desenvolvido por M. Pêcheux. Sobre este assunto, pode consultar-se a número 37 de Langages (Março 1975) ou, para uma breve apresentação, MAINGUENEAU 1976:83-4.

do nível textual - que se instituem como re-presentação.

As marcas linguísticas da produção de sentido se poderá pois atribuir, no caso de ser considerada coerente a organização textual, uma previsibilidade linguística e retórica: a primeira estabelecida a nível lexical e sintáctico, por exemplo no quadro de uma gramática de valências; a segunda associada a níveis propriamente textuais (unidades textuais latas e valores referenciais complexos) que constituem efeitos de sentido, ou figuras, que continuamos a chamar retóricos - e que teremos ocasião de precisar através da análise de textos.

Se todo o texto se propõe a si próprio como símbolo - adequado a uma faceta do real, não prévia e exterior ao texto, mas que o próprio texto revela, e sustentado por uma estrutura sequencial aprendida ou proposta, em qualquer caso reconhecível - parece plausível que a comunicação literária passe pela aceitação de certas formas convencionais de texto (narrativa, poema, etc.) e pela predisposição para re-ver o real através de objectos que exibem o seu carácter simbólico.

Mas que a convencionalidade histórico-cultural da literatura, partilhada por aquele que escreve e aquele que lê, constitua um factor situacional específico de comunicação literária não a identifica ainda. Será necessário considerar o valor que a caracteriza, independentemente de determinações convencionais: não é porque o que se escreve ou lê é dito poema, por exemplo, que acontece efectivamente comunicação literária; e um acto de comunicação literária inovador pode transformar os parâmetros estabelecidos (9) (a história da literatura é justamente a história da sua convencionalidade).

De acordo com a orientação que estabelecemos, interessa-nos considerar o valor ou prazer estético inerente à comunicação literária do ponto de vista da materialidade linguística e discursiva em que se inscreve.

(9) Essa alteração depende, de facto, de interlocutores privilegiados (críticos, editores, professores) que promovem a integração do texto nos circuitos literários institucionalizados.

Nos tropos ou figuras, que tradicionalmente se considera manifestarem-no, se poderia reconhecer um dos princípios gerais da teoria da informação: o grau de imprevisibilidade aumenta a informatividade e elimina a redundância. Que aconteça no entanto considerar-se vaga ou hermética a informatividade de uma ocorrência metafórica, por exemplo, mostra, se não já a pertinência de duvidar da homogeneidade do código linguístico, a necessidade de repensar as circunstâncias de codificação/descodificação: de emissor/receptor como sujeitos universais a interlocutores situados, de modelos de competência linguística implícita a modelos de produção/ interpretação efectivas, que exigem o domínio do funcionamento discursivo e textual (10).

De facto, a contextualização discursiva e textual poderá esclarecer a ambiguidade e imprevisibilidade das ocorrências metafóricas. Envolvidas em tarefas de construção referencial/argumentação, constituem

(10) Veja-se o que, a este propósito, dissemos na página 32, n. 6

articulações específicas, que a descrição linguística dos conectores não chega para identificar, mas cuja exactidão terá de ser encontrada no quadro de efeitos retóricos (retórico-textuais). Poderá por isso admitir-se que sejam momentos previsíveis da organização textual - no sentido já introduzido de uma previsibilidade a posteriori.

Nesta perspectiva, o prazer estético, conquistado e partilhado, é trabalho que na e pela língua se institui para (ver) designar/mostrar o que sendo único, porque circunscrito ao texto, pode considerar-se anteriormente "não-dito".

De um ponto de vista estritamente linguístico, as ocorrências metafóricas podem assim entender-se como arte de manipular o que o sistema da língua pode não só prever como alcançar. Analisado em Os Afluentes do Silêncio, esse trabalho de recategorização mostraria uma regularidade

temático-estrutural (11) - a título de exemplo registrada no Anexo 1.

O ponto de vista que vamos privilegiar é o da contextualização discursiva e textual das ocorrências metafóricas - pelo que, apesar de considerarmos que, de forma explícita ou implícita, se integram numa estrutura predicativa, renunciaremos a utilizar as expressões foco e

(11) É por razões de facilidade que designamos provisoriamente como temática esta redução, simultaneamente globalizante, ao que talvez se possa entender como noção, no sentido que lhe atribui Culioli (CULIOLI 1981). A utilização que aqui fazemos de tema não se confunde pois com as noções relativas à organização frásica e à organização textual, que o termo cobre (cf. capítulo 4).

enquadramento, que a ela parecem restringir-se (concretamente em Max Black, que as propõe) (12).

Designaremos como núcleos metafóricos as ocorrências que, através de nexos que importará determinar em cada caso concreto, admitimos assumirem uma função na coerência textual (13). A verificação desta hipótese, através da análise de textos de Os Afluentes do Silêncio, poderá também mostrar a especificidade literária, previsível a nível da regularidade estilística de um conjunto de textos.

(12) Cf. p. 57

(13) Distinguiremos de núcleos metafóricos as expressões que, contendo embora um termo metafórico, se podem considerar de uso praticamente generalizado.

3. DA PERTINÊNCIA DA ENUNCIÇÃO METAFÓRICA

Na vasta bibliografia suscitada pela metáfora (1) podem hoje distinguir-se fundamentalmente duas orientações.

A concepção substitutiva encara a palavra ou expressão metafórica independentemente do contexto em que ocorre, e vê nela a substituição, permitida por uma relação de

(1) Em MOLINO, SOUBLIN, TAMINE 1979 pode encontrar-se uma apresentação crítica dos principais marcos no tratamento da metáfora, desde Aristóteles.

semelhança ou analogia, de palavra ou expressão literal. É também neste quadro que funciona a interpretação da metáfora como comparação abreviada: a analogia justifica a estrutura comparativa entre os termos próprio e figurado, de que só o último se retém.

Esta perspectiva, que abrange as explicações tradicionais de metáfora, foi aprofundada pelo Groupe μ (GROUPE μ 1970) no quadro de semântica estrutural, que permitiu desenvolver a descrição do mecanismo analógico.

Tende hoje a impor-se a concepção interaccional da metáfora, cujo pressuposto fundamental nos interessa em particular. Da palavra ou expressão tradicionalmente considerada passa-se ao enunciado metafórico, caracterizado pela interacção ou tensão entre o termo metafórico (foco) e um segmento do contexto que com ele se relaciona (enquadramento) (2).

(2) As expressões foco e enquadramento pretendem traduzir focus e frame, que Max Black utiliza (BLACK [1962] 1982:28).

Segundo Max Black, não está em jogo a definição intensional dos termos ("standard dictionary meaning") mas o "system of associated commonplaces" associado a cada um destes, (BLACK [1962] 1982:40) (3)

Da interacção entre aqueles dois sistemas, valorizando determinados aspectos de cada um deles em detrimento de outros menos pertinentes, resulta a produtividade do enunciado metafórico: se o foco adquire um sentido específico, que não coincide com o seu sentido literal noutros contextos nem equivale a qualquer sentido literal que hipoteticamente substituiria, não é menos significativo que também o enquadramento se veja dotado de um sentido irreduzível ao seu sentido literal.

Interessa-nos

sublinhar a importância de dimensão pragmática nesta perspectiva: quer pelas funções das competências

(3) Julgamos que o que o autor entende por tais sistemas pode aproximar-se do conceito de frame, (veja-se DIJK 1977-1984:235)

enciclopédicas do locutor e do alocutário no processo de produção/interpretação do enunciado metafórico, quer pela função cognitiva que assume a criatividade metafórica, reorganizando pontualmente a visão do mundo. (Como diz Max Black, a propósito do exemplo "Man is a wolf": "the wolf metaphor suppresses some details, emphasizes others - in short, organizes our view of man." (BLACK [1962] 1982:41)

Julgamos que este último aspecto é compatível com uma análise semântica da metáfora - embora tanto a semântica estrutural como a generativa pareçam ter dificuldade em explicar satisfatoriamente a "anomalia" das ocorrências metafóricas.

MOLINO, SOUBLIN, TAMINE (1979:28-36) acusam as semânticas contemporâneas da mesma ilusão: a possibilidade de análise exaustiva em traços semânticos ou de sub-categorização, perfeitamente identificados e definitivamente estabelecidos. É rejeitando este pressuposto que os autores propõem uma explicação do funcionamento da metáfora que recorre à análise em traços (e se enquadra na perspectiva interaccional). A distinção de três tipos de analogia (positiva, negativa e neutra, fundadas respectivamente na existência de semas comuns aos dois termos, na

incompatibilidade entre os semas dos dois termos, e na aproximação de semas que não sabíamos comuns aos dois termos) permite entender o cerne da questão metafórica como estratégia de reconhecimento de semas comuns que não são preexistentes mas desencadeada cotextualmente através de uma analogia neutra. Reconhece-se então um continuum de possibilidades metafóricas, entre o papel fundamental da estratégia que converte em analogia neutra a aparente analogia negativa da mais inesperada metáfora viva, e a anulação de estratégia no caso da analogia positiva de uma metáfora morta.

Partilhando a perspectiva interaccional, Black e Molino, Soublin, Tamine convergem na percepção da metáfora como acto de conhecimento. Será já talvez razão para admitir que o sentido de metáfora não tenha que ser tomado literal nem metaforicamente, mas à letra: porque a sua especificidade não é um dado prévio mas cotextualmente estabelecido.

A questão tem de colocar-se também na interacção entre locutor e alocutário. Convém observar que, embora Molino, Soublin e Tamine se coloquem numa perspectiva semasiológica

(4) - "le moment essentiel de la stratégie métaphorique est celui où l'auditeur chemine dans les traits qui appartiennent à l'analogie neutre" - o aspecto fundamental desta leitura da metáfora permanece válido numa perspectiva onomasiológica: o primeiro a percorrer os obscuros e inesperados caminhos da analogia neutra é o locutor. Mas a criação de sentido inerente a uma analogia neutra pode não coincidir rigorosamente no locutor e no alocutário: que só no caso limite em que a metáfora deixou de o ser se garanta a transmissão de um sentido revela um aspecto constitutivo da enunciação metafórica. Será talvez ocasião de nos interrogarmos sobre a pertinência de conceber prioritariamente a comunicação como transmissão de informações. Na enunciação metafórica, o que o alocutário tem que captar é uma intencionalidade significativa - que pode eventualmente vir a contabilizar-se em termos de informatividade.

(4) A perspectiva semasiológica - de descodificação - opõe-se à onomasiológica - de codificação (cf. POTTIER 1987:11)

No contexto da teoria pragmática e, como tal, levando em conta a intencionalidade do locutor, a posição que se pode considerar clássica é contrária ao ponto de vista que apresentámos.

Formulada por Searle, ela consiste efectivamente em explicar o funcionamento da metáfora através da não coincidência entre um sentido literal (da frase) e um sentido metafórico (da enunciação, do locutor): "we can say that the general form of the metaphorical utterance is that a speaker utters a sentence of the form "S is P" and means metaphorically that S is R" (SEARLE 1979:83)

Seria injusto não realçar o facto de Searle reconhecer que a eficácia da enunciação metafórica tem a ver, em primeiro lugar, com a razão pela qual o locutor escolhe dizer o que diz "literalmente". Mas o autor adia esta explicação e aplica-se a demonstrar o funcionamento da metáfora na base da distinção entre sentido literal e sentido do locutor, fazendo corresponder a cada um conjunto específico de condições de verdade.

Nos termos em que Searle coloca a questão, o problema é menos o da falsidade da proposição literal, mas o de

encontrar uma fórmula que resolva a dicotomia entre os dois conjuntos de condições de verdade - de tal forma que a solução consiste em propor, como condições de verdade da enunciação metafórica, as condições de verdade da paráfrase, justificada por um princípio de exprimibilidade.

A manifesta redução que sempre numa paráfrase opera sobre a correspondente enunciação metafórica (facto a que, de resto, Searle não é insensível) parece-nos suficiente para duvidar desta proposta. E é mesmo a partir do princípio de exprimibilidade que reformularemos a nossa hipótese: que o que o locutor enuncia corresponde, tal como se apresenta, à expressão exacta do sentido pretendido.

Para o demonstrar, teremos que explicar satisfatoriamente que o enunciado metafórico não seja falso quando, com toda a evidência, não se apresenta como verdadeiro.

Em Pour une logique du sens, Robert Martin demonstra justamente a insuficiência da lógica binária para descrever algumas possibilidades das línguas naturais - entre as quais o enunciado metafórico. A ideia fundamental é que a verdade linguística é relativa: modulada, modalizada e assertada, um enunciado pode apresentar-se respectivamente

(ou em simultâneo) como mais ou menos verdadeiro ($\pm V$), que pode ser verdadeiro, ou declarado verdadeiro (MARTIN 1983: 25-38)

Embora o segundo aspecto possa também ter a ver com o enunciado metafórico, parece ser menos determinante; desenvolveremos por isso os outros dois.

A asserção exhibe uma verdade sustentada pelo locutor : enganar-se (ou mentir) não impede que acredite (ou pretenda que outros acreditem) na verdade do que enuncia. A verdade não é portanto um dado absoluto mas, segundo Martin, válido relativamente ao universo de crença ("univers de croyance") de cada um dos interlocutores. O autor define este universo, que é evidentemente um instrumento teórico, como o conjunto de proposições - a maior parte delas implícitas - que o locutor tem por verdadeiras (ou pretende fazer crer que tem) no momento da enunciação. (5)

(5) A noção é desenvolvida em MARTIN 1987.

O papel dos universos da crença na relativização da verdade linguística - que consideramos fundamental - não pode separar-se, no caso do enunciado metafórico, do primeiro aspecto referido, e que a esse mesmo propósito Martin desenvolve. (MARTIN 1983: 183 - 203).

Quatro factores permitem considerar um enunciado mais ou menos verdadeiro: a imposição de uma grelha de unidades discretas sobre o continuum da realidade, o carácter fluido dos significados, resultante da irregular pertinência dos elementos que o constituem ou de um "continuum polissémico", uma utilização selectiva, que activa determinada(s) propriedade(s) característica(s) do objecto, omitindo outra(s), e uma instabilidade de conteúdos, variando segundo o universo do locutor. (6) Nesta perspectiva, a metáfora surge como um caso de utilização selectiva que assenta numa equivalência fluida (isto é, mais ou menos verdadeira).

(6) Observar-se-á que MOLINO, SOUBLIN, TAMINE partilham o mesmo pressuposto: fluidez do campo de significação de um termo.

Mas vejamos o que se entende por utilização selectiva, no caso da metáfora: "Dire de l'homme qu'il est un loup, c'est sélectionner dans les prédications propres au loup celle qui convient également au prédicat homme et éliminer transitoirement les autres". Por outro lado, reconhece-se que o enunciado metafórico se distingue de outros casos de utilização selectiva pelo facto de exigir "le sémantisme conflictuel de la contradiction (cette femme est une lionne) ou, plus précisément, de l'incompatibilité logique (x est une femme et x est une lionne sont des propositions incompatibles). " (MARTIN 1983: 197).

Assim sendo, admitiremos que o locutor se apresenta, por mais incompreensível que apareça o enunciado metafórico, como alguém que selecciona nas predicções próprias a x aquela que, em sua opinião, convém igualmente ao predicado y. Por outras palavras: o que o locutor afirma é condicionado por mecanismos de equivalência fluida e utilização selectiva, válido no interior do seu próprio universo; a sua verdade não cabe entre os limites rígidos do verdadeiro/falso.

Julgamos ter mostrado que o locutor de uma enunciação metafórica pretende efectivamente dizer o que diz,

ultrapassando os obstáculos que se opunham à sua descrição linguística. Não se trata mais de saber por que razão escolhe o locutor determinada forma de dizer outra coisa, mas de reconhecer que não há outra forma de dizer o que se pretende - tal como, para o alocutário, só a metáfora morta é perfeitamente parafraseável; de resto, se se estabelece comunicação, é porque a convergência de universos lhe permite manter-se num registo metafórico.

Mas a falência de um sentido do locutor não pode deixar intacto o conceito de sentido literal. Se a perspectiva de uma semântica fluida ou subjectiva desfaz a rigidez daquilo que podia entender-se como literal, parece condenada a oportunidade de um conceito que se revela pouco operacional.

Recorde-se que Searle tem o mérito de chamar a atenção para a relatividade do sentido literal, sempre estabelecido em função de um certo número de informações contextuais prévias ("a set of contextual assumptions"); do seu ponto de vista, a distinção entre elas e um determinado contexto particular explica a manifestação de dois sentidos. (SEARLE 1979:120)

Os trabalhos de Ducrot e Anscombre-Ducrot parecem-nos trazer um contributo decisivo à questão do sentido literal - abrindo perspectivas particularmente esclarecedoras no que diz respeito à metáfora. Procuraremos isolar os aspectos que aqui nos interessam sem ataiçoar a complexidade das propostas teóricas em que se inscrevem.

Na medida em que a frase é uma entidade gramatical abstracta, igual a si própria através de diversas ocorrências, verifica-se que é o enunciado, enquanto ocorrência particular da frase, que constitui matéria de observação - e portanto de interpretação. Esta perspectiva exclui que o sentido de um enunciado corresponda à significação da frase (equivalente ao chamado sentido literal), acrescida das circunstâncias de utilização numa situação de discurso específica. Trata-se antes de entender que a significação da frase, resultante da sua descrição semântica, constitui um conjunto de instruções para estabelecer, de acordo com a situação de discurso, uma determinada função referencial e argumentativa associada à utilização particular que constitui a sua ocorrência.

É a esta primeira hipótese de sentido do enunciado - sujeita ainda a ser reformulada, através de uma segunda

intervenção das circunstâncias de enunciação - que Ducrot aceita chamar sentido literal (DUCROT 1984: 99).

Ao regressarmos à questão que nos ocupa, observar-se-á em primeiro lugar que, assim entendido o sentido literal, a interpretação de um enunciado metafórico não difere, à partida, da interpretação de outro que não o seja. Em qualquer caso, a manobra consiste em identificar o sentido do enunciado, isto é, as funções associadas à ocorrência da frase em questão - e a redução de esforço permitida (ou aparentada) pelo segundo deve-se ao carácter estereotipado (ou tido como tal) da sua função.

Por outro lado, importa verificar que esta concepção de sentido literal não invalida as conclusões a que anteriormente tínhamos chegado. A relatividade semântica é mesmo imprescindível para estabelecer uma específica função referencial que, não sendo espartilhada em termos de verdade e falsidade e prescindindo da informatividade directa e imediata, se constitui em factor argumentativo.

A enunciação metafórica parece pois poder ser esclarecida numa perspectiva de análise que considere a sua pertinência discursiva.

No capítulo seguinte, desenvolveremos algumas questões pertinentes em análise textual - que nos serão particularmente úteis para identificar, a propósito de textos de Os Afluentes do Silêncio, a função dos núcleos metafóricos na organização textual.

4. QUESTÕES DE ANÁLISE TEXTUAL

As perspectivas de distinção entre texto e discurso podem considerar-se divididas em duas grandes direcções: e que é defendida em Slakta 1975, a saber, ser o texto objecto formal que normas sociais concretas transformam na prática historicamente determinada que é o discurso; a que, desenvolvida por autores como Schmiçt, Van Dijk e Petöfi (1), vê o que se entende como texto - em - situação

(1) SCHMIDT 1973-1978; DIJK 1977-1984, 1978-1983;
HATAKEYMA, PETÖFI e SÖZER 1985

constituído através da prática discursiva. O presente trabalho poderá sublinhar o interesse do segundo ponto de vista - que já mostramos partilhar e que, como se verá, julgamos ser ainda motivo de postura heurística.

Enquanto, de acordo com a primeira perspectiva, se pode "alcançar" o texto por alargamento da unidade máxima de análise (da frase ao texto), a segunda aponta para uma especificidade da organização textual; a preocupação em a descrever parece no entanto ter-se alheado da necessidade de identificar unidades textuais, irreduzíveis à organização fono-morfo-sintáctica do material linguístico.

Uma hipótese a considerar, no sentido de identificar tais unidades, seria tomar como critérios os que, para Van Dijk, identificam o texto. Segundo este autor, operações de redução e integração da informação semântica fornecida, por um lado, e conformidade de uma série de actos de fala a uma intenção comunicativa global, por outro, determinam a macroestrutura (representação semântica abstracta) e o

macroacto de fala (2) que definem um texto - e as sequências que o constituem - como um todo semântico e pragmaticamente coerente.

Sem pôr em causa o interesse de que estas noções se revestem, acentuando a dimensão cognitiva dos processos de produção e interpretação de um texto, elas parecem-nos insuficientes para descrever o traçado de efeitos de sentido que dissémos mostrar o texto.

(2) O conteúdo proposicional do macroacto de fala corresponde à macroestrutura. Trata-se aqui da macroestrutura mais geral, vinculada a macroestruturas de níveis inferiores; numa frase, a macroestrutura pode coincidir com a sua estrutura proposicional - o que permite, na perspectiva de Van Dijk, aceitar uma frase como texto.

O contributo mais significativo nesta matéria, encontrámo-lo em trabalhos ainda inéditos de Luisa Soares Opitz, onde se prevê que a análise das relações estabelecidas entre unidades consideradas homogêneas (textos e títulos) permita alargar a rede de entidades comparáveis.

Julgamos que a homogeneidade dos títulos se evidencia na redução sintagmática e no que, para já, ãiremos informação temática; a dos textos, decorrerá da integração num mesmo medium e das constantes a esse facto associadas. No caso de Os Afluentes do Silêncio tratar-se-á pois da recorrência de prosa poética - classificação que, talvez convenha lembrar, aceitámos manter - que unifica os textos integrados num mesmo livro.

Na sequência deste ponto de vista, vamos desenvolver algumas questões que julgamos particularmente relevantes - por justificarem a consideração, que desde já anunciamos, de unidades introduzidas por conectores e modalizações enunciativas e, de uma forma mais geral, pela sua oportunidade na tarefa de relacionamento das unidades estabelecidas.

4.1. ANÁFORA LINGUÍSTICA E DISCURSIVA

Em termos gerais, pode dizer-se que co-referência e anáfora constituem fenómenos de dependência cotextual, no primeiro caso simétrica, no segundo orientada. A importância de que parecem pois revestir-se para a análise discursiva e textual e, em particular, para verificar, como nos interessa, a contextualização dos núcleos metafóricos, justifica que nos debrucemos mais atentamente sobre o que se poderá entender por tais fenómenos.

Em Gramática Generativa, e de acordo com as teorias de Regência e Ligação, as relações de co-referência e ligação distinguem-se pelo facto de a primeira, ao contrário da segunda, não exigir que o antecedente c-comande o constituinte co-referencial (3). Mas para que se estabeleça

(3) Podem considerar-se as seguintes definições

uma relação anafórica - que constitui um caso particular de ligação - é preciso ainda que o domínio sintáctico da anáfora (isto é, o sintagma mínimo que a contém) inclua a categoria regente (3) e um sujeito acessível. (cf. MATEUS et al. [1983] 1989:324-9; XAVIER 1989).

Inês S. Duarte (DUARTE 1985) sublinha a operacionalidade discursiva/textual da anáfora, no sentido técnico em que é entendida pela Gramática Generativa, nas construções

simplificadas (na sequência de MATEUS et. al. [1983] 1989²:177, n. 1 e 2):

C-Comando = df A c-comanda B se o primeiro nó ramificante que domina A cominar B.

Regência = df A rege B se

(i) A for o núcleo de uma projecção máxima que contenha B;

(ii) A c-comandar B

marcadas em que a função de tópico (4) é assumida por uma anáfora lexical: porque é o cotexto ou fragmento textual anterior que constitui o que a autora designa como "domínio de interpretação" dessas construções, considera-as estratégias sintáticas de organização textual, que relevam da competência linguística (textual) do sujeito.

Em Milner (MILNER 1982:9-42), a descrição dos mecanismos linguísticos de co-referência e anáfora assenta na distinção estabelecida pelo autor entre referência virtual e referência actual: a primeira é estabelecida pelas características da unidade lexical, a segunda diz respeito à relação entre uma expressão e o segmento de realidade

(4) No quadro da gramática generativa, tópico e comentário correspondem, em estrutura de superfície, ao SN mais à esquerda e ao resto da sequência, respectivamente. Consideram-se não marcadas as frases em que a estrutura tópico-comentário coincide com a organização sintáctica sujeito - predicado, enfáticas aquelas em que tal não acontece.

que, em ocorrência, lhe está efectivamente associado. O autor descreve em pormenor as condições de ocorrência da anáfora. No que diz respeito à anáfora pronominal, a categoria gramatical do termo anaforizante implica ausência de referência virtual própria. No caso mais geral, o pronome "assimila" a referência virtual e "repete" a referência actual do termo anaforizado (pode, no entanto, verificar-se que a relação anaforica se estabeleça apenas em termos de referência virtual). No caso da anáfora nominal, os dois termos são dotados de referência virtual própria, mas a referência actual do termo anaforizante é exclusivamente estabelecida pela relação de reprise da referência actual do termo anaforizado, não identificada mas incluída num contexto que permite fazê-lo. O quadro de ocorrência da anáfora nominal é sempre, portanto, uma sequência constituída por grupo nominal indefinido + grupo nominal definido; há a considerar, no entanto, diferentes possibilidades relativamente à constituição do segundo grupo:

- . repetição ou substituição da unidade lexical (o segundo caso supõe a ausência de co-referência virtual entre as duas unidades considerando

- que não existe sinonímia lexical absoluta);
- . hiperónimo (cuja referência virtual inclui a do primeiro termo);
 - . termo relacional (cuja referência virtual está em relação com a do primeiro termo).

Na ausência destas condições, o carácter definido do segundo termo pode ser identificado por factores contextuais (5) - observar-se-á então co-referência sem anáfora.

Tal como a concebe Milner, a anáfora constitui um factor de organização textual, assegurando a conectividade do material linguístico. A análise discursiva e textual levanta no entanto problemas, cuja descrição tem suscitado o alargamento de uma concepção estritamente linguística da anáfora.

(5) Pressuposicionais, nos termos de Milner

Já em 1966 C. Blanche-Benveniste e A. Chervel faziam notar a assimilação entre linguagem e realidade que manifesta a concepção tradicional de anáfora e apontavam a dimensão extra-linguística deste fenómeno:

"Sera anaphore pour nous tout phénomène de deuxième apparition qui, par mémorisation, est lié à une première apparition dans le contexte. Cette définition peut sembler peu rigoureuse et très psychologique; il en serait difficilement autrement puisque l'anaphore et en grande partie un phénomène extra-linguistique." (BLANCHE-BENVENISTE e CHERVEL 1966:29)

Optando por considerar no fenómeno anafórico a identidade de um objecto de pensamento, estes autores distinguem anáfora fiel e infiel (respectivamente com ou sem repetição da unidade lexical) e anáfora por associação (em que o objecto de pensamento associado ao segundo termo é implicado pelo do primeiro termo).

Nesta perspectiva parecem inscrever-se os contributos de Lidia Lonzi e Sophie Moirand (veja-se LONZI 1970 e MOIRAND 1975).

Para Corblin (CORBLIN 1983:118-120) a anáfora é um fenómeno bastante mais geral do que o normalmente considerado; nela se inclui a co-referência e consiste num mecanismo de reinterpretação relativamente à memória de interpretações anteriores. Embora o autor considere tratar-se da anáfora textual, parece-nos que essa designação manifesta sobretudo que o fenómeno anafórico excede os limites da frase - o que não invalida o alcance que se poderá reconhecer, em análise textual, pelo facto de se entender o termo anaforizante como reinterpretação do termo anaforizado.

Berrendonner (BERRENDONNER 1983:224-236) mostra a pertinência de se reconhecerem antecedentes que, não sendo confinados ao material linguístico, se situam na memória discursiva dos interlocutores - entendida como conjunto de saberes partilhados, onde se guardam, com o mesmo estatuto de informação, elementos de natureza diversa (estados de coisas, enunciações, proposições).

Podemos pois admitir a anaforização de implícitos discursivos e valores referenciais complexos. E a importância da memorização, apontada nas três perspectivas referidas, permite-nos falar da anáfora discursiva.

Note-se ainda que com MAILLARD 1974 aparece, segundo Keşik pela primeira vez numa publicação francesa (6), a distinção entre relações anafóricas (antecedente←consequente) e catafóricas (consequente→antecedente); o autor propõe o termo diáfora como hiperónimo não orientado de anáfora e catáfora.

(6) cf. KEŞIK 1989:21; na verdade, o termo aparece já em MAILLARD 1972 (artigo que não consta da bibliografia de Keşik)

4.2. IDENTIDADE E REFERENCIA; CONSTRUÇÃO DO OBJECTO DISCURSIVO

Regressemos a Milner, e à noção de co-referência que, naturalmente, participa da distinção entre referência virtual e referência actual. A co-referência virtual é impossível entre unidades lexicais diferentes - já que, teoricamente, corresponderia ao fenómeno de sinorímia lexical absoluta, que o autor admite não existir. Por sua vez, a co-referência actual implica, para Milner, "l'identité matérielle absolue des segments désignés, mais pas nécessairement l'identité des unités lexicales employées." (MILNER 1982:11).

Não pode deixar de ser oportuno interrogarmo-nos sobre o que poderá constituir a "identidade material absoluta" de valores referenciais construídos pelo discurso.

Indissociáveis de operações enunciativas/argumentativas que os instituem, nem mesmo a identidade do material linguístico parece possível - ou a redundância seria, essa

sim, absoluta. Por outro lado também, parece difícil manter a noção de co-referência virtual para unidades latas, como as textuais, a que se associam valores referenciais complexos - o que de modo nenhum invalida a co-referência virtual das unidades lexicais em ocorrência.

A "identidade material absoluta" relewa das clássicas teorias da referência (entendida esta como referência extralinguística) - o que não significa que a reflexão semântica tenha sido alheia ao problema da identidade.

Já nos termos da lógica clássica um termo pode ser definido em extensão ou compreensão: no primeiro caso, por enumeração de todos os objectos abrangidos pela referência do termo, no segundo, por identificação das propriedades que o caracterizam, isto é, que são comuns a todos esses objectos. E no entanto a distinção estabelecida por Frege entre sentido e referência (Sinn/Bedeutung), trazida por Carnap como intensão/extensão, que mais vem a problematizar o carácter necessariamente extensional da identidade de objectos considerados em línguas naturais. Enquanto a compreensão é constituída pelos atributos comuns a todos os objectos que engloba a extensão de um termo, o sentido é,

para Frege, o modo como um termo ou uma expressão estabelece a referência.

Considerando que uma frase faz referência a um valor de verdade, Frege levanta o problema dos chamados contextos opacos, em que a substituição de objectos com o mesmo referente mas com sentido diferente pode alterar o valor de verdade.

Sem nos determos sobre uma análise detalhada de tal fenómeno, nem sobre o percurso para as actuais semânticas intensionais (7), podemos reter como possível a identidade intensional.

Abordando a referência do ponto de vista linguístico,

(7) Será de realçar o contributo da lógica modal, em termos de mundos possíveis. Em NEF 1983 encontra-se uma síntese dos marcos significativos na constituição de semânticas intensionais, seguida de bibliografia.

Milner trata-a em termos extensionais (8). Mas no plano discursivo a construção referencial é elaborada através da própria actividade discursiva: decorrentes da possibilidade de reformulação e paráfrase (de que admitimos relevarem, afinal, os "efeitos de sinonímia" lexical), serão co-referenciais os valores como tal assertados pelo enunciador. É pois intensional a identidade que implicam - na perspectiva de uma teoria de referência elaborada pelo discurso, que já a consideração de valores referenciais aponta, como Desclês faz notar (DESCLES 1974:238,n.13)

Será oportuno interrogarmo-nos sobre a pertinência, para o quadro de uma tal teoria, da noção de objecto discursivo

(8) Como o próprio autor faz notar, poderá aproximar-se referência actual de Bedeutung e referência virtual de Sinn; para Milner, no entanto, a diferença é considerável: "là où la terminologie de Frege oppose deux entités radicalment distinctes et étrangères l'une à l'autre, les termes virtuel et actuel impliquent une relation systématique." (MILNER 1982:10, n.1)

que tem vindo a ser formulada em trabalhos de diversos autores ligados ao Centre de Recherches Sémio-linguistiques de Neuchâtel.

Já em 1974 J.-B. Grize considerava que a actividade discursiva consiste em propôr uma esquematização (isto é, um micro-universo) que se pretende verosímil para um interlocutor (virtual ou não). Fazendo atribuir a elaboração de esquematizações ao que já então propunha como lógica natural (9), o autor pretendia determinar as operações lógico-discursivas que, operando sobre o pré-construído em que todo o discurso - por ser produzido em situação e numa língua natural - se enraiza, fazem com que

(9) Vindo a constituir orientação dominante do Centre de Recherches Sémio-linguistiques de Neuchâtel, a noção de lógica natural pode considerar-se já estabelecida neste artigo de 1974, como se pode ver pelos termos em que o autor continua a formulá-la: "l'étude des opérations logico-discursives qui permettent de construire et de reconstruire une schématisation." (GRIZE 1990:65).

esse pré-construído seja, em cada discurso, "ce et seulement cela que le locuteur tient pour tel." (GRIZE 1974:96).

Se o discurso "fala de objectos", diz deles o que faz sentido numa dada situação e em função dos próprios objectos considerados, isto é, intervem sobre o que já então Grize chamava feixe de um objecto, recentemente definido como "un ensemble d'aspects normalement attachés à l'objet." (GRIZE 1990:78)

Construído pois no e pelo discurso, um objecto discursivo é produto de uma operação de 'ancrage' que introduz, através de uma expressão nominal, o fragmento retido do pré-construído cultural, e de operações diversas (de ingrediência, determinação, simbolização e condensação) que percorrem o objecto, enriquecendo-o, modificando-o, isolando determinados aspectos (10).

(10) Sobre operações de objecto, cf. VERGES, APOTHELOZ, MIEVILLE 1987, GRIZE 1990

Um objecto discursivo apresenta-se assim como uma totalidade de aspectos em relação uns com os outros e cada um com o todo, que emergem tanto do "já dito" pelo discurso como do pré-construído (implícito) convocado pelo discurso (cf. MIEVILLE 1984:150). E porque os aspectos considerados tanto podem ser elementos como ingredientes ou agregados, o objecto discursivo é já tradicionalmente entendido, no quadro do Centre de Recherches Sémiologiques, como classe mereológica ou classe colectiva (que, em termos simplificados, se pode distinguir da classe extensional pelo facto de esta apenas conter elementos homogêneos) (11).

(11) Considera-se que a operação de 'ancrage' abre uma classe - objecto, que as restantes operações preenchem progressivamente. Sobre as noções de classe - objecto e classe mereológica, veja-se APOTHELOZ 1984, MIEVILLE 1984. Note-se ainda que Lecomte recorre ao modelo da topologia para descrever a construção de objectos discursivos (LECOMTE 1983)

Kohler-Chesny mostra que a "derivação" constitutiva de um objecto discursivo permanece no interior de um espaço de pertinência (o que vem a propósito) e coerência (relações estabelecidas) em que ele é conservado, e que releva do que designa como perspectiva topicalizante (12): "à la fois l'object et la marge de discours sur lui" (KOHLER-CHESNY 1982:96).

É assim que a autora sugere a possibilidade de aproximar a pertinência dos problemas da referência: à oposição verdadeiro/falso em que estes normalmente se decidem, seria possível opor uma concepção em termos de "appartenance" - que só a perspectiva topicalizante determina ou delimita, em cada discurso (13).

(12) A autora sublinha que, utilizando esta expressão entende tópico como tema de discurso e não tema frásico.

(13) cf. KOHLER - CHESNY 1982:96; 96, n.1

Marie-Jeanne Borel considera que o problema da referência exige que sejam tidos em conta dois dados: a necessidade de fazer da relação material e simbólica com o mundo um objecto de experiência, a que se possa fazer referência (para sobre ele agir cognitivamente); a possibilidade de isolar tais objectos como entidades mais ou menos estáveis, através da faculdade referencial de linguagem, "à savoir la capacité de représenter quelque chose en langage comme étant hors langage". (BOREL 1987:78)

Este ponto de vista, evidencia o que um objecto discursivo significa como trabalho de referenciação para um sujeito.

São asserções, da responsabilidade de um sujeito enunciador, que convertem em enunciados as determinações - entendidas, na perspectiva da lógica natural, como aplicação ao objecto considerado de um predicado, mais exactamente, de um dos termos do que se considera ser um par predicativo. Enquanto a perspectiva topicalizante assegura a conservação do objecto que percorre (sendo assim conservação e derivação inerentes à construção de um objecto discursivo), mecanismos há asseguram a validade local de uma determinação, que Grize define nos seguintes termos:

"Nous entendons par là les multiples restrictions sans lesquelles le locuteur n'est pas disposé à défendre ce qu'il propose. Il s'agit essentiellement de toutes sortes de quantificateurs (le plus grand nombre, très souvent, quelques-uns, rarement, etc.) et de circonstances diverses (à l'est de l'Eden, en cas de pluie, dans ces conditions, etc)." (GRIZE 1981:10)

Deste tipo de modulação, que podemos dizer enunciativa, se distinguem as modulações que transformam os termos de um par predicativo.

Paralelamente a estas duas possibilidades da modulação, Grize tem ainda em conta fenómenos de modalização (14); mantendo-se no ponto de vista lógico (e não linguista) que

(14) Sobre modalização, cf. n. 6 p. 45; a propósito de modalidades de dicto e de re, veja-se em particular NEF 1976. Sobre modulação e modalização, na perspectiva de Grize, cf. GRIZE 1990:67-73

é o seu, distingue a modalidade de dicto - que marca o grau de responsabilização enunciativa pela determinação - da modalidade de re, que intervem sobre o próprio termo predicativo.

Através da análise do texto Sobre o Orpheu se poderá verificar o interesse da reflexão que acabamos de desenvolver - e a sua importância para determinar a função textual dos enunciados metafóricos.

Ao observar que a noção de objecto discursivo não deve ser confundida com a de tema, embora esta possa ser utilizada, a título heurístico, para identificar o(s) objecto(s) de um discurso, Apotheloz (1984:176-7) oferece-nos a transição para a problemática de que passamos a ocupar-nos.

4.3. PROGRESSÃO TEMÁTICA E INFORMACIONAL

Diversos autores - entre os quais Slakta 1975 e Combettes 1984 - consideram que a perspectiva funcional de frase permite dar conta do processo de organização textual.

Desenvolvida no quadro a escola linguística de Praga, esta perspectiva pretende descrever a forma como a frase organiza a informação: atribuindo a cada constituinte frásico um determinado grau de dinâmica comunicativa, postula-se que esta progride do grupo mais à esquerda, que reúne elementos já conhecidos - tema - para o grupo mais à direita, que introduz novos dados - rema.

Considerando que o texto se desenvolve através de uma dupla dinâmica de coesão e progressão, Slakta entende a primeira como sequência organizada de temas, estabelecendo-se a segunda pela introdução de remas (Slakta 1975:39). A exemplificação de diferentes estruturas possíveis de progressão temática - que Slakta apresenta, apoiado em trabalhos de Danes, no artigo a que nos vimos referindo -

mostra serem fenómenos de co-referência e anáfora (na acepção restrita da anáfora linguística) que constituem os mecanismos linguísticos de coesão (e mesmo de progressão) (15).

Cingida à articulação de cada tema com o cotexto anterior, esta perspectiva é adequada à concepção de texto como estrutura linguística linear, exclusivamente estabelecida de acordo com o sistema de regras linguísticas formais, que é a defendida por Slakta no artigo em questão.

O carácter imanente do texto pode hoje, no entanto,

(15) Os termos de co-referência e anáfora não são utilizados por Slakta; poderá no entanto verificar-se que algumas passagens apontam, em particular, para o conceito de anáfora: "(on notera les changements d'articles quand un groupe rhème devient thème)" (p.40); "Les rapports entre thème/rhème, soulignés par les pronoms, (...)" (p.41)

considerar-se bastante discutível. (16) Van Dijk e Van Dijk e Kintsch, nomeadamente, atribuem importantes funções cognitivas, de organização, tratamento e memorização da informação, à representação semântica de unidades globais (sequenciais) - como a actividade de resumo, por exemplo, manifesta.

Admitimos pois que o significado global de um texto não se reduza à soma das proposições e actos de fala que linearmente - e ainda que de forma organizada - o constituem, mas resulte de uma estruturação sequencial. Se

(16) Investigações diversas (vejam-se os trabalhos citados em bibliografia de Schmidt, Van Dijk, Van Dijk e Kintsch, de Beaugrande, Adam e Charolles) que recorrem, de forma mais ou menos convergente, à pragmática, à psicologia social e cognitiva, à lógica e mesmo à lógica natural, mostram a pertinência de contributos pluridisciplinares para uma teoria do texto - mas também a relevância do contributo de uma linguística capaz de ampliar o seu objecto

a frase, unidade máxima do sistema da língua, se mostra assim insuficiente, de um ponto de vista linguístico, para dar conta da organização textual, a progressão temática parece depender de mecanismos mais complexos que a articulação temas/remas.

De um ponto de vista pragmático, tem-se feito atribuir à estrutura tópico-comentário (17) a função de organizar a informação: coincidindo com a informação co(n)textualmente conhecida, o primeiro constitui o tema, ou objecto de que se fala, enquanto ao segundo cabe introduzir informação sobre esse tema.

Partilhando este ponto de vista, Van Dijk distingue no entanto tópicos frásicos, a nível de frase e de articulação entre frases, de tópicos discursivos, a nível sequencial. Segundo este autor, "un concepto o una estructura conceptual (una proposición) puede convertirse en tópico de discurso si organiza jerárquicamente la estructura

(17) cf. n. 4, p. 78

conceptual (proposicional) de la secuencia." (DIJK 1977-1984:200)

A mesma distinção é seguida pela Gramática da Língua Portuguesa, onde se entende por tópicos discursivos "expressões que funcionam como tópicos de sequências textuais" - e onde também se definem as estruturas temática e informacional de um texto como selecção e organização de tópicos, e distribuição da informação nova, respectivamente. (MATEUS et al. [1983] 1989:148-9).

Se a progressão temática continua a ser entendida, à semelhança do que preconizam os adeptos da perspectiva funcional da frase, como articulação entre tópicos (discursivos) e comentários, poderá no entanto prever-se a complexidade dessa mesma articulação - frequentemente estabelecida entre valores referenciais complexos que só os mecanismos de anaforização inscrevem na superfície do texto.

Para a progressão temática e informacional, como factores de organização textual - que teremos ocasião de analisar em Camões e as altas torres - concorrem pois mecanismos

linguísticos e discursivos de co-referência e anáfora, simultâneamente englobados na actividade discursiva esquematizante.

Será então ocasião de nos debruçarmos sobre a actividade argumentativa.

4.4. ARGUMENTAÇÃO

A argumentação válida, ao mesmo tempo que também a elabora, uma esquematização discursiva que se pretende aceita como verosímil (18), e partilhada.

Vignaux e, na sequência deste, Grize, falam da teatralidade do discurso argumentativo, a entender como encenação calculada para conseguir a adesão do interlocutor, virtual ou não. (VIGNAUX 1976:72; GRIZE 1990:42)

Para Grize (GRIZE 1990:40-53), são de três ordens as precauções discursivas que toma o locutor:

(18) Na sequência de Grize, entendemos a verosimilhança "comme fonction tout à la fois d'un sujet (ici l'auditeur) et d'une situation (celle dans laquelle se déroule la schématisation)." (GRIZE 1990:43)

- . falar a linguagem do interlocutor, como forma de facilitar a tarefa de reconstruir a esquematização;
- . evitar contra-discursos (mesmo que estes não possam exteriorizar-se perante o locutor, como é o caso em texto escrito) que, uma vez reconstruída a esquematização, contestem a sua coerência ou a sua verosimelhança;
- . levar o interlocutor a aderir à esquematização, a fazê-la sua, "à inférer lui-même de certains dits aux non-dits que l'on souhaite" (GRIZE 1990:45) (19); o meio mais eficaz de o conseguir consiste em apelar para os valores e ideologias do locutor.

Este último aspecto, que Grize considera como fenómenos de 'éclairage', interessa-nos de forma particular. Em primeiro

(19) A inferência é, como a dedução, um mecanismo lógico; permite concluir de premissas implícitas, segundo Berrendonner de diversas naturezas: "axiomes de la déduction naturelle, "postulats de sens" lexicaux, savoirs encyclopédiques, évidences situationnelles, etc." (BERRENDONNER 1983:227, n. 5).

lugar, note-se que o autor precisa serem tais fenômenos processos discursivos que conduzem o interlocutor a inferir um juízo de valor - do ponto de vista do locutor, a precaução discursiva consiste pois em não assertar esse juízo, apesar de alguma forma o veicular. Prioritariamente instituídos através de figuras retóricas, entre as quais a metáfora, poderá compreender-se o destaque que lhes damos: como estratégia argumentativa, à metáfora cabe, nesta perspectiva, uma específica função na actividade do discurso.

Vem a propósito referir que também M. le Guern, distinguindo metáfora poética e metáfora argumentativa, atribui última uma função de argumentação, que explica em termos de selecção de temas avaliativos (LE GUERN 1981:69).

As estratégias apontadas por Grize poderão ser olhadas de um ponto de vista linguístico, neste caso, discursivo.

A teoria polifónica de enunciação (DUCROT 1984, 1987) dá conta de estratégias argumentativas no interior de um enunciado: considerado como sobreposição de vários discursos, faz-se atribuir a vozes de enunciadores a expressão de pontos de vista que o locutor, responsável

pelo enunciado, reitera ou rejeita. O sentido do enunciado consiste pois nesta cena polifônica - cujos efeitos argumentativos são, para Ducrot, anteriores aos de um eventual valor informativo do enunciado, que apenas admite como fenômeno derivado.

A teoria polifônica é apenas uma parte do trabalho sobre argumentação que Ducrot tem desenvolvido, em grande parte em colaboração com J. C. Anscombe.

Em termos gerais, podemos dizer que estes autores têm vindo a defender a convicção de que os fenômenos argumentativos não revelam só da enunciação, mas se encontram ao nível da língua, como claramente sugere o título de um artigo de 1976, retomado em ANSCOMBRE e DUCROT 1983: L'argumentation dans la lanque.

Da constatação de que o funcionamento de alguns conectores consiste, já ao nível da significação da frase, em estabelecer uma orientação argumentativa, (por exemplo, na estrutura p MAS q, o conector argumentativo aponta uma conclusão a extrair de q, oposta à que permitiria p), Ducrot e Anscombe passam a considerar a significação da frase, em si mesma, como instrução argumentativa. Já

introduzido em L' argumentation dans la lanque, este ponto de vista consiste, na última versão que conhecemos (20), em fazer intervir princípios argumentativos gerais, designados, por empréstimo da expressão aristotélica, como *topoi*.

Associados às palavras, os *topoi* são partilhados no seio de uma dada comunidade, o que explica o seu funcionamento argumentativo:

"Choisir dans une situation donnée d' énoncer une phrase plutôt qu' une autre, c'est choisir d'exploiter dans cette situation certains *topoi* plutôt que d'autres." (ANSCOMBRE e DUCROT 1986:88).

Se a significação da frase consiste em fornecer os *topoi* que disponibiliza, isto é, que podem ser aplicados quando enunciada), utilizar um *topos* é estabelecer uma

(20) Veja-se ANSCOMBRE e DUCROT 1986, ANSCOMBRE 1989, DUCROT 1987; 1990

correspondência entre duas graduações não numéricas, de entre as que podem estar associadas aos predicados da língua, entendidos como feixes de topoi:

"Comprendre le mot travailler c'est s'estimer capable d'établir une gradation G_0 dans un certain domaine d'activité, définie par le fait qu'elle est en correspondance avec une série d'autres gradations $G'1, G'2, \dots, G'n$. Chacune de ces correspondances $(G_0, G'1), (G_0, G'2), \dots, (G_0, G'n)$ est un topos T_1, T_2, \dots, T_n . G_0 étant la gradation du travail, $G'1$ peut être par exemple celle de la réussite, $G'2$ celle du mérite, $G'n$ celle de la fatigue." (ANSCOMBRE e DUCROT 1986:89)

Compreende-se pois que um topos tenha a forma geral "Quanto mais (ou menos) ..., mais (ou menos)..."

Articulando enunciação polifônica e argumentação na língua, Ducrot sublinha como esta concepção contribui para perspectivar uma semântica não vericondicional: "le monde apparait, dans l'énoncé, à travers l'exploitation discursive qui en est faite". (DUCROT 1987:61)



Anscombe (1989) faz notar que o termo argumentação se revela, em certa medida pouco adequado: justificado por encadeamentos discursivos do tipo argumento + conclusão, o seu alcance excede largamente, no entanto, estes casos, e a sustentar que todo o enunciado é argumento, equivale pois a postular uma dinâmica discursiva (de que aquele tipo de encadeamento 'é apenas um dos casos).

Será pois nesta perspectiva que olharemos os núcleos metafóricos em Os Afluentes do Silêncio, admitindo que participam da dinâmica discursiva.

4.5. RELAÇÃO ENTRE TÍTULOS E TEXTOS

Considerados que foram, títulos e textos, como unidades textuais, importa determinar a relação que mantêm.

A propósito de títulos em texto jornalístico, Alcoba e Perez-Tornero apontam a função anafórica dos primeiros, a que corresponde a tematização de aspectos considerados significativos pelo jornalista (ALCOBA, PEREZ-TORNERO 1985).

Admitimos poder ser generalizado a outros tipos de texto este mecanismo - o que, de resto, nos parece convergente com a importante função cognitiva que Van Dijk atribui aos títulos. Para este autor, eles correspondem, em texto escrito, à expressão da macroestrutura, ou parte dela (cf. DIJK 1978-1983: 64; 168). A disjunção parece-nos aqui fundamental: diferentes estratégias na configuração dos títulos poderão ser em parte caracterizadas distinguindo a redução e categorização temática da redução e categorização informacional.

Com a análise do texto Sobre Camilo, onde se problematizam as ocorrências do nome próprio, no título, e da expressão "este homem" no início do texto, se procurará mostrar que o título, como designação do objecto tematizado nas unidades que constituem o corpo do texto, recupera a construção discursiva do objecto - de que participam os núcleos metafóricos em ocorrência - ao mesmo tempo que processa a sua identificação linguística e cognitiva.

Poderá então dizer-se que a anaforização re-tematiza o texto: momento último da produção textual, o título é uma estratégia de re-valorização referencial - a entender como valorização de valores referenciais construídos que agora se destacam. Será pois um efeito retroactivo, o do título - anafórico. Sublinharemos ainda, na complexidade do seu funcionamento, a duplicidade de antecedentes e a sua natureza movente (referencial/discursiva) (21). Designando um objecto mentalmente próximo - o texto - em posição de

(21) A complexa questão da antecedência é aprofundada em OPITZ 1984.

antecedente referencial, os títulos configuram-se na reiteração de valores referenciais, a encontrar em antecedentes discursivos.

Confirma-se pois a necessidade de estabelecer unidades textuais no corpo do texto - que, como já anunciámos, consideramos demarcadas por conectores argumentativos e modalizações enunciativas. Nestas unidades se poderá ver argumentativamente "predisposto" o destaque de valores referenciais que o título realiza.

A disposição espacial (título - texto) corresponde a uma inversão da cronologia textual: momento último da produção, o título é, do ponto de vista da leitura, o primeiro momento textual que instaura pois um movimento catafórico (22). Ao título (catafórico) se associa assim um efeito projectivo de antecipação de sentido que é, simultaneamente, instrução de leitura: refazer a construção referencial e argumentativa que o justifica, isto é, refazer a anaforização.

(22) Aspecto também sugerido em ALCOBA, PEREZ - TORNERO
1985: 407, n. 7.

5. ANÁLISE TEXTUAL

As análises que a seguir se desenvolvem pretendem mostrar como, através da pertinência discursiva de enunciação metafórica, se constituem "lugares relacionáveis" na organização textual - a que chamamos núcleos metafóricos e a que poderemos então atribuir o estatuto de unidades textuais.

O privilégio dado a esta questão justificará que não seja tratada a metaforização no interior de cada um dos núcleos considerados - aspecto que não deixamos de sublinhar como importante. Uma das perspectivas em que ele poderia ser abordado consistiria em verificar o enraizamento dos

núcleos metafóricos em campos conceptuais (1) - como sugere a "tradição metafórica" em que se inscrevem "voar muito alto" e "subir às mais altas torres" (cf. p. 132).

Essa investigação contribuiria para uma análise mais aprofundada da argumentatividade metafórica. A desenvolver, ela poderá pois complementar o que desde já se evidencia: o envolvimento dos núcleos metafóricos na tarefa de construção referencial/argumentativa.

Daça a diversidade e complexidade de questões suscitadas por cada caso, apenas alguns textos de Os Afluentes do Silêncio constituíram objecto de análise. O que de lacunar se poderia ver nisso, entendemo-lo suplantado pelo interesse, relativamente ao objectivo estabelecido, de diversificar o tipo de análise.

Segue-se assim, a análise de Camões e as Altas Torres, Sobre Camilo e Sobre o Orpheu, o comentário às análises

(1) Sobre campos conceptuais, veja-se GRIZE 1990:94

esquemáticas da relação entre título e texto, para alguns textos de Os Afluentes do Silêncio. Para a leitura de quadros que, também no primeiro caso, julgamos úteis, poderá consultar-se a legenda que constitui o Anexo 2.

5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS METAFÓRICOS

Constituindo orientação dominante a contextualização dos núcleos metafóricos na dinâmica discursiva e na organização textual, procurou-se, para cada um dos textos considerados, uma apreensão diversificada do fenómeno.

As análises que se seguem não se pretendem pois exaustivas. Todas levando em conta a actividade argumentativa, cada uma privilegia aspectos que também nas outras seriam pertinentes mas que se julgaram mais adequadas para, em cada caso, sublinhar uma coerência própria.

São esses aspectos

- . em Camões e as altas torres: construção referencial/argumentativa na estruturação temática e informacional;
- . em Sobre Camilo: construção e totalização do objecto discursivo;
- . em Sobre o Orpheu: esquemas argumentativos

5.1.1. CAMÕES E AS ALTAS TORRES

A entrada no saber do texto ("De Camões, em pura verdade, muito pouco sabemos") funda-se em saberes anteriores.

Aquele que se pressupõe que o leitor tenha de Camões, utilizando de imediato o nome próprio e evidenciando-o em posição inicial, é mais amplo que um mero conhecimento da sua existência - a não ser assim, nenhum efeito se poderia esperar do recurso posterior a citações do poeta ou a uma interrogação retórica como "não foi o próprio Camões que se mostrou (...)?". Por outro lado, o texto postula, através da ocorrência da primeira pessoa do plural, um saber partilhado pelo enunciador - e por ele avaliado, através do julgamento restritivo operado por "muito pouco" sobre o pressuposto [De Camões, sabemos algumas coisas], e através do subentendido introduzido por "em pura verdade", que igualmente opera um mecanismo de redução do que "nós" julgamos ou parecemos saber de Camões. Importa ter em conta que, se a primeira pessoa do plural remete necessariamente para a situação de enunciação, o seu valor referencial é

também estabelecido por expressões do cotexto posterior: "a nossa língua", "como português (...) a nossa condição". Estas duas vertentes revelam que o saber sobre Camões que o enunciador partilha é aquele que a comunidade portuguesa detem - o mesmo, afinal, de que participa o leitor, contido no "nós" que envolve todo o português informado.

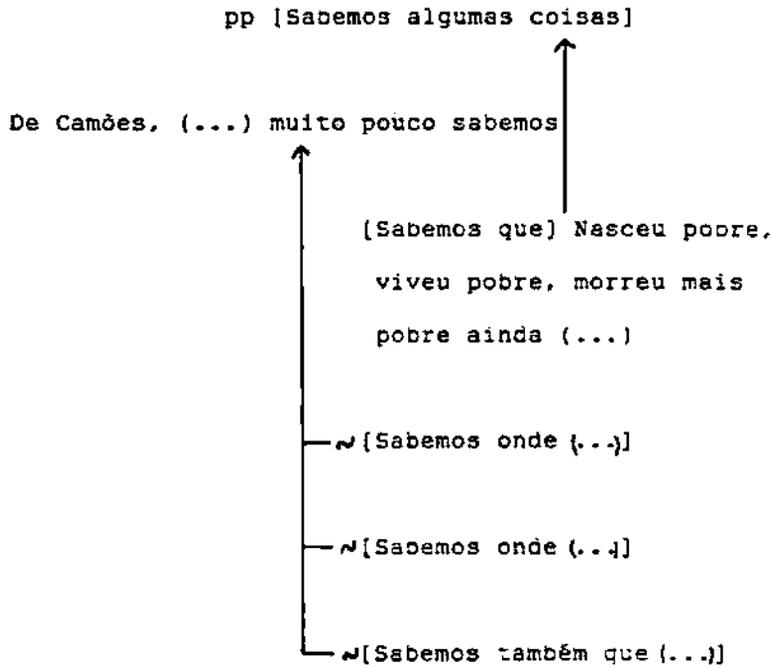
É este património de saber que pede a entrada no texto, como condição de acesso ao saber elaborado ao longo de unidades textuais, que admitimos serem as marcadas no Anexo 3.

A estrutura temática cabe, como se sabe, o papel de organizar a informação conhecida contextualmente ou já introduzida pelo cotexto. A estrutura temática das unidades A, B e C, configurada na regularidade de ocorrências da forma verbal sabemos/não sabemos, activa o património de saber previamente conhecido pelo leitor e já globalmente introduzido no cotexto.

Segundo S. Alexandrescu (1976:23) a modalidade epistémica saber ocorre (explicitamente) quando, de alguma forma, o que é assertado foi ou é susceptível de ser posto em questão pelo alocutário - a menos que o próprio locutor a

introduza por razões que, para o autor, revelam da estratégia da conversação.

Estes dois aspectos estão presentes no caso de que nos ocupamos. Enquanto a primeira ocorrência do verbo saber, na asserção inicial, corresponde a uma operação discursiva que intervem sobre o pré-construído associado ao objecto que Camões introduz - que consiste em isolar desse pré-construído o património de saber -, as ocorrências posteriores argumentam retroactivamente o enunciado inicial: reiterando o pressuposto (ponto de vista de um enunciador), através de uma ocorrência vazia, reiterando a asserção do locutor, através da operação de negação que opera sobre o que poderia confirmar aquele ponto de vista:



Na unidade D, o elemento posicionado como tópico - "a esfera do neoplatonismo" - não é introduzido pelo verbo saber, nem sequer como ocorrência vazia ou negação polêmica. (1); aquela expressão anaforiza um dos termos de

(1) Sobre negação polêmica, veja-se DUCROT [1972] 1980:38;
1984:216-8

um binómio introduzido na unidade B, e insistentemente implicitado na unidade C.

B) o límpido apelo
dos sentidos

toda uma platonizante teoria
de amor bebida em (...)

C) partir [dos "pagodes"
de Alrama]
partir dos sentidos
saborear com o corpo

voar muito alto
se desprender deles
erguer ao céu platónico
das ideias

D)

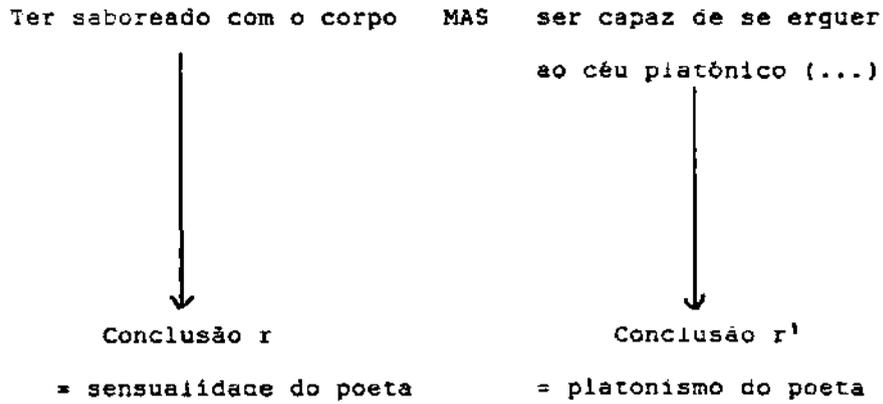
a esfera do neoplatonismo

Que a ausência do vosso saber, na unidade D, manifeste não constituir o platonismo camoniano um dado evidente do saber que vinha sendo activado, é coerente com a co-existência

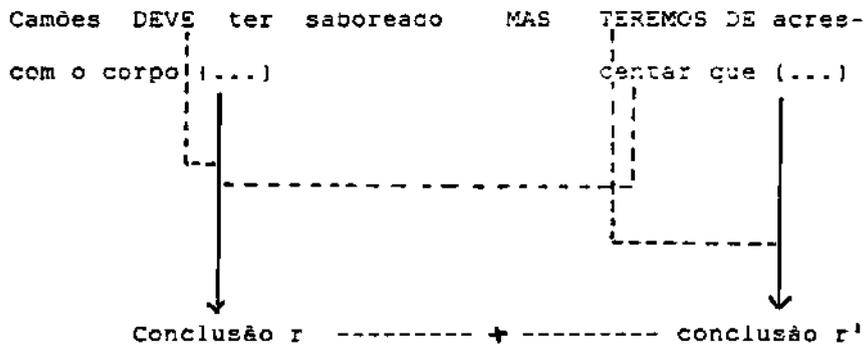
das duas vertentes que nas unidades anteriores é postulada através de mecanismos específicos.

Na unidade B, pela força ilocutória que assume o acto indirecto ([foi o próprio Camões que se mostrou dividido entre o límpido apelo dos sentidos e toda uma platonizante teoria de amor (...)]). Se a própria interrogação retórica pode ser entendida como mecanismo de 'éclairage' (no sentido que lhe atribuí Grize), não será menos importante a ocorrência do adjectivo límpido para conduzir o interlocutor a inferir o juízo adequado - isto é, pretendido.

Da unidade C, que virá a ser objecto de análise mais detalhada, limitar-nos-emos a comentar o enunciado introduzido por "Talvez Aquilino tenha razão". O conector argumentativo mas assegura a interpretação do enunciado orientando argumentativamente a frase, independentemente da responsabilidade enunciativa:



As operações de modalização (deve, teremos de) e a instrução associada ao verbo acrescentar re-orientam argumentativamente o enunciado, no sentido de manter as duas conclusões:



A estrutura informacional compete organizar a nova informação (os comentários) que o texto produz para informações pré-estabelecidas (os tópicos).

Se a estrutura temática das unidades A, B, C, e D activa na memória do leitor um conjunto de pré-construídos culturais sobre o objecto "Camões", que o locutor assume ou rejeita, diremos para já que as novas informações introduzidas argumentam necessariamente a asserção inicial. Vejamos em que consistem os mecanismos argumentativos que as constituem.

Unidade A

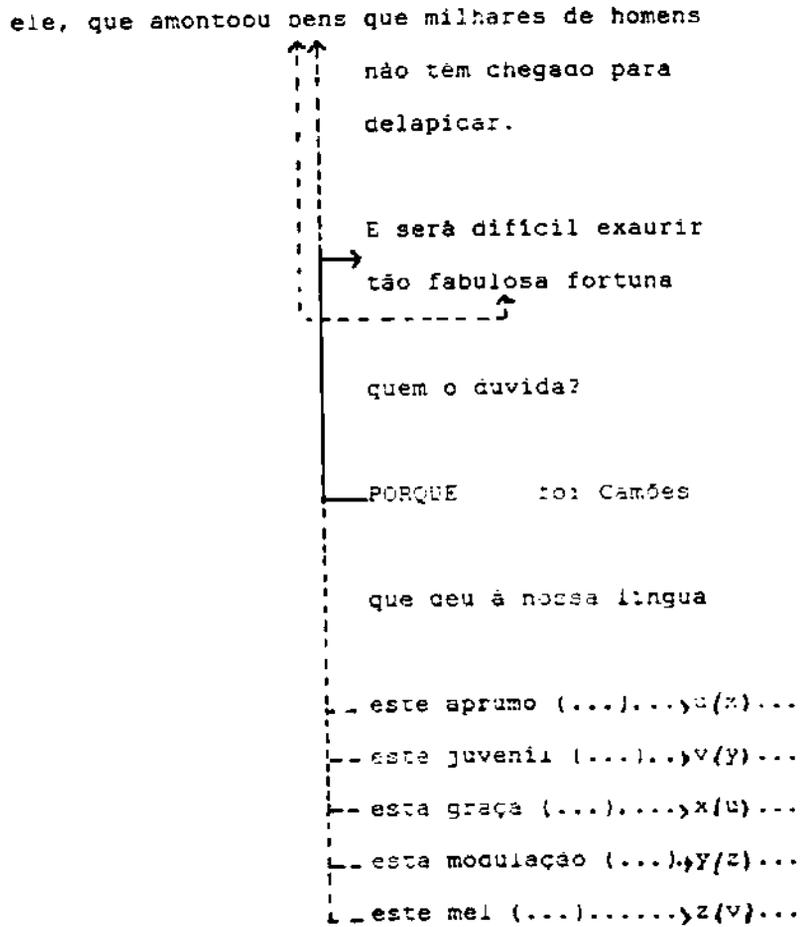
A pobreza biográfica contrapõe-se a riqueza de "bens" amontoados, identificados como contributo estável para o sistema da língua. Um triplo movimento o justifica: aquele que é introduzido pelo conector argumentativo porque ("Porque (...) foi Camões que deu à nossa língua (...)"), aquele que é estabelecido pela força ilocutória assertiva da interrogação ("quem o duvida?"), aquele que, nomeando esses bens, através de representantes anafóricos,

simultaneamente os mostra no próprio acto enunciativo, através do emprego de demonstrativos ("este aprumo de vime branco, este juvenil ressoar de abelhas, esta graça súbita e felina, esta modulação de vagas sucessivas e altas, este mel corrosivo da melancolia"). Se a conclusão estabelece a influência camoniana na poesia portuguesa, a nova informação passa, de uma forma mais ampla, pela afirmação de uma potencialidade poética da língua portuguesa herdada de Camões.

Algumas observações se impõem, sobre a referencialidade das expressões que referimos como representantes anafóricas de "bens". Perante a dificuldade de determinar a referência (extralinguística) de um objecto que faz parte da própria língua, ela só pode ser estabelecida recorrendo a outras expressões metalinguísticas de uso corrente. Falaríamos então de características fónicas e efeitos retóricos. Mas a correspondência das duas metalinguagens, dada a abertura poética da primeira, pertencerá sempre, em última análise, a uma espécie de sensibilidade linguística de cada leitor (menos estruturada que a sua competência linguística, evidentemente necessária). Mas o que interessa à dinâmica discursiva é o valor referencial daquelas expressões: eventuais flutuações no esforço de as reconduzir para fora

do quadro discursivo em que são assertadas não invalidam a co-referencialidade que serve a função argumentativa de justificação:

Nasceu pobre, (...)



UNIDADE B

A escassez de dados biográficos opõe-se outro saber mais significativo, obtido na leitura atenta das fontes disponíveis (a sua poesia, as suas cartas). Trata-se de um desvio do eixo de investigação que institui esse (não) saber - tido como seguro - em detrimento de um saber-outro, operado pelo valor axiológico do verbo importar:

Fora do nosso coração, não
sabemos onde Camões nasceu;

Nem isso importa.
[Importa que] (...)
como português, encarnou
até à medula toda a nossa
condição (...)

[não sabemos] nem o ano nem o
dia em que saiu da "materna
sepultura" para o primeiro
amanhecer.

Como não sabemos onde estudou
ou quem lhe ensinou o muito
que sabia.

Se no momento de se enunciarem as fontes ("Nalgumas linhas da sua poesia, e sobretudo nas poucas cartas que indubitavelmente são dele") o recurso à modalidade alética ("pode ler-se) funciona já como (pré) argumento, o locutor recorre ainda à autoridade das próprias palavras do poeta, fazendo-as intervir na sua enunciação como prova da conclusão a reter; a modalização será assim re-interpretada, da contingência à necessidade.

A posterior interpretação das palavras do poeta não acrescenta informação directamente relacionada com o macroacto ilocutório realizado nesta unidade (a afirmação de que o poeta encarnou toda a nossa condição). A sua função corresponde, de facto, a fornecer dados posteriormente necessários - retenhamos, pois a coexistência em Camões de sensualidade e platonismo.

UNIDADE C

O esquema argumentativo representado no QUADRO 1 revela que o comentário se descobra em três momentos, realizando uma progressiva desmontagem de hipotéticas conclusões do

Não sabemos também quem o poeta tenha amado, para lá das anônimas "ninfas de água doce" do mal cozinhado e outros bordéis de Lisboa

Mas que tais "ninfas" tiveram na sua vida importância, ninguém pode duvidar.
 [Porque] As cartas de Camões (...) quase não falam de outra coisa

co-orientação----- e como fonte da sua vida privada nada temos mais seguro

Conclusão r [outras mulheres tiveram na sua vida importância]

Conclusão não-r

Conclusão r'
 [a sua poesia não tem a ver com as "ninfas" dos pagodes de Alfama]

Que a sua poesia só muito raramente tem a ver com os pagodes de Alfama é óbvio mas dali ter partido algumas vezes para, depois de metamorfoses várias, voar muito alto (...)

co-orientação----- como sempre aconteceu, particularmente em herdeiros da *corteziae* do *dolce stil nuovo*

Porque a verdade é que nenhuma poesia portuguesa partiu tanto dos sentidos para tanto se desprender deles, como a de Camões

Talvez Aquilino tenha razão: Camões deve realmente ter saboreado com o corpo todas as coisas boas, defesas ou permitidas da vida mas nenhum outro poeta foi capaz de tão alto se erguer ao céu platónico das ideias e tão (...) ou tão (...) como Camões

Conclusão não-r'

Conclusão r''
 [amou ninfas pelo lado sensual e damas pelo lado platónico]

co-orientação

E não me venham com maniqueísmos: "damas da corte de um lado e do outro "damas de aluguer"
 [Porque] o amor ergue os seres ao horizonte da dignidade (...)

co-orientação----- e Camões (...) nunca fez outra coisa se na verdade amou

Conclusão não-r''

Conclusão R

leitor a partir do enunciado que fornece o tópico discursivo desta unidade (as "ninfas" dos bordéis de Lisboa). Se este manifesta uma parcela do património de saber sobre Camões, essas conclusões corresponderão a pressupostos culturais dela decorrentes - que o locutor rejeita, sem rejeitar o saber instituído.

Neste sentido, repare-se particularmente na veemência argumentativa do terceiro segmento. A co-orientação estabelecida pelo conector argumentativo e, relativamente aos segmentos anteriores, é mantida pela hipocrisia discursiva de um pedido que, prevenindo a hipotética contra-argumentação (a primeira ocorrência da primeira pessoa do singular e a interpelação de um leitor plural desfazem a cumplicidade estabelecida desde o início do texto), faz sentir, através de conotações depreciativas associadas ao uso coloquial da construção sintáctica que integra o verbo vir, que aquela contra-argumentação viola(ria) os princípios de cooperação e pertinência que se esperam do leitor.

UNIDADE D

Tendo por duas vezes anunciado o seu ponto de vista sobre o platonismo do poeta, é nesta unidade que o locutor por ele se responsabiliza definitivamente. A evidência da conclusão introduzida pela expressão "Claro que" não dispensa, no entanto, uma trabalhada construção argumentativa.

Se se pode considerar que a "esfera do neoplatonismo" anaforiza um valor referencial presente na unidade B e implícito na unidade C, como atrás dissemos, convirá notar que esse valor é agora designado com a carga simbólica estereotípica pelo uso (2), como também mostra a expressão trazer para. "Trazer para a esfera do neoplatonismo" é fixar uma imagem convencional de neoplatonismo: a de um platonismo "puro" oposto a um sensualismo também "puro". Se

(2) Sobre operações de simbolização, veja-se VERGES, APOTHELOZ, MIEVILLE 1987:214

esta dicotomia é atenuada, ao explicar-se a sua aplicação à poesia de Camões ("pôr-se o acento sobre" /"seria predominantemente"), não deixa de se fazer sentir a valorização convencional do platonismo, quer pela ocorrência de corrigir, quer pela hipocrisia discursiva associada a uma fórmula como "e não sei que mais" (a ser invertida e, por isso, depreciar o que se sabe mas não merece ser dito).

É assim que, se a conclusão re-afirma a co-existência das duas vertentes em Camões, a argumentação que a justifica ignora "a esfera do neoplatonismo" e o carácter "sensorial, antimetafísico e não sei que mais", para se colocar na sequência do núcleo metafórico da unidade C (a apontar a inferência despreconceituada da raiz sensual do platonismo), e mesmo na sequência da enunciação metafórica - capaz de dizer o sentido próprio do que apenas aparentemente poderia ser dito com "palavras gastas". A interferência das palavras de Camões institui o duplo movimento entre antecedentes e consequentes discursivos - textual e culturalmente memorizados.

Podemos agora dizer que a estrutura informacional das unidades que analisámos argumenta retroactivamente a asserção inicial, revelando a insuficiência qualitativa do património de saber sobre Camões: "em pura verdade, muito pouco sabemos" porque não sabemos o que podemos saber. Que a língua portuguesa lhe está endividada. Que ele encarnou a condição portuguesa (pobreza, vagabundagem, cadeia, desterro). Que as ninfas dos bordéis de Lisboa tiveram importância na sua vida e na sua poesia. Que foi um homem inteiro, sensual e metafísico.

É com este saber textualmente construído que acedemos ao saber da última unidade do texto (E).

A expressão "este homem" condensa, como tópico de unidade, o saber constituído sobre ele. De "este homem" (tópico) se diz (comentário): "estava destinada a consolidar a Hierarquia com o seu Canto - o supremo ressoar das águas de todos os nossos mares e de todos os nossos olhos".

Globalmente, a sequência tem que ser entendida como conclusão de um amplo acto argumentativo. Demonstrada a pertinência da asserção inicial (e verificado o conteúdo do que sabemos e podemos saber), ela passa a constituir

argumento para uma conclusão, re-orientada pelo marcador conclusivo afinal e pela referência ao que bem conhecemos de Camões: o seu Canto. Será ele a chave da importância simbólica de Camões: na sua versão épica, e oficial ("consolidar a Hierarquia"), mas também na sua versão mais íntima e oculta que o texto revela e valoriza. Se o núcleo metafórico anaforiza Canto (também ele, em certa medida metafórico), anaforiza simultaneamente valores referenciais disponibilizados na unidade B: "encarnou até à medula toda a nossa condição: pobreza, vagabundagem, cadeia, desterro", "uma das figuras mais desgraçadas da via sacra racional".

"O supremo ressoar de todos os nossos mares e de todos os nossos olhos" é o que ouvimos em Camões - o que melhor sabemos dele.

5.1.2. SOBRE CAMILO

O carácter anafórico de grupos nominais introduzidos por demonstrativo caracteriza-se, de acordo com Corblin (1983:123) por um efeito mínimo de identificação e um efeito máximo de reclassificação do elemento anaforizado.

No caso de que nos ocupamos - a ocorrência das expressões Camilo e este homem, respectivamente no título e no início do texto - o efeito de reclassificação poderá ser compreendido tendo em conta o funcionamento do verbo ver que, segundo Franckel, implica uma polarização sobre o sujeito (ao contrário do que se passa com olhar) (3):

(3) Admitimos como válida para o português a descrição, apresentada em FRANCKEL 1989, do funcionamento dos verbos voir e regarder

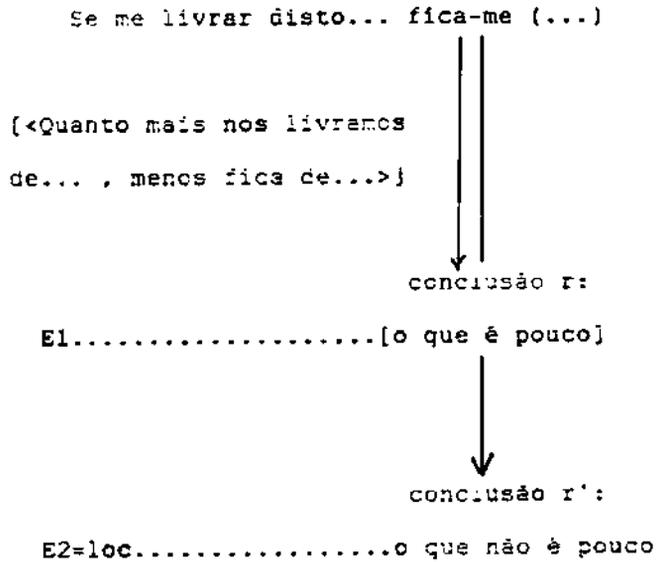
"Le visible n'a de statut qu'à partir
du vu: le visible est une conséquence,
non une condition du vu. Un object
ne devient visible qu'en tant
que quelqu'un le voit." (FRANCKEL 1989:410)

O efeito de reclassificação da expressão este homem,
decorrente do pressuposto frásico ([Eu vejo este homem com
os olhos de Aquilino]) poderá assim ser parafraseado como
[este homem visto por mim com os olhos de Aquilino].

Também ao pressuposto se terá de associar o segmento
introduzido por travessão, que explicita uma conclusão
eventualmente inacessível ao interlocutor: o pressuposto
convoca um topos demasiado local para assegurar um claro
efeito argumentativo (< Quanto mais se vê este homem com os
olhos de Aquilino mais/menos?...>).

Uma vez estabelecido esse efeito (" - daí a minha
antipatia"), o encadeamento discursivo pode fazer-se
"contra" ele: "Preciso de me livrar de tudo o que nele me
repele: (...)".

O segmento, também introduzido por travessão, que conclui esta unidade, (cf. ANEXO 4), opõe-se à conclusão normalmente associada ao topos convocado por livrar de:



Na sequência condicional hipotética (4) ("Se um livrar disto...fica-me (...)"), o conseqüente antecipa a segunda

(4) Sobre condicionais hipotéticos (ou não factuais), veja-se MATEUS et al. [1983] 1989:141-2; 298-302

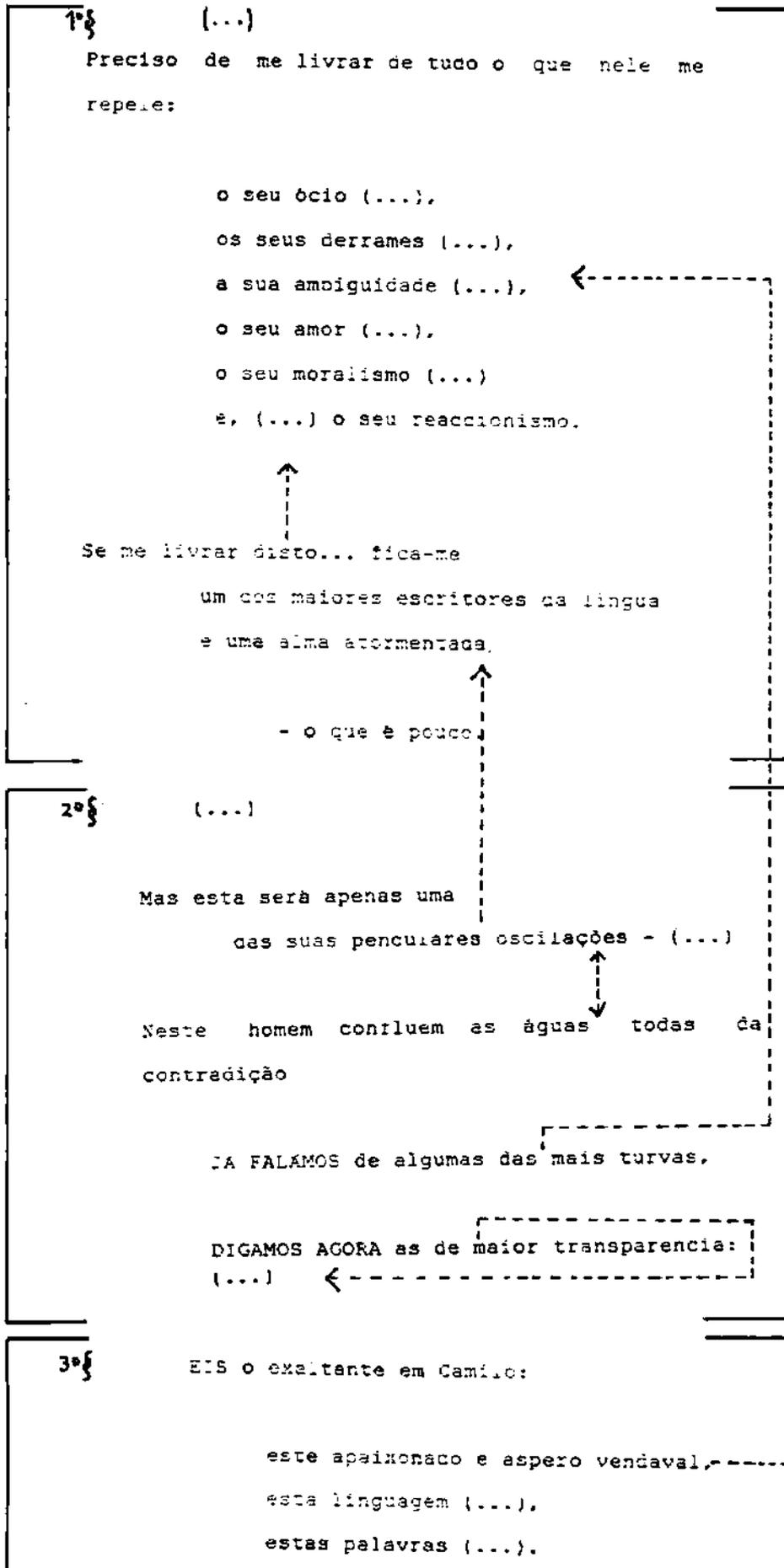
unidade textual - verificando-se ao mesmo tempo um complexo movimento em que se guarda aquilo de que disse querer livrar-se (cf. QUADRO 2)

É também a esta segunda unidade que se liga o carácter ostensivo de eis que introduz a terceira unidade, assumindo a função de marcador conclusivo: co-referenciando (como também as expressões que se seguem) "o exaltante em Camilo", "este apaixonado e áspero verdaval" é reclassificação metafórico do que na segunda unidade se pode já ver (o demonstrativo marca a ostensão do que, num lugar - próximo - da situação textual, se deixa ver). Pode aqui observar-se que o destaque da conclusão acontece, como pensa Lecomte, " quand on a transformé un dire en une évidence." (LECOMTE 1983: d/12).

Também o que acabamos de dizer se poderá ver, de forma esquematizada, no QUADRO 2.

Se o título é, efectivamente, momento último da produção textual, a ocorrência do nome próprio no título deste texto aparece como o que também podemos chamar "reclassificação" do objecto do discurso, estabilizando ou, se quisermos,

QUADRO 2



compactificando (5) a elaboração discursiva a que aquele foi sujeito ({este homem, um dos maiores escritores da língua e uma alma atormentada, Camilo, neste homem confluem as águas todas da contradição, o exaltante em Camilo}):

"Ces noms que nous utilisons sont des "résumés" de discours, les produits d'une sédimentation des discours antérieurs, mais lorsque nous parlons, nous "oublions" cette antériorité. Toutefois, le fil du discours nous restitue le processus, en quelque sorte "in vivo", (LECOMTE 1983:d/22)

Do ponto de vista da leitura, a ocorrência do nome próprio crierece essa sedimentação de discursos anteriores - que se pode aproximar do funcionamento como designador rígido que,

(5) Sobre operações de compactificação, veja-se LECOMTE 1983:d/16-d/18

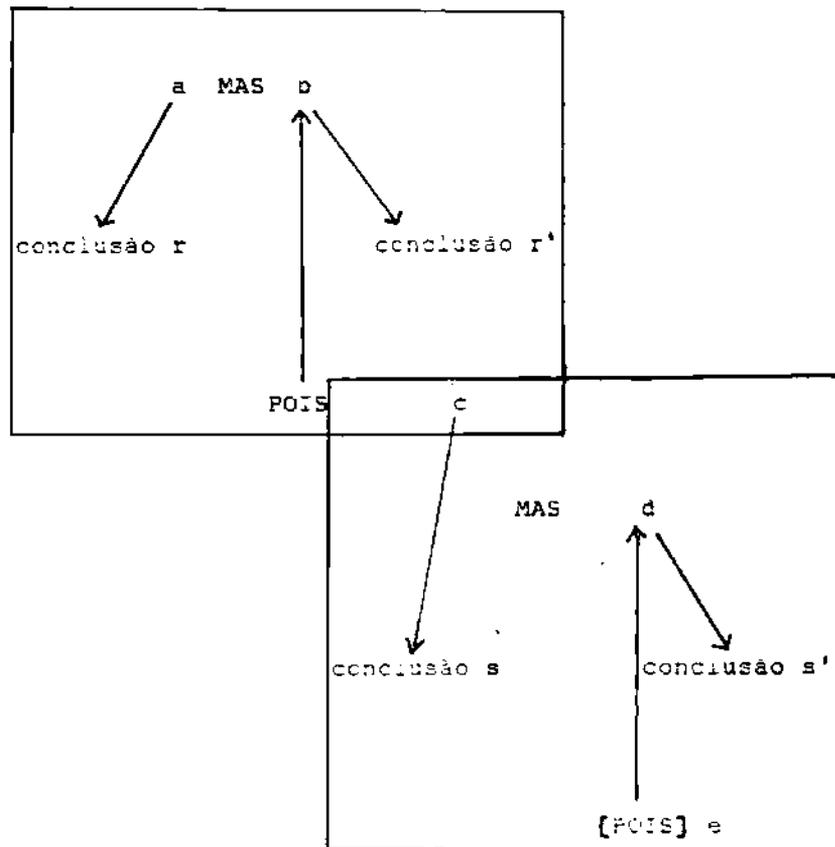
em semântica modal, o caracteriza (6). O título veicula assim, através do nome próprio, a identificação linguística e cognitiva do que se constitui como objecto do discurso.

(6) Entende-se por designador rígido uma expressão que assegura a permanência do referente através de mundos possíveis; veja-se, em particular, KRIPKE 1972-1982

5.1.3. SOBRE O ORPHEU

Da asserção modulada - "Olhado hoje, Orpheu é (...)" - que os enunciados imediatamente posteriores justificam, se poderia concluir a evidência - e, portanto, a pouca pertinência - do que é dito. A essa conclusão se opõe a conclusão suscitada pela reorientação argumentativa que imprime o conector mas, antecipadamente pressuposta em "o que nos parece agora pura evidência".

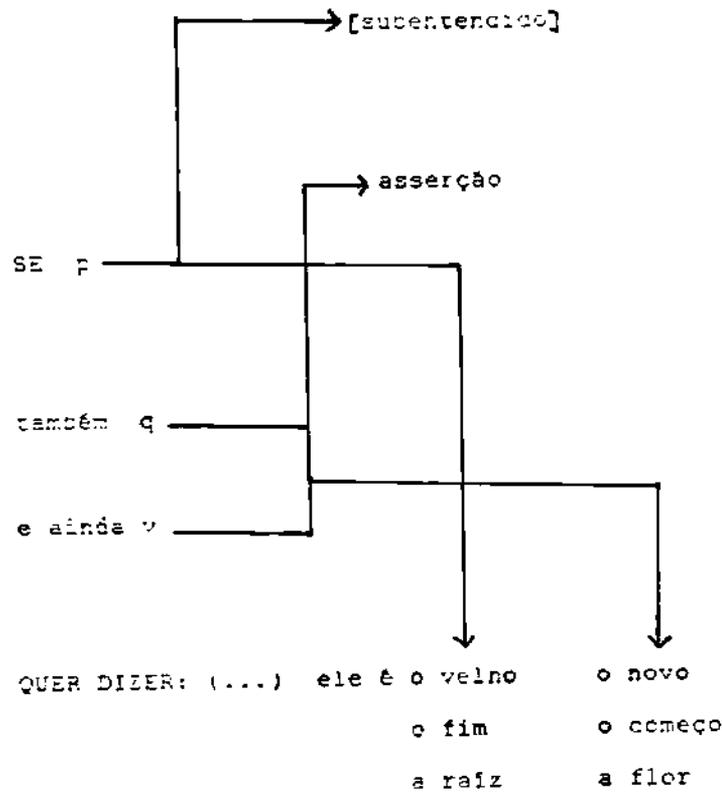
No segmento introduzido pelo marcador argumentativo pois, a utilização de aspas marca o distanciamento do locutor em relação ao termo em questão, e determina o valor referencial que a ocorrência de "o equívoco", no segmento imediatamente posterior, anaforiza (condensa). Simultaneamente, estes dois segmentos determinam conclusões opostas (generalização do equívoco/não generalização do equívoco), como mais uma vez marca o conector mas. A primeira unidade textual (cf. ANEXO 5), aparece assim configurada na regularidade do esquema argumentativo que a seguir se representa:



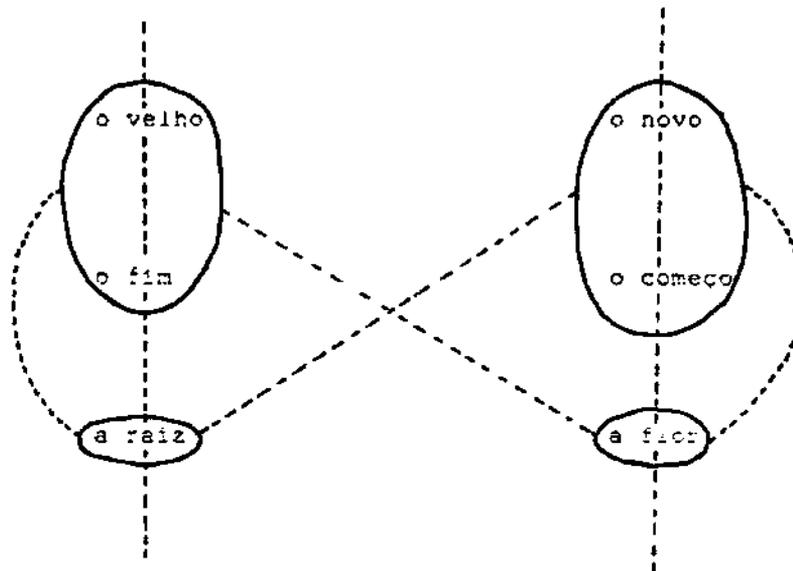
Esta figura é condição de abertura da unidade seguinte: estratégia de topicalização e modalização convergem na reiteração do valor referencial elaborado na primeira unidade.

Também na segunda unidade se poderá reconhecer uma regularidade retórica (argumentativa), associada aos efeitos de justificação retroactiva do segmento introduzido por "Se o pós-simbolismo (...)", e de explicação do segmento introduzido por "Quer dizer (...)".

Esta figura poderá ver-se, como se segue:



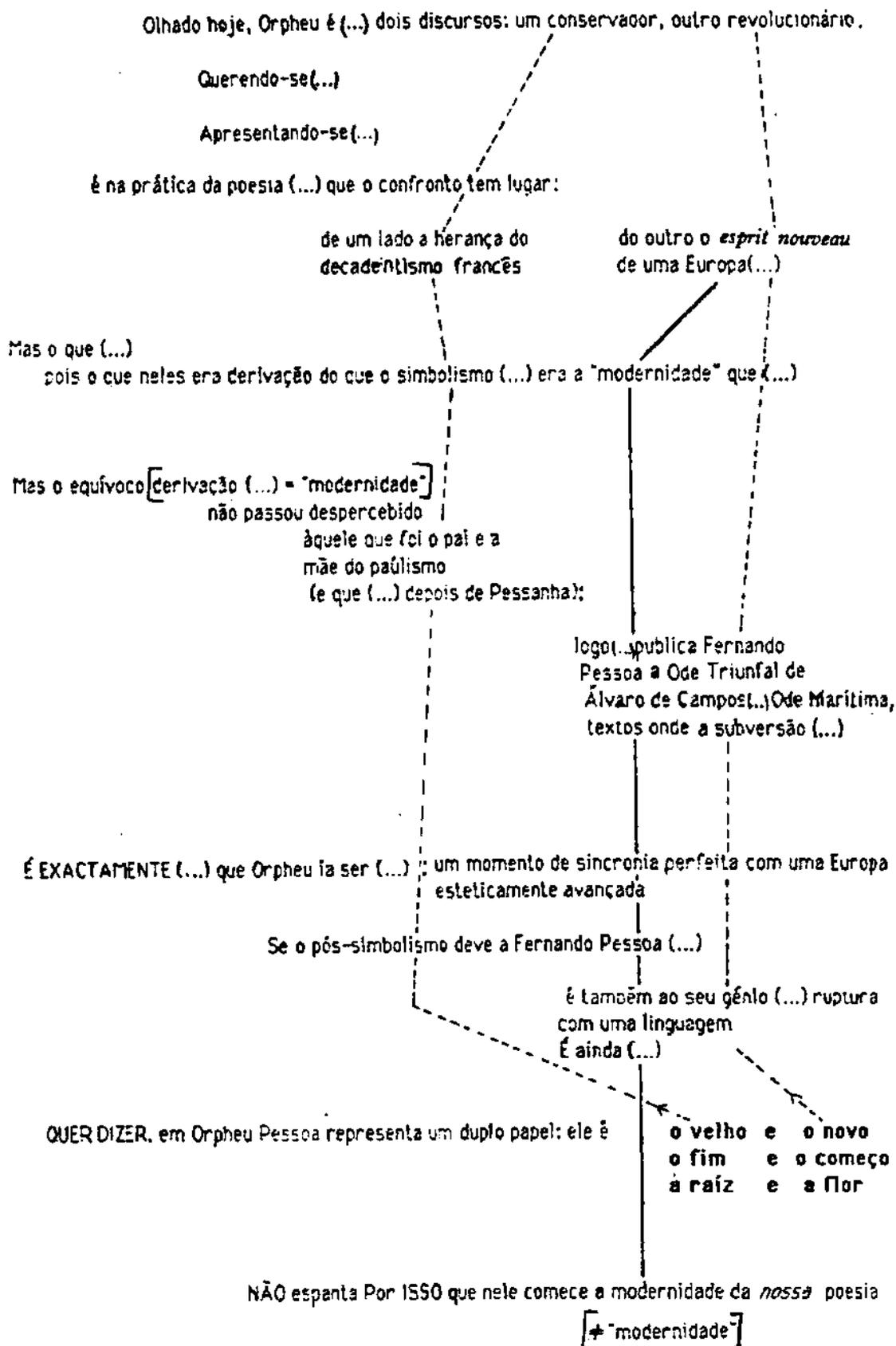
O valor explicativo da reformulação introduzida por "Quer dizer" inverte a ambiguidade referencial que se poderia associar ao núcleo metafórico em ocorrência, e que especifica "um duplo papel": ele é a expressão mais exacta do valor referencial em causa nesta unidade. A essa exactidão corresponde a repetição sem redundância a que se podem associar os efeitos simultâneos de sinonímia, antítese e quiasmo, que mostram "a harmonia de tensões contrárias":



Se o núcleo metafórico determina o objecto "Pessoa", o enunciado assertivo pelo qual o locutor assume a

determinação pode também ser lido como determinação do objecto "Orpheu" ([Orpheu, com Pessoa, é o que Pessoa representa em Orpheu]).

Se tal não é assertado, poderá no entanto ser confirmado, verificando que o núcleo metafórico condensa formulações relativas a Orpheu, a os jovens do Orpheu e a Pessoa, como mostra o QUADRO 3. É assim que, na conclusão argumentativamente destacada por "por isso", a ocorrência de "ele" manifesta alguma ambiguidade: Orpheu ou Pessoa? Pouco importa: Pessoa, em Orpheu, ou Orpheu com Pessoa, começam "a modernidade da nossa poesia". O que o texto mostra, afinal, é a distância que separa a modernidade com aspas (que o locutor não assume) dos jovens do Orpheu, da modernidade sem aspas que o locutor vê em Orpheu com Pessoa. (cf. QUADRO 3).



5.2. VALORIZAÇÃO DOS NÚCLEOS METAFÓRICOS

Através de análises esquematizadas, pretendeu-se visualizar o texto como re-representação - ordenado relativamente a lugares estabilizados, traçado por efeitos de substituição, deslocamento e repetição a que, na sequência de Luísa Soares Opitz, poderemos chamar geometria textual (7).

A importância que nela assumem os núcleos metafóricos será razão para os entender como unidades textuais. Mas procurou-se ainda mostrar como a valorização referencial que considerámos realizarem os títulos recupera em alguns casos os núcleos metafóricos - assim valorizados como, de resto, os próprios títulos.

(7) A noção de geometria textual encontra-se em OPITZ 1984, 1985, e outros trabalhos inéditos da mesma autora.

Admitindo que a observação dos quadros (8) seja em si mesma significativa, limitar-nos-emos a comentar alguns aspectos considerados mais oportunos e significativos.

De uma forma geral ressalta, para a dupla posição de antecedente e conseqüente que cabe aos títulos, a relação, também dupla, com um objecto referencial (o texto) e materiais discursivos (configurados em unidades textuais). Nos QUADROS 5 e 7 poderá ver-se também como os títulos Ainda Pascoaes e Post-Scriptum sobre a alegria marcam, para os respectivos textos e através dos marcadores anafóricos ainda e post-scriptum, a antecedência discursiva dos textos imediatamente anteriores.

Por ter sido já objecto de análise, o texto Camões e as altas torres (QUADRO 4) presta-se a mostrar que a ocorrência de "as altas torres" no título, recupera um valor referencial elaboradamente construído na terceira unidade - condensando-o na recorrência da expressão em causa.

(8) Lembramos a legenda incluída como Anexo 2; também em anexos se encontram os textos analisados

[CAMÕES E AS ALTAS TORRES]

antecedente/consequente referencial

1º § De Camões (...) muito pouco sabemos. (...)

2º § (...) quanto ao "amor ardente" - não foi o próprio Camões que se mostrou dividido entre o límpido apelo dos sentidos e toda uma platonizante teoria de amor (...)?

3º § Que a sua poesia só muito raramente tem a ver com os "pagodes" de Alfama É OBVIO, MAS dali DEVE ter partido algumas vezes para, depois de metamorfoses várias, **Voar muito alto** (...)

TALVEZ Aquilino tenha razão: (...) MAS TEREMOS DE acrescentar que nenhum outro poeta foi capaz de
 * * se erguer tão alto ao céu platónico das ideias * *
 (...)

CLARO QUE Camões, como homem, *medida de todas as coisas*, foi um e outro,
 PORQUE nada impede **que a música de uma natureza mesmo profundamente sensual mas de evidente capacidade visionária possa subir às mais altas torres**

antecedente/consequente discursivo

que se saiba, (...) entre o estar-se eroticamente "a prisões baixas atado" e ter "no alto pensamento" (...)

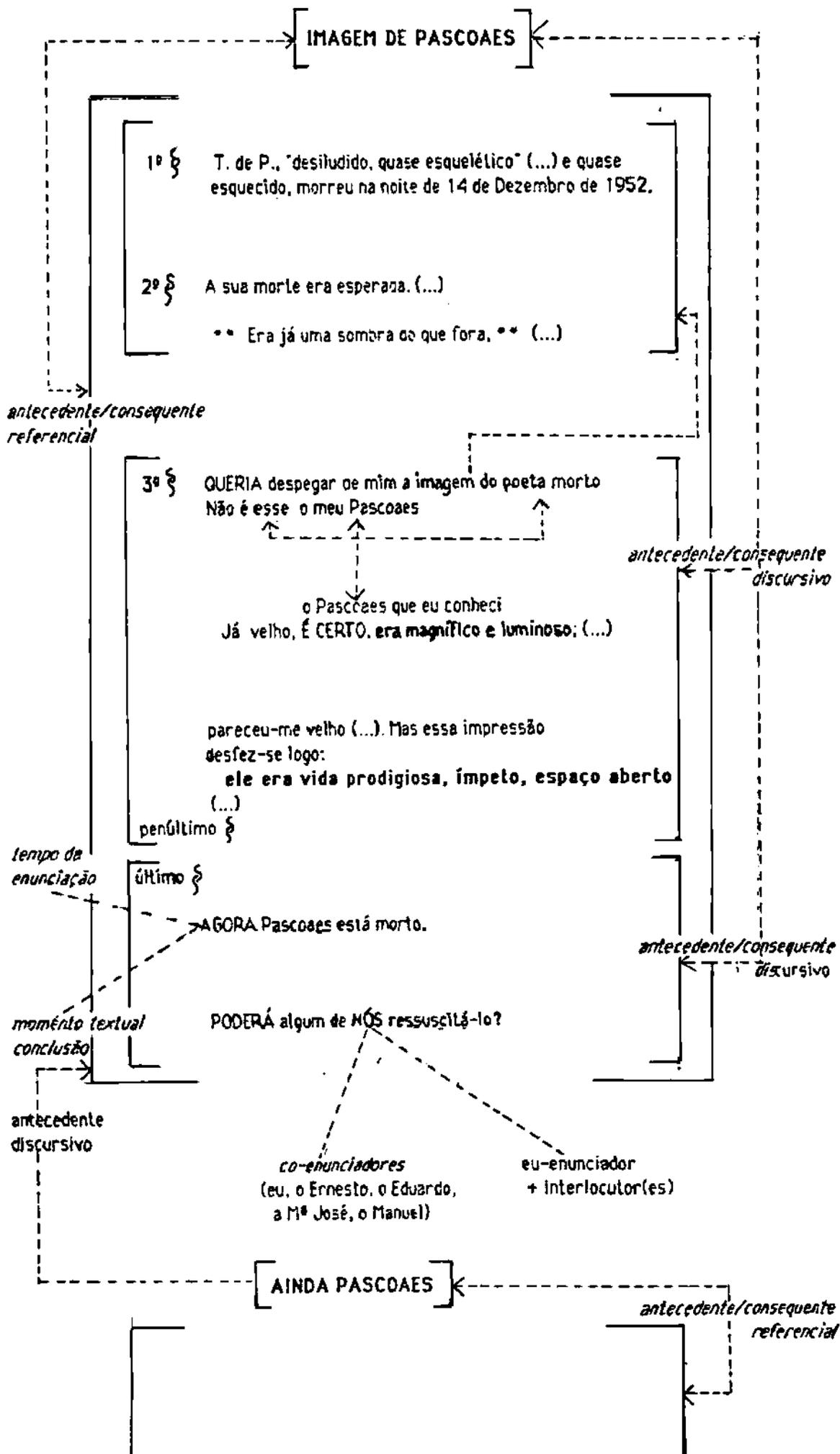
4º § AFINAL, este homem (...) estava destinado a
 * * consolidar a Hierarquia com o seu Canto * *

o supremo ressoar das águas de todos os nossos mares e de todos os nossos olhos.

A valorização dos núcleos metafóricos através da recuperação - citação que deles oferecem os títulos é uma constante dos textos agora considerados - à exceção de Imagem de Pascoaes (QUADRO 5), em que, por isso, nos deteremos.

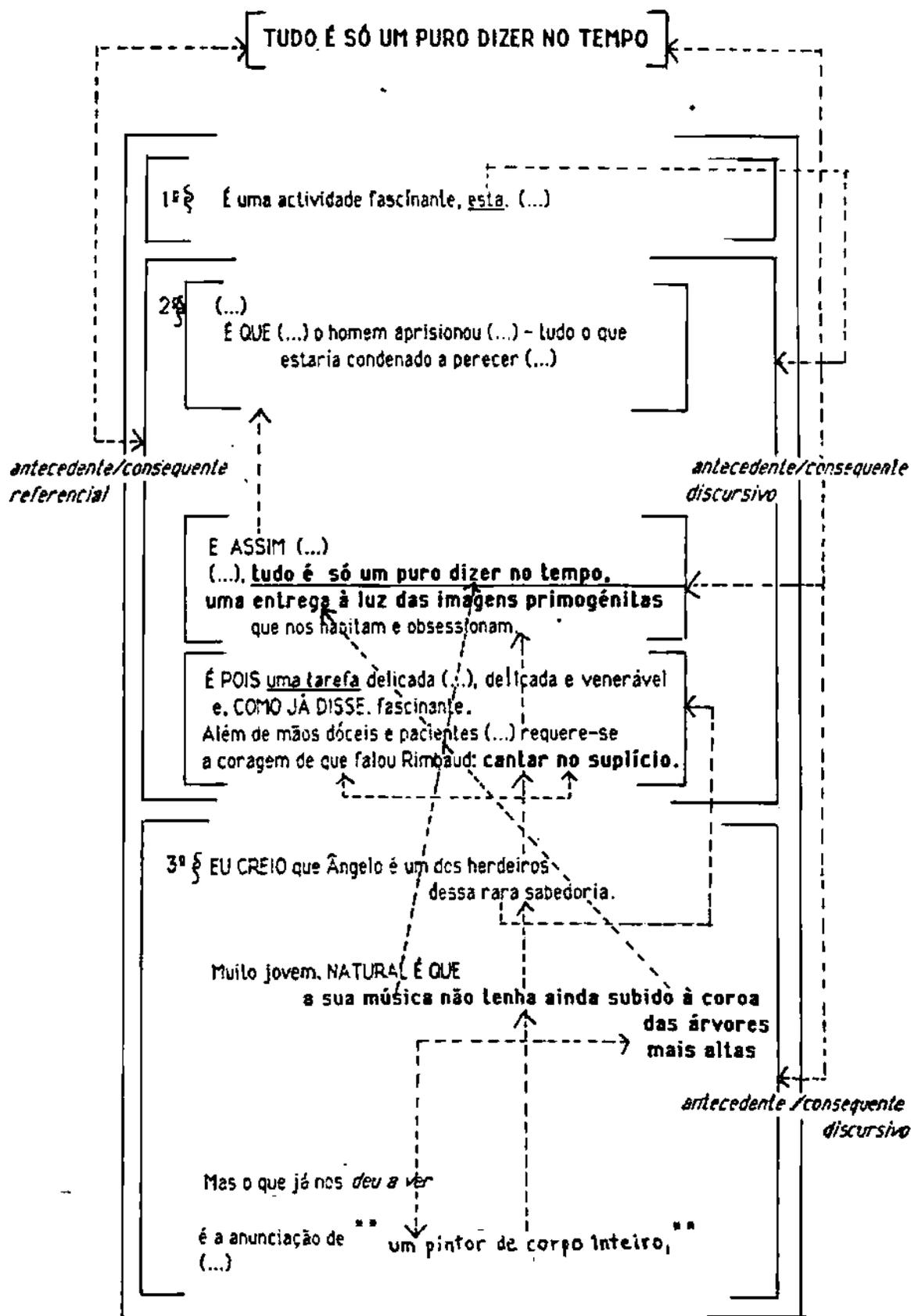
Na segunda unidade, os núcleos metafóricos em ocorrência são argumentativamente determinados pela justificação de "Não é esse o meu Pascoaes" (veja-se, no quadro, os valores referenciais associados a "esse" e "o meu Pascoaes"): a "já velho" e "pareceu-me velho", que poderiam fazer concluir [o poeta a aproximar-se da morte], opõem-se os núcleos metafóricos, como imagem do poeta vivo mas, sobretudo, como imagem da vida do poeta - apesar da idade que, naturalmente, o aproxima da morte (A imagem do poeta vivo será desenvolvida até ao fim desta longa unidade).

A segunda unidade se pode pois associar um valor referencial complexo, parafraseável por [a imagem do poeta que eu conheci vivo e com vida], anaforizado pelo título: embora sem citação, para a valorização referencial que este realiza são determinantes os núcleos metafóricos em ocorrência - são eles o lugar explícito da imagem retida. O valor conclusivo da terceira unidade, que



consideramos marcado por agora, estabelece a ruptura entre aquela imagem - que o título destaca e o texto eterniza - e a morte irrecuperável. Mas enquanto re-tematização do texto, o título assume também a resposta à pergunta formulada: o que "nós" podemos fazer é isto que pelo texto (escrito/lido) fazemos: manter viva a imagem do poeta vivo e com vida.

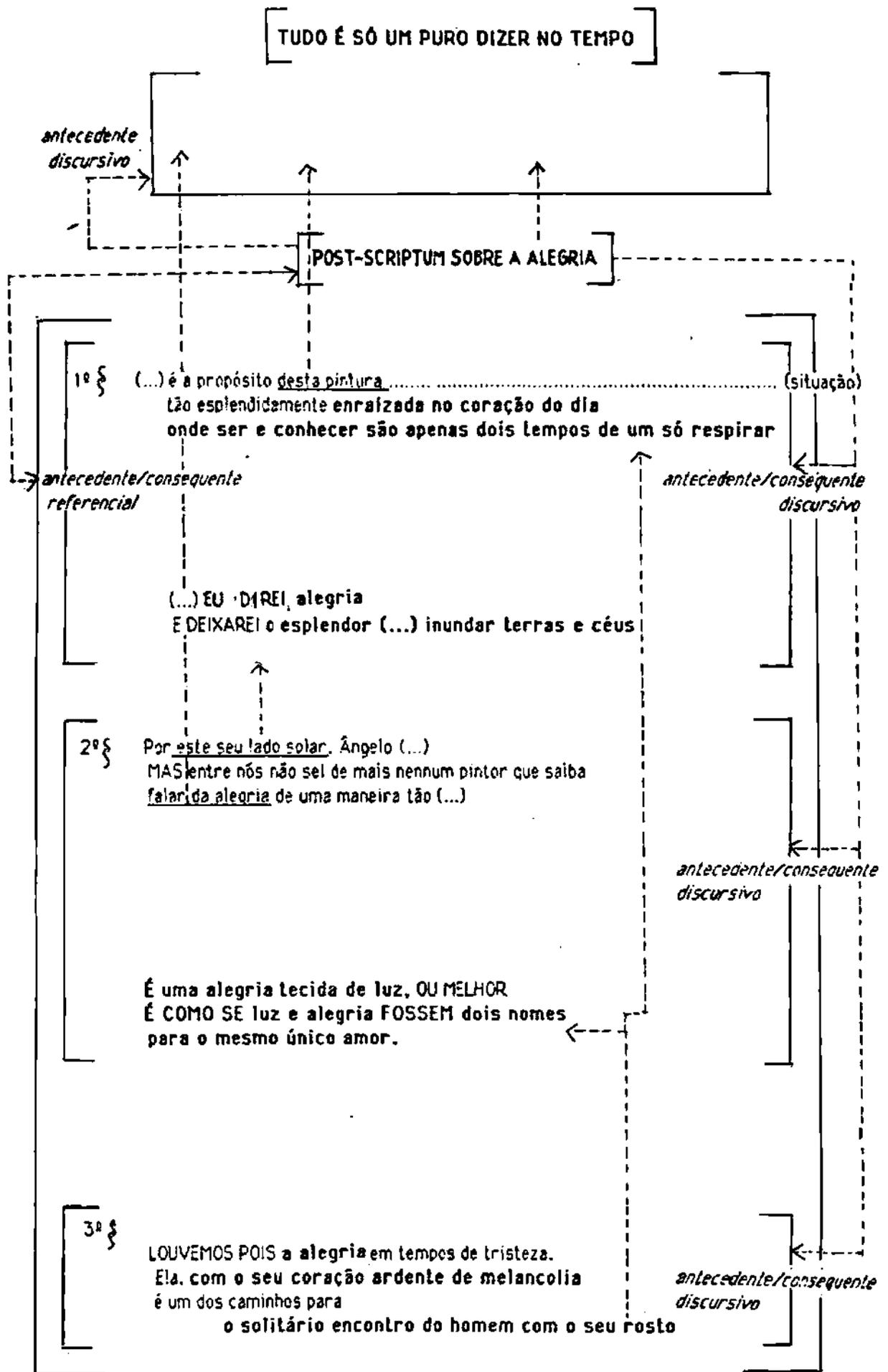
Parece-nos interessante sublinhar, em Tudo é só um puro dizer no tempo (QUADRO 6), a mesma ideia de eternização pela arte, que se pode ver em particular nos dois primeiros segmentos da segunda unidade: uma vez mais se observa que o primeiro núcleo metafórico em ocorrência é argumentativamente determinado pelo segmento anterior - e condiciona posteriormente a ocorrência de "a sua música (...) mais altas". Em "o que já nos deu a ver", o recurso ao itálico manifesta uma espécie de contaminação metafórica que sofre o verbo ver - em ocorrência, anafórico (e metafórico, se assim podemos dizer) reletivamente à visibilidade que a arte de Angelo, como toda a arte, proporciona, e catafórico relativamente à ocorrência de "um pintor". Porque a interpretação de "um pintor de corpo inteiro" é textualmente condicionada, pode ler-se, no

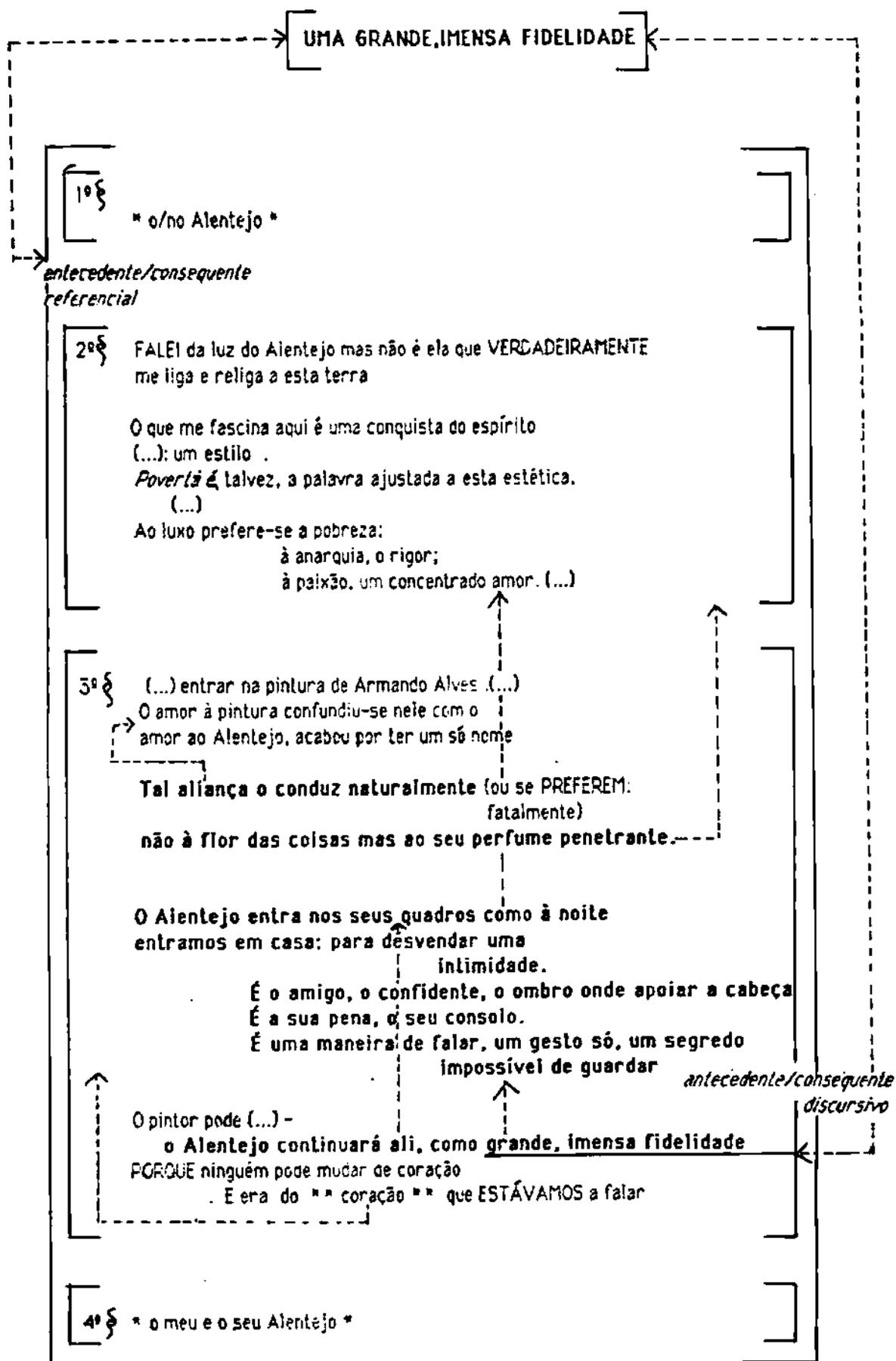


título, a caracterização da arte de Angelo - irmanada a toda a expressão artística.

A par de post-scriptum, também o grupo nominal definido ("a alegria") assume função de marcador anafórico, estabelecendo a antecedência discursiva em que se coloca Post-scriptum sobre a alegria. Neste grupo nominal converge pois um duplo movimento anafórico: o que encontra antecedente no (final) do texto anterior, o que condensa (anaforizando) a elaboração discursiva do próprio texto. Esta é, de forma quase exemplar, a elaboração do objecto discursivo: introdução de uma noção categorizada em língua ("eu direi alegria"), operação de ingrediência estabelecida por quantificação ("é uma alegria"), operação de condensação estabelecida por anaforização das proposições anteriormente enunciadas ("Louvemos pois a alegria"). É também uma operação de condensação (anaforização) a que re-tematiza o texto sobre "a alegria" - não uma qualquer alegria, mas a que foi discursivamente elaborada. (QUADRO 7)

Em Uma grande, imensa fidelidade (QUADRO 8), convirá notar a função da segunda unidade, onde se caracteriza o Alentejo. A ela terá de se ligar, uma vez estabelecida a aliança amor à pintura - amor ao Alentejo, a modalidade de

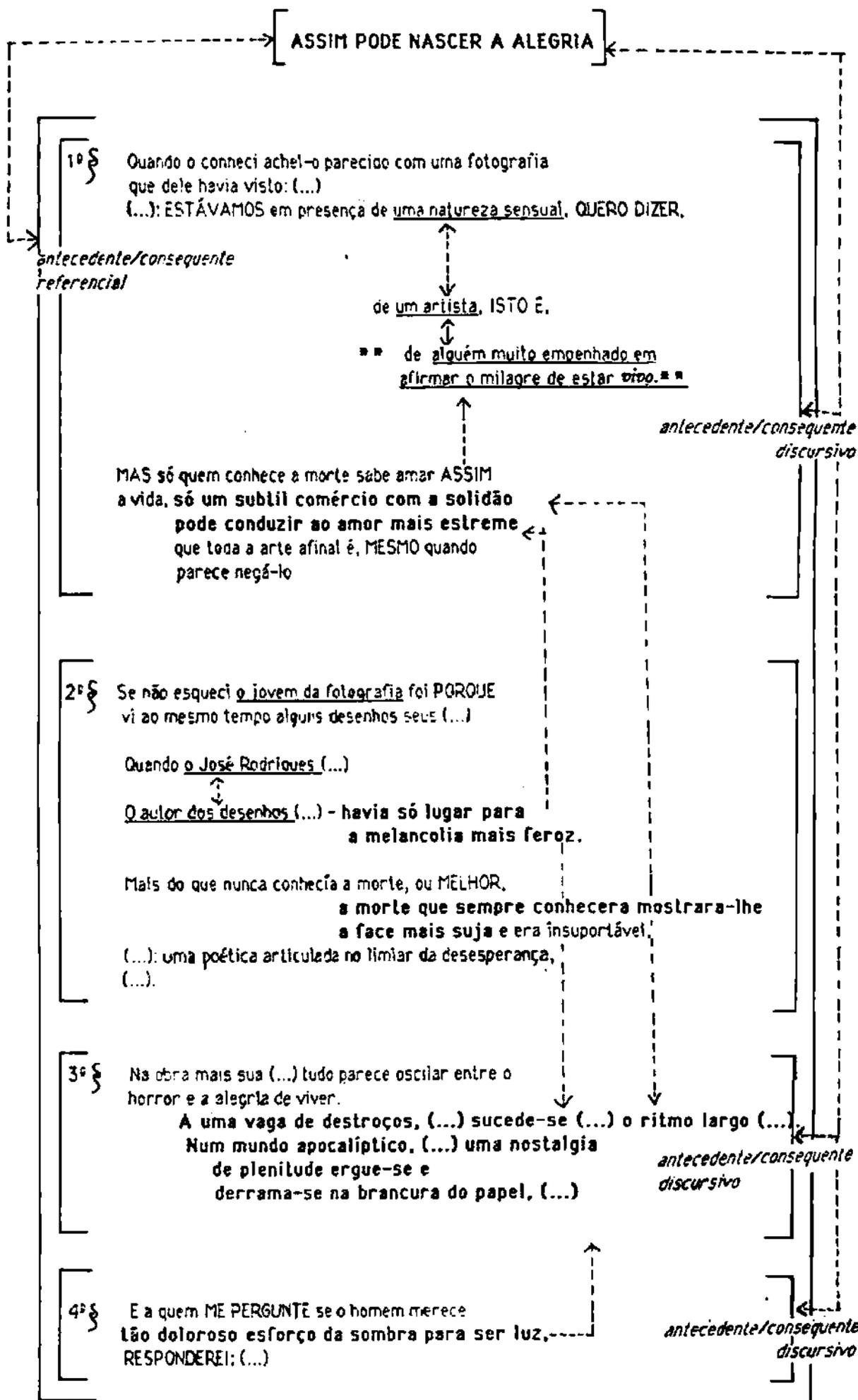




re, marca discursiva da imagem que o locutor tem do que afirma como facto. Pode considerar-se que "naturalmente" explicita a naturalidade discursivamente associada ao núcleo metafórico, simultaneamente reformulação do estilo/estética do Alentejo e formulação do estilo/estética da pintura de Armando Alves (o parêntesis será "delicadeza discursiva", isto é, explicação para um entendedor menos bom).

Também o núcleo metafórico seguinte é dotado dessa mesma naturalidade, assumindo uma função de explicação do que será o "perfume penetrante das coisas": intimidade, fidelidade. O último núcleo metafórico, recuperado no título é assim, simultaneamente, a reiteração de um estilo de fidelidade alentejano, e a afirmação de um estilo de pintura fiel ao Alentejo.

No título Assim pode nascer a alegria, sublinharemos a referência ao próprio acto enunciativo que estabelece assim ([assim como eu digo]), onde converge, do ponto de vista textual, o valor ana-catafórico, respectivamente conclusivo e introdutório. O QUADRO 9 poderá mostrar a função que, num como noutro sentido, cabe aos núcleos metafóricos.



CONCLUSÃO

"L'interprétation est donc spatiale: elle consiste à projeter sur un espace les figures immanentes à une organization discursive."

A. Lecomte

Perspectivado o fenómeno literário em termos comunicacionais e de realização escrita, sublinhou-se a validade local de actos enunciativos - mesmo quando considerados literais. Na enunciação metafórica se viu

pois a potencialidade da língua mobilizada em função de necessidades da dinâmica discursiva - e a literalidade que assume, na regularidade geométrica de efeitos que fazem do texto con-figura-ção. Dependente do trabalho na e pela língua realizado, o valor estético será assim também o da organização textual - literalmente, prazer do texto.

A regularidade observada em textos de Os Afluentes do Silêncio mostra, dentro da orientação textual que imprimem o que designámos como núcleos metafóricos, o destaque de conclusões e, em alguns casos, a retematização efectuada nos títulos. A recorrência de uma tal regularidade num conjunto de textos reunidos em livro, como parece ser o caso de Os Afluentes do Silêncio, poderá esclarecer a sua especificidade literária - para que talvez nos falte, na herança de discursos anteriores, um nome.

A menos que o confronto - a fazer - com textos de carácter ensaístico, mais e menos recentes, confirmasse a tendência para, na esquematização do real própria da actividade discursiva, se recorrer à força argumentativa da enunciação metafórica - a intituir-se como lugar de referência na organização textual. Seria então caso para aceitar, na contingência histórico-cultural de uma época, o ensaio como

categoria literária - e talvez ocasião de atribuir a Os Afluentes do Silêncio um papel precursor. Ou, pelo menos, para reconhecer a necessidade "literária" da comunicação - que, no rigor geométrico e recorrente daqueles textos, acede ao estatuto de comunicação literária.

Em qualquer caso, a regularidade estilística que caracteriza esta obra manifesta o que, parafraseando o próprio Eugénio de Andrade, diremos ser a consciência textual própria de um grande poeta.

ANEXOS

NÚCLEOS METAFÓRICOS

(CAMÕES E AS ALTAS TORRES)

- ... as águas camonianas não
tenham molhado de luz... ÁGUA, LUZ
- ... voar muito alto... VOAR, ALTO
- ... possa subir às mais altas torres... SUBIR, ALTO
- ... o supremo ressoar de todos os nossos
mares e de todos os nossos olhos... MAR/ÁGUA

(SOBRE CAMILO)

- ... confluem as águas todas de
contradição... ÁGUA

(AINDA PASCOAIS)

... cumes da prosa do poeta... CUME

... mergulhar fundo nas belas
e terríveis águas maternas... AGUA/ÁGUAS
MATERNAS

(SOBRE o ORPHEU)

... onde aliás confluíam algumas
águas do saudosismo... AGUA

(ADEUS A MANUEL RIBEIRO DE PAVIA)

... uma intimidade fácil, apesar de
luminosa, com as pequenas e
efémeras fontes da vida... LUZ , FONTE

(TUDO É SÓ UM PURO DIZER NO TEMPO)

... uma entrega à luz... LUZ

... a sua música não tenha ainda
subido à coroa das árvores mais
altas...

SUBIR, ALTO

(ASSIM PODE NASCER A ALEGRIA)

... tão doloroso esforço da sombra
para ser luz...

SOMBRA, LUZ

(NOS 70 ANOS DE LOPES - GRAÇA)

... o rosto português se reflectiu
e demorou nas suas águas...

AGUA

LEGENDA

- [] - demarcação de unidades textuais
- a negro - núcleos metafóricos
- “...”** - expressões em que a metaforização se pode considerar de uso generalizado
- itálico - expressões metalinguísticas
- (antecedente)←----(consequente) - relação anafórica
- (consequente)----->(antecedente) - relação catafórica
- ←-----> - relação ana-catafórica ou relação co-referencial
- ←----->— - relação ana-catafórica com citação
- > - relações argumentativas
- maiúsculas - marcadores de operações enunciativas/argumentativas
- *...*** - tópico discursivo

CAMÕES E AS ALTAS TORRES

A De Camões, em pura verdade, muito pouco sabemos. Nasceu pobre, viveu pobre, morreu mais pobre ainda (se não miseravelmente), ele, que acumulou bens que milhares e milhares de homens não têm chegado para delapidar. E será difícil exaurir tão fabulosa fortuna. Porque — quem o duvida? — foi Camões que deu à nossa língua este aprumo de vime branco, este juvenil ressoar de abelhas, esta graça súbita e felina, esta modulação de vagas sucessivas e altas, este mel corrosivo da melancolia. Daí ser raro o verso português digno de tal nome que as águas caronianas não tenham molhado de luz, desde as mais ásperas das suas consoantes às suas vogais mais brandas.

B Fora do nosso coração, não sabemos onde Camões nasceu; nem o ano ou o dia em que saiu da «materna sepultura» para o primeiro amanhecer. Como não sabemos onde estudou ou quem lhe ensinou o muito que sabia. Nem isso importa. Nalgumas linhas da sua poesia, e sobre-

tudo nas poucas cartas que indubitavelmente são dele, pode ler-se que, como português, encarnou até à medula toda a nossa condição: pobreza, vagabundagem, cadeia, desterro. «Erros», «má fortuna» e «amor ardente» se conjuraram para fazer daquele alto espírito do Maneirismo europeu uma das figuras mais desgraçadas da via-sacra nacional. Por «erros», talvez se possa entender um cristianíssimo arrependimento daquele marialvismo da sua juventude; a «má fortuna» não pode ter sido senão a de ter vivido num tempo em que Portugal, além de ser «uma casa sem luz em matéria de instrução», se preparava faticamente para abandonar todas as suas guitarras nos campos de Alcácer Quibir; quanto ao «amor ardente» — não foi o próprio Camões que se mostrou dividido entre o límpido apelo dos sentidos e toda uma platonizante teoria de amor bebida em Petrarca e Santo Agostinho?

C Não sabemos também quem o poeta tenha amado, para lá das anónimas «ninfas de água doce» do *Mal-Cozinhado* e outros bordéis de Lisboa. Mas que tais «ninfas» tiveram na sua vida importância, ninguém pode duvidar. As cartas de Camões, e como fonte da sua vida

privada nada temos mais seguro, além de nos darem notícia do seu espírito arruaceiro, quase não falam noutra coisa. Que a sua poesia só muito raramente tem a ver com os «pagodes» de Alfama é óbvio, mas dali deve ter partido algumas vezes para, depois de metamorfoses várias, voar muito alto, como sempre aconteceu, particularmente em herdeiros da *cortezia* e do *dolce stil nuovo*. Porque a verdade é que nenhuma poesia portuguesa partiu tanto dos sentidos para tanto se desprender deles, como a de Camões. Talvez Aquilino tenha razão: Camões deve realmente ter saboreado com o corpo todo as coisas boas, defesas ou permitidas da vida, mas teremos de acrescentar que nenhum outro poeta foi capaz de se erguer tão alto ao céu platónico das ideias, e tão pungentemente meditar sobre as «mudanças» a que *todo o amor* está sujeito, ou tão dramaticamente arrancar do «abismo infernal de (seu) tormento» a transparência de um canto dilacrado por uma lúcida consciência de desamparo e desconcerto. E não me venham com maniqueísmos: «damas da corte» de um lado, e do outro «damas de aluguer» — o amor ergue os seres ao horizonte da digni-

dade, e Camões, ou quem quer que seja, se na verdade amou, nunca fez outra coisa.

D Se não estou em erro, foi António Sérgio quem mais incisivamente trouxe o lirismo camoniano para a esfera do neoplatonismo, e sublinhou, além de preocupações religiosas e morais, a raiz metafísica da sua poesia amorosa. Ao pôr-se o acento sobre o carácter intelectual desta poesia, procurava-se corrigir uma ideia bastante corrente de que o poeta seria predominantemente sensorial, antimetafísico, e não sei que mais. Claro que Camões, como homem, *medida de todas as coisas*, foi um e outro, porque nada impede que a música de uma natureza mesmo profundamente sensual, mas de eminente capacidade visionária, possa subir às mais altas torres; que se saiba, não há incompatibilidade nenhuma entre o estar-se eroticamente «a prisões baixas atado» e ter no «alto pensamento» a sua naturalíssima complementaridade.

E Afinal, este homem que deixou fama de desabusado, este pobre soldado raso que regressa de Ceuta a «manqueja(r) de um olho» (para o dizermos com terríveis palavras suas), que serviu na Índia durante cerca de três lustros sem

sequer ter ganho para as passagens de regresso à pátria, este homem que, segundo um dos seus primeiros biógrafos, ao morrer não tinha um lençol para mortalha, estava destinado a consolidar a Hierarquia com o seu Canto — o supremo ressoar das águas de todos os nossos mares e de todos os nossos olhos.

SOBRE CAMILO

Eu creio que nunca mais deixarei de ver este homem senão com os olhos de Aquilino — daí a minha antipatia. E, o que é pior, medir-lhe o estilo pelo do Eça, à sombra de quem me criou. Preciso de me livrar de tudo o que nele me repele: o seu ódio ao corpo, os seus derrames líricos a cheirarem ainda às fraldas do Filinto, a sua ambiguidade perante um romantismo de pataco, o seu amor pelos frades seicentistas, o seu moralismo de entre-douro-e-minho e, por fim (por fim?, antes de tudo!), o seu reaccionarismo. Se me livrar disto... fica-me um dos maiores escritores da língua e uma alma atormentada — o que não é pouco.

«Escrever é obedecer», disse Camilo. E não disse mal, evidentemente, mas teria dito melhor, e mais de harmonia com o seu temperamento, ou com a exasperada violência das suas páginas mais pungentes, se dissesse o que muito bem sabia: *Escrever é desobedecer*. Mas esta será apenas uma entre mil das suas pendulares osci-

lações — Camilo foi sempre de extremos, e não só em coisas de estilo. Neste homem confluem as águas todas da contradição. Já falámos de algumas das mais turvas, digamos agora as de maior transparência: um realismo estreme e tão espontâneo que tudo o que nele não seja essa decantação nos parece postiço; um sarcasmo corrosivo e barroco, onde a ferocidade se expande num ritmo alegre e juvenil, e que é a mais alta criação do seu génio; algumas criaturas saídas, não da sua imaginação, mas da sua memória, como Camilo gostava de dizer, com sabor a terra nos modos e nas falas, e solertes como bem poucas há entre nós.

Eis o exaltante em Camilo: este apaixonado e áspero vendaval, esta linguagem a que Montaigne chamaria soldadesca, por oposição à fradesca, estas palavras tanto mais dóceis quanto mais a mão que as chamava envelhecia e os olhos lhe iam anoitecendo.

SOBRE O ORPHEU

Olhado hoje, *Orpheu* é o espaço onde se defrontam uma vez mais dois discursos: um conservador, outro revolucionário. Querendo-se apenas revista de «literatura», apresentando-se sem carácter doutrinário, é na prática da poesia e não na teoria que o confronto tem lugar: de um lado a herança do decadentismo francês, do outro o *esprit nouveau* de uma Europa que mesmo em armas não deixava de lutar por uma estética de vanguarda. Mas o que nos parece agora pura evidência não o era de modo nenhum para os jovens do *Orpheu*, pois o que neles era derivação do que o simbolismo produzira de mais enfático e barroco (e entre nós encontrara expressão efémera no paúlismo, onde aliás confluíam algumas águas do saudosismo) era a «modernidade» que aqueles espíritos ávidos de «cosmopolitismo» tinham à mão. Mas o equívoco não passou despercebido àquele que curiosamente foi o pai e a mãe do paúlismo (e que paralelamente estava também a escrever a mais imponderável e ver-

lainiana música de quantas se escreveram depois de Pessanha): logo no primeiro número da revista publica Fernando Pessoa a *Ode Triunfal* de Álvaro de Campos, seguida imediatamente da *Ode Marítima*, textos onde a subversão não atingia apenas a linguagem mas as próprias instituições. É exactamente graças às magníficas Odes de Álvaro de Campos e a alguns versos mais pungentes e desafectados de Sá-Carneiro, sem esquecer o que de provocatório havia em ambos, que *Orpheu* ia ser essa coisa raríssima, se não única, em Portugal: um momento de sincronia perfeita com uma Europa esteticamente avançada. Se o pós-simbolismo deve a Fernando Pessoa, além de alguns dos seus mais belos momentos, um empolamento que não tivera antes, sobretudo pela contaminação dos seus camaradas, é também ao seu génio que ficaremos a dever a ruptura com uma linguagem que não fazia mais que repetir-se, perdida toda a capacidade de invenção. É ainda com Álvaro de Campos que entre nós, sem qualquer ambiguidade, e de uma vez por todas, desaparece a confusão entre *poesia popular* (também cultivada por Pessoa, e trazida à tona pelos românticos alemães) e *lin-*

guagem falada (cuja fluidez fora pressentida por António Nobre e Cesário Verde). Quer dizer, em *Orpheu* Pessoa representa um duplo papel: ele é o velho e o novo, o fim e o começo, a raiz e a flor, e não raramente o discurso que nos legou foi «a harmonia de tensões contrárias, como o arco e a lira», de que falou Heraclito. Não espanta por isso que nele comece a modernidade da *nossa* poesia.

IMAGEM DE PASCOAES

Teixeira de Pascoaes, «desiludido, quase esqueletico», como ele dizia, e quase esquecido, acrescento eu, morreu na noite de 14 de Dezembro de 1952, e tão serenamente que a familia que o rodeava esperou ainda que voltasse a respirar. Mas não. O «pobre Joaquim» estava morto. Entrou na morte com a mesma simplicidade com que entrava em casa. A partir daquela noite era ao calor doutro sol que aquecia as mãos e a melancolia.

A sua morte era esperada. Sobretudo a esperavam aquela meia-dúzia de amigos que o viram sair, cerca de quinze dias antes, de uma casa de saúde do Porto, para entrar na ambulância que o levaria à Casa de Pascoaes. A São João de Gatão, como ele gostava de dizer. Era já uma sombra do que fora, os olhos apagados mal se abriam, as mãos quase não podiam com o gesto, e até algumas pessoas de familia deixara de reconhecer. O fim chegara, embora o corpo permanecesse ainda vivo. Durante os cinco dias que

ali esteve, o delírio e o torpor foram o seu pão e o seu vinho. Contudo, ao chegar a casa ainda a reconheceu, e alegrou-se. Mas vinha ferido de morte. E a morte veio sem que ele desse por isso. Com tudo o mais que se seguiu já Pascoaes nada teria a ver. Nem ele, nem eu.

Queria despegar de mim a imagem do poeta morto. Não é esse o meu Pascoaes. O Pascoaes que eu conheci, já velho, é certo, era magnífico e luminoso: espontâneo e simples como as crianças, mas também terrível e acusador como um profeta do Velho Testamento. A sua presença era inquieta e feliz, não deixando nada em sossego, em nome da verdade. A mentira era para ele o maior dos pecados.

— Eu devo ter-me enganado muitas vezes, mas nunca menti — disse-me ele no nosso primeiro encontro. Já lá vão uns anos. Pascoaes viera esperar-nos ao caminho. Com um abraço, porque ele abraçava toda a gente. Mostrava o seu Marão, contava como lá descobrira aquele anel de ferro que trazia no dedo (e levaria para a morte), lamentava que não houvesse neve. (Estava um dia de primavera naquele inverno, lembra-te, Ernesto? Lembra-te, Eduardo?)

Eu olhava-o deslumbrado. No primeiro momento Pascoaes pareceu-me velho, muito mais velho do que eu imaginara. Nunca o vira antes e apenas o conhecia de antigos retratos. Mas essa impressão desfez-se logo: ele era vida prodigiosa, ímpeto, espaço aberto. Sobretudo diante do Marão.

— Os poetas — dizia — precisavam todos de uma casa assim. É verdade!, veja lá a sorte que eu tive em nascer numa casa destas!

Estávamos naquela varanda enorme por onde os limoeiros, a serra e o tempo entravam. Mostrou a seguir o quarto onde dormia e normalmente trabalhava. Era um quarto pequeno, modestíssimo, desconfortável... e fantástico! Uns trastes que ele próprio desenhara, toscos, despreziosos, pobres — um catre, uma cómoda, um armário, uma mesa redonda de pinho, um fogão; tudo coberto de livros, de cartas, de pequenas coisas que ia trazendo dos seus passeios: pedras, búzios, raminhos de urze. Nas paredes um Cristo, uma espiga de milho, velhas imagens, tesouras de poda e os seus desenhos ingénuos, de cor viva — anjos, crianças, santos, camponeses. Ele próprio vestia como um camponês, não lhe fal-

tando sequer a corrente de prata no colete, a prender o relógio. Tudo aquilo era fruto de uma estética da pobreza, uma costela franciscana que Pascoaes tinha, porque no resto da casa, como verifiquei em tanta ocasião, sentia-se abastança e até certo gosto. Mas sentia-se também um abandono imenso, que começava a devorar as próprias paredes. Até as pessoas que passavam tinham um ar sonâmbulo.

Lembro-me, a propósito, de uma história que o Vigo Thelen me contou em Amsterdão. Um dia o Vigo, que vivia então em casa de Pascoaes, encontrou no chão uma factura importantíssima e, para ver o que dava aquilo, pregou-a à entrada da sala de jantar. Chegou a hora do almoço. Passaram as criadas, olharam a factura, e andaram. Entrou a mãe de Pascoaes, parou, leu a factura, e sentou-se. Entraram outras pessoas da casa, pararam, olharam a factura, e sentaram-se. Veio depois o Pascoaes, parou, leu o papel, e sentou-se à mesa. E o Vigo acrescentou, a rir: «Não tive outro remédio senão arrancar eu próprio a factura, no dia seguinte.»

Do seu quarto passámos à biblioteca. Havia livros amontoados em toda a parte, por já não

caberem nas estantes, e quadros pelas paredes. Eu devorava lombadas e capas com os olhos. Um Blake traduzido pelo Gide, Virgílio, Lucrecio, Unamuno, o *Libro de Poemas* do Lorca, donde saltou um postal de Federico («Querido Poeta... No me olvide»), uma velha edição do Sá.

— Gosta muito de António Nobre, Pascoaes?

— Claro que gosto! «É a nossa maior poetisa!»

Eu ri e abaixei-me para apanhar do chão um livro de grande formato. Era a *Dispersão*, oferecida por Sá-Carneiro. Enquanto Pascoaes fazia o louvor do livro e do autor, perguntei-lhe intencionalmente:

— E Fernando Pessoa?

— «Era um grande crítico, não há dúvida!»

Eu permiti-me acrescentar:

— E um grande poeta, Pascoaes!

Ele não concordou e eu, o mais delicadamente que soube, perguntei-lhe se já lera os livros que a Ática começara a editar. Pascoaes não os lera; conhecia apenas o Pessoa («futurista»). Então, triunfante, comecei a dizer-lhe um dos seus poemas que sabia de cor:

*Dá a surpresa de ser.
É alta, de um loiro escuro.*

Ele ouviu até ao fim, mas negou-se à poesia. Achava que eu a tinha valorizado e insistia no crítico. Mais tarde, por várias vezes, voltei à carga. E naquelas luminosas férias que passámos na Foz, na Praia dos Ingleses, muitas vezes Pascoaes me falou de Fernando Pessoa com estima e admiração. E a prová-lo aí está essa discreta homenagem — a citação, num dos poemas dos *Últimos Versos*, de uma frase tirada de uma carta do poeta da *Ode Marítima*. Ao entregar-me o original, o próprio Pascoaes me chamou a atenção.

Não foi fácil conseguir os últimos poemas. Não por falta de generosidade e camaradagem do nosso poeta, mas por insegurança. (Hesitei muito em escrever a palavra, mas creio que é a exacta.) Pascoaes não tinha confiança nos versos escritos aos 70 anos. Ele próprio me disse que «se via bem que eram versos de um homem que de há vinte e cinco anos para cá só escrevia em prosa». *

* Os *Versos Pobres*, publicados em 1949, pertencem a cadernos de juventude.

Um dia, numa visita que lhe fiz, pedi-lhe um poema para publicar. Havia tanto tempo que não publicava versos! Ele foi buscá-lo e, ao entregar-mo, convidou-me a ouvir ler o que ultimamente tinha escrito — os *Versos Brancos*. Fomos para o seu quarto e as crianças da casa vieram atrás de nós. Eram umas três ou quatro e nada sossegadas. Sentaram-se no chão, à nossa roda, mas daí a instantes nada parava no seu lugar. Pascoaes ia lendo, indiferente ao barulho dos pequenos, quebrando a leitura para responder às perguntas que lhe faziam a propósito de já não sei que jogos. Eu perdia muitas palavras, mas não ousava mandar embora os miúdos. Pascoaes lia em voz baixa, voltando atrás numa ou noutra passagem, para sublinhar os versos que mais lhe agradavam. A leitura acabou e eu ficara sem qualquer ideia do livro. Os garotos não o tinham permitido.

Quando de lá saí, o que trazia nos ouvidos era o marulho dos seus versos antigos:

*Canção divina as cousas comovia,
E de ternura as árvores choravam...*

Já no comboio, reli o poema que me tinha dado:

*Oh, a humildade dos pagãos!
Divinizaram os animais...*

Mas o soneto de Eurídice sobrepunha-se, insistia dentro de mim:

*Era Orfeu, de inspirado, que descia
As entranhas da terra! E se afundavam
Os seus olhos na noite, muda e fria,
Onde as pálidas sombras vagueavam.*

Passou algum tempo (*Euridice, o seu morto e triste amor, / Ouvindo-o, tomou forma e viva cor...*) e de Lisboa escrevi a Pascoaes pedindo-lhe o livro para o «Cancioneiro Gerab». Em 26 de abril de 1950, respondia-me: «Quanto aos versos brancos, estive a relê-los e achei-os brancos de mais... Exceptuando-se três ou quatro composições, o resto é só neve... Enfim, resolvi não publicar o livro, salvo se eu conseguir aumentar o número das que me agradam, para pôr de parte as inferiores.»

Respeitei o que me dizia e não insisti. Só mais tarde, aqui no Porto, num dia em que nos encontrámos numa das suas conferências, voltámos a falar no assunto. Disse-me então que os versos tinham aumentado e que já tinha dois livros — *Versos Brancos* e *Últimos Versos*. O título o dizia, seriam realmente os últimos versos.

Veio agosto de 1952. Pascoaes anunciou a sua chegada. Vinha finalmente passar um mês à Foz. Encontrámo-nos então quase todos os dias, na praia ou em casa da Maria José, onde se tinha instalado.

Gozava de boa saúde. Sentia-se feliz, dormia bem, coisa que não lhe acontecia em sua casa. Falava em mudar-se para a Foz e ir a São João de Gatão apenas nas férias. As tardes passavam rapidamente. Pascoaes tinha uma memória prodigiosa e contava imensas histórias. Junqueiro, Unamuno, Raul Brandão, Lorca, Columbano, António Carneiro, Lopes Vieira, António Patrício surgiam a todo o momento, graças à sua magia. De vez em quando parava, olhava inquieto à roda, levantava-se, procurava

a afilhada, voltava a sentar-se, desculpava-se de um tal desvelo, e prosseguia:

— «Pois é verdade!, do Gide nunca consegui ler mais de cinco páginas. Aquela cristalização não me diz nada. Cada francês está convencido que tem um ateniense na barriga, mas não valem grande coisa. Mesmo os seus melhores poetas são de segunda ordem.»

Uma tarde, a Maria José, o Manuel e eu combinámos ouvir uns discos. O Pascoaes, por coincidência, não foi à praia. Choviscava. Pusemos a *Noite Transfigurada* no pick-up. Passados minutos, verifiquei que o nosso poeta se tinha retirado. Vim encontrá-lo noutra sala, a folhear um livro. «Música — disse-me ele — só a das esferas e o fado cantado pelo Hilário.» Da música das esferas sabia eu de sobra (não fora eu próprio, tanta vez, uma tal música, ao escutar o «Credo» da *Missa em Si* de Bach, ou o *largo* do *Quinteto para Clarinete* de Mozart, ou o *adagio* do *Op. 132* de Beethoven, ou o «Adeus» da *Canção da Terra* de Mahler?), mas do Hilário não sabia nada, e recusava-me a saber. Nessa tarde abandonei o Pascoaes, e voltei ao Schönberg.

— Não, Eugénio, «mada daquilo aconteceu, a não ser na minha imaginação...»

Lembrei-lhe uma frase de Keats. Durante o resto da tarde falou-me da sua *Cartilha*, a obra inédita que mais acarinhava.

Levcio-o a casa e demos o último abraço. «Até breve e até sempre.» Até sempre.

Agora Pascoaes está morto. Poderá algum de nós ressuscitá-lo?

Já quase no final das férias, Pascoaes entregou-me os *Últimos Versos*. Ainda nessa altura estava indeciso. Trabalhara no livro durante o mês todo e agora, ao separar-se dele, a indecisão acentuara-se. «Final, talvez o outro livro seja melhor...» Eu estava maravilhado e comovido, porque aquela indecisão, aos 74 anos de idade, depois de ter erguido a nossa poesia a um dos seus cumes, tocava-me profundamente.

No dia seguinte as férias terminavam. Pascoaes chegou à praia primeiro; queria aproveitar bem o último dia de sol. De longe, avistei-o na orla do mar. Procurava, como habitualmente, seixos, com que enchia as algibeiras. Chupava o cigarro e de vez em quando tossia, tossia terrivelmente. Não me senti aproximar e, quando lhe pus a mão no ombro, estremeceu como uma criança a quem tivessem pregado um susto. Depois sorriu largamente, mostrou-me as pedrinhas alvas, quis saber porque é que eu demorara...

Vimos sentar-nos na areia. Eu trazia a *Vida Eetérea*, e a propósito da «Elegia do Amor», quis saber se ela correspondia a qualquer vivência directa. Pascoaes, com uma grande simplicidade e um sorriso infantil, respondeu-me:

AINDA PASCOAES

Dentro dos actuais conceitos de poesia, Pascoaes é, entre todos os nossos grandes poetas, o mais difficil de recuperar, mas eu creio que o esforço vale a pena, embora não seja a sua obra de velhice a mais indicada para começar qualquer recuperação. (Com excepção de *O Empecido*, que sem alguns dos seus solilóquios e tiques mais obsessivos seria um livro superior ao *S. Paulo* ou ao *Duplo Passeio*, cumes da prosa do poeta.) E vale a pena porque há um aspecto em que o seu caso é singularíssimo — de tal modo a sua comunhão com a natureza lhe é intrínseca que o pulsar do seu coração e o do universo chegam a formar um dos mais perfectos acordes da poesia portuguesa. Para tão admirável visão, Pascoaes nem sempre encontra «a palavra que fere e queima», mas nos momentos privilegiados em que os vocábulos da sua alma encontram a límpidez do seu olhar é em nomes como Novalis ou Shelley ou Nerval que somos forçados a pensar.

Como se sabe, Pascoaes esteve largos anos sem escrever versos (a mim falou-me em vinte e cinco, mas por uma ou duas vezes furou a greve...) entregando-se o seu espírito a outras preocupações: edição (de autor!) do que, entre os anos 20 e 30, tinha por Obras Completas (e que tão incompletas ficaram), sujeitando-as uma vez mais a drástica morda; elaboração de biografias de santos e outras sombras da sua afeição em que, ao fim e ao cabo, a principal personagem é o próprio poeta a debater-se com o conflito real da sua vida — o seu «ateísmo religioso» —, conflito que, pela magnificência da visão apocalíptica, atinge no *Duplo Passeio* o seu zénite; alguma prosa doutrinal, embora felizmente muito menos que nos anos polémicos da *Águia* e da «Renascença Portuguesa», que foi sempre nele o mais vulnerável (e quanta dessa prosa não foi justamente o mais celebrado dele, criando-lhe uma aura de «profeta» ou «mentor», imagem que persiste, e continua a afastar muita gente da sua poesia); e por fim a novela, sua derradeira iniciação (*O Empecido*, 1950, *Dois Jornalistas*, 51, *O Anjo e a Bruxa*, 51, *O Senhor Fulano*, 52, a penúltima inédita ainda).

No período que estamos referindo, as incursões de Pascoaes no terreno da poesia são escassas e pouco significativas. Anote-se apenas a reelaboração de *O Pobre Tolo*, em 1930. Restam os *Versos Brancos*, de 50, e os *Últimos Versos*, de 52, inédito ainda o primeiro destes livros, que foram sendo escritos, como as datas mostram, paralelamente às novelas, se esquecermos a prosa, infelizmente doutrinal uma vez mais, de *A Minha Cartilha*, também de 51, por Pascoaes considerada «síntese» do seu pensamento. E temos assim, datadas de apenas três anos, 1950-1952, mas certamente de gestação mais lenta (*O Empecido* há muito já que o «ruminava»), todo o último Pascoaes, pois, tanto quanto sei, os restantes inéditos, que não são muitos, embora indispensáveis para um estudo de certos aspectos da sua biografia exterior (*Cartas a Uma Poetisa e Uma Fábula — O Advogado e o Poeta*), são de época bem distinta.

São obras de velhice, evidentemente, e não faltarão nelas as dissonâncias do desencanto. Mas disso tinha Pascoaes consciência. Na primeira novela publicada chega a dirigir-se ao leitor pedindo-lhe indulgência para os seus primeiros

passos; no que toca aos poemas tardios, conheci-lhe eu bem as perplexidades e as hesitações. Os versos sofrem sem dúvida de *pouca arte* (censura que Pessoa já fazia ao poeta em 1914), mas o que importa nesta poesia é a sua redução ao osso, ou aquele olhar já crepuscular mas ainda pueril sobre a sua mitologia privada, ou ainda o nome derradeiro que daria ao homem novo que cantara durante toda a vida e só conhecera no seu desejo.

Eis, portanto, o poeta mais distante do que nunca daquele «equilíbrio musical» a que também aspirava (e em não poucos versos, é preciso dizê-lo, atingira), mas mais perto do horizonte onde o sujeito e o objecto se fundem, o humano vive na intimidade do animal, o mineral e o vegetal brilham do mesmo esplendor, «à luz dum sol jamais anoitecido». É então que todo o amor da terra pode mergulhar fundo nas belas e terríveis águas maternas.

TUDO É SÓ UM PURO DIZER NO TEMPO

É uma actividade fascinante, esta, a que se entregam algumas almas mais melindrosas.

Toda esta perseverança e diligência, este comércio inocente e magnífico de figurações e símbolos, este ritmo nascido de mãos cheias de memória, talvez seja tão-só uma magia sem segredo, um reverenciar uma divindade de que até já o nome se esqueceu, uma nostalgia de coisas elementares e sem mácula. Talvez... Seja como for, é perturbante que um homem em certas horas, e não das menos sombrias, se empenhe até à alucinação em recriar umas frágeis raízes que o mar deu à costa, pedras de um rosa delicado, folhas onde o oiro da manhã se refugiou, pálpebras ainda com restos de sono. É que nesses azuis debruados a carmim, nesse rumor de longínquos carros de feno, nessas palavras hesitantes entre obediência e rebeldia, o homem aprisionou a luz e a sombra do verão, a fragrância da juventude, os arabescos do vento nas dunas — tudo o que estaria condenado a perecer se

não fora acolhido pelas suas mãos como a terra acolhe a semente. E assim, o aroma das violetas de Safo chegou à nossa varanda; a amada de Dante, «benignamente d'umiltà vestuta», acaba de atravessar a rua; e nunca ninguém saberá se a música que ouvimos na noite é a do alaúde de Dowland ou aquela que Marco António escuta no poema de Cavafy. Dos bisontes de Altamira às Infantas de Velásquez, da *Lettera Amorosa* de Monteverdi ao *adagio* do *Concerto em Sol* de Ravel, das «briosas» flores do navio do almirante Chariño às «conchas, pedrinhas, pedacinhos de ossos» de Pessanha, tudo é só um puro dizer no tempo, uma entrega à luz das imagens primogénitas que nos habitam e obsessionam. É pois uma tarefa delicada a destes alquimistas, delicada e venerável, e, como já disse, fascinante. Além de mãos dóceis e pacientes para trabalhar tão subtil matéria, requiere-se a coragem de que falou Rimbaud: cantar no suplício.

Eu creio que Ângelo é um dos herdeiros dessa rara sabedoria. Muito jovem, natural é que a sua música não tenha ainda subido à coroa das árvores mais altas; mas o que já nos *deu a ver*, essa obsessão vegetal e mineral onde nenhum

rostro espreita, essa veemência lírica que não ignora o rigor, essa teia de linhas e cores onde a alegria cintila, é a anunciação de um pintor de corpo inteiro, coisa não muito frequente entre nós.

POST SCRIPTUM SOBRE A ALEGRIA

Parecerá heresia, mas é a propósito desta pintura tão esplendidamente enraizada no coração do dia, onde ser e conhecer são apenas dois tempos de um só respirar, que me ocorrem palavras de uma liturgia a que é tão alheia: «No teu esplendor e beleza, vem, triunfa e reina.» Ali onde se diz beleza, eu direi alegria, e deixarei o esplendor não só triunfar e reinar, mas inundar terras e céus.

Por este seu lado solar, Ângelo, pois é dele que estamos falando, encontra Bonnard e Matisse no seu caminho, mas entre nós não sei de mais nenhum pintor que saiba falar da alegria de uma maneira tão imediata e limpa, tão segura e discreta, e ao mesmo tempo tão serena. É uma alegria tecida de luz, ou melhor, é como se luz e alegria fossem dois nomes do mesmo único amor.

Louvemos pois a alegria em tempos de tristeza. Ela, com o seu coração ardente de melancolia, é um dos caminhos para o solitário encontro do homem com o seu rosto. Amém.

UMA GRANDE, IMENSA FIDELIDADE

No Alentejo, em fins de julho ou princípios de agosto, o olhar atinge o seu zénite. No horizonte raso e limpo tudo parece pegado à terra: muros, árvores, medas de palha, montes, quando se avistam distantes. Um delírio de luz sobe à cabeça, como a música das cigarras, e faz doer. As coisas todas estalam como romãs maduras, e ficam cheias de brilhos. Mesmo dentro de casa, com portas e janelas trancadas, a luz entra pelas frestas, entorna-se pelas tijoleiras e reflecte-se, tenuamente rosada, na brancura das paredes. No pátio, uma oculta água ergue-se num repuxo exíguo — e é pura delícia. Cheira a barro e a cal, cheira a coentros e a queijo seco. Cheira ao que é da terra e regressa à terra. Um som de guizos, o trote miúdo de uma mula, o grito de uma criança, costumam a distinguir, de tão longe vêm. Neste longo, ardente verão do sul, apenas as cigarras têm modulações amplas. A roda tudo é silêncio e secura. Os próprios homens quase não têm fala, mas os seus olhos queimam como

duas pedras expostas ao sol durante milhares de dias. Só eles afirmam que nem tudo no Alentejo nasce e morre acachapado à terra. Eles, e uns pombos bravos que subitamente rasgam o céu, como quem foge ao áspero, ardido, amargo coração do meu país.

Falei da luz do Alentejo, mas não é ela que verdadeiramente me liga e religa a esta terra: é demasiado ácida, falta-lhe uma doçura última, mediterrânea, que só encontraremos mais ao sul. O que me fascina aqui é uma conquista do espírito sem paralelo no resto do país, numa palavra: um estilo. O melhor do Alentejo é uma liberdade que escolheu a ordem, o equilíbrio. Estas formas puras, sóbrias de linha e cor, que vão da paisagem à arquitectura, da arquitectura ao vestuário, do vestuário ao canto, são a expressão de um espírito terreno cioso de limpidez, capaz da suprema elegância de ser simples. *Povertà* é, talvez, a palavra ajustada a esta estética, alheia ao excesso, ao desmedido, ao espectacular. Ao luxo prefere-se a pobreza; à anarquia, o rigor; à paixão, um concentrado amor. O Alentejo é inimigo do barroco em nome da claridade. Mundo cerrado (quase apetecia escre-

ver: encarcerado), sem dúvida; mas dos seus limites tira o alentejano a sua força. O seu olhar, na impossibilidade de ir mais longe, irá cada vez mais fundo, e o que lhe sai das mãos é o fruto de uma paisagem enxuta, hirta, de uma magreza quase reduzida ao osso. Uma paisagem essencial, de que um homem pode orgulhar-se, quando lhe reflecte o rosto ou a alma.

Fui talvez parar longe, em busca de uns sinais, de uns indícios, que me permitissem entrar na pintura de Armando Alves. É que me parece que se não nasce impunemente no Alentejo, e menos ainda quem um dia se descobre pintor. Que relação há entre a sua pintura e a terra em que acabo de me debruçar? E haverá relação? Eu creio que sim. Mais: creio que Armando Alves se descobriu alentejano ao mesmo tempo que se descobria pintor. O amor à pintura confundiu-se nele com o amor ao Alentejo, acabou por ter um só nome. Tal aliança o conduz naturalmente (ou se preferem: fatalmente), não à flor das coisas mas ao seu perfume penetrante. O Alentejo entra nos seus quadros como à noite entramos em casa: para desvendar uma intimidade. É o amigo, o confidente, o ombro onde apoiar a cabeça. É a sua pena, o seu consolo. É uma

mancira de falar, um gesto só, um segredo impossível de guardar. O pintor pode mudar de cidade, trocar de luz, olhar devagar pontes e águas, aperfeiçoar técnicas, experimentar processos, viajar — o Alentejo continuará ali como grande, imensa fidelidade, porque ninguém pode mudar de coração, e era do coração que estávamos a falar.

É um Alentejo um pouco diferente do meu, menos queimado e nu, visto ou sonhado noutra época, com verdes searas onduladas e uma poeira súbita que às vezes se levanta nos carreiros, quando os pastores ao anoitecer conduzem o gado ao monte. Um Alentejo com sombras azuladas e charcos de água morta, onde o lirismo delgado dos juncos se demora, e a serenidade poisa devagar como as cegonhas nos campanários. Um Alentejo onde uma revoada de pássaros, ou uma fogueira, rompe do piorno e da esteva, deixando atrás uns estalidos breves. Um Alentejo quase plácido, com tonalidades foscas de elegia à memória de alguém que nos abandonou muito cedo. Mas o que não deixa nunca de estar presente, no meu e no seu Alentejo, é aquele horizonte onde o olhar se estende e consome, e a solidão sobe alta como a lua.

ASSIM PODE NASCER A ALEGRIA

Quando o conheci achei-o parecido com uma fotografia que dele havia visto: num jardim onde espreitavam uns magros girassóis, com o primeiro graveto que encontrara a fazer de flauta, tinha qualquer coisa de fauno ou de pícaro. Andava por ali uma malícia a que não faltava puerilidade, num rosto que poderia pertencer ao mundo que T. E. Lawrence exaltou, e um brilho sombrio nos olhos, prenúncio de melancolia. Numa palavra: estávamos em presença de uma natureza sensual, quero dizer, de um artista, isto é, de alguém muito empenhado em afirmar o milagre de estar vivo. Mas só quem conhece a morte sabe amar assim a vida, só um subtil comércio com a solidão pode conduzir ao amor mais estreme que toda a arte afinal é, mesmo quando parece negá-lo.

Se não esqueci o jovem da fotografia foi porque vi ao mesmo tempo alguns desenhos seus, e foram eles que me levaram, com curiosidade não isenta de simpatia, a saber de si. Quando

o José Rodrigues regressou de África encontrámo-nos já não sei onde. O autor dos desenhos estava diante de mim: tosco, calado, perdido. Toda a malícia desaparecera daquele rosto tisonado, que o negro da barba e do cabelo acentuavam — havia só lugar para a melancolia mais feroz. Mais do que nunca conhecia a morte, ou melhor, a morte que sempre conhecera mostrara-lhe a face mais suja, e era insuportável. Outra coisa não era o que os seus novos desenhos afirmavam e a sua escultura ia também acentuando: uma poética articulada no limiar da desesperança, onde o exorcismo não se distinguia de uma aguda consciência da dignidade de ser homem.

Na obra mais sua (já sabemos: deve o que é de dever a Picasso, a Henry Moore, ao diabo...), naquilo que havemos de ter em conta, tudo parece oscilar entre o horror e a alegria de viver. A uma vaga de destroços, onde até a cor e a matéria parecem supliciadas, sucede-se, como se estranhamente se implicassem, o ritmo largo de uns corpos estendidos e abertos como frutos. Num mundo apocalíptico, onde a corrupção dos vivos é ainda mais trágica do que o rosto muti-

lado dos mortos, uma nostalgia de plenitude ergue-se e derrama-se na brancura do papel, como se a violência, a intolerância e a crueldade pudessem abolir-se pela força do desejo. Mas é uma pausa breve, tudo se precipita de novo e até a pobreza dos materiais — plumbagina, terra, cimento, areia — parece participar da catástrofe, como se outra coisa não pedisse aquele horizonte baço e frio, onde até o vento se esquece de passar.

E a quem me pergunte se o homem merece tão doloroso esforço da sombra para ser luz responderei: O homem merece tudo; toda a alegria, toda a beleza, toda a maravilha da terra o homem merece. Pela morte inalienável, pela tristeza sem remédio, a miséria, a solidão, traição ao que mais ama, o exílio na própria pátria, o homem merece tudo, absolutamente

BIBLIOGRAFIA

FONTES

ANDRADE, E. de (1966] 1979⁴), Os Afluentes do Silêncio.
Porto, Inova (4ª ed., Porto, Limiar).

ESTUDOS

- ADAM, J. M. (1977), "Ordre du texte, ordre du discours".
Pratiques 18. 108-111.
- (1978), "La cohésion des séquences de propositions
dans la macro-structure narrative". Langue Française 38. 101-117.
- (1986), "Puisque tu m'aimes un peu... quand même... Orientation argumentative, cohésion et progression du texte". Cahiers de Linguistique Française 7. 285-319.
- (1987), "Textualité et séquentialité. L' exemple de la description". Langue Française 74. 51-72.
- (1988), "Texte et représentation dans les séquences argumentatives et descriptives". Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques 55. Université de Neuchâtel. 71-87.

- ALCOBA, S., J. M. PEREZ-TORNERO (1985), "Titling and journalistic utterance" in H. Parret, H.-G. Ruprecht (eds.), Exigences et Perspectives de la Sémiotique. Recueil d'Hommages pour Algirdas Julien Greimas, vol. 1, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, 397-408.
- ALEXANDRESCU, S. (1976), "Sur les modalités croire et savoir", Langages 43, 19-27.
- ANDRADE, E. de (1979), Rosto Precário, Porto, Limiar.
- ANSCOMBRE, J.-C. (1973), "Même le roi de France est sage", Communications 20, 40-82.
- (1976), "Argumentation et pragmatique intégrée", Recherches Linguistiques 4, 1-12.
- (1980), "Voulez-vous dériver avec moi?", Communications 32, 61-124.
- (1989), "Théorie de l'argumentation, topoi, et structuration discursive", Revue Québécoise de Linguistique, vol. 18, n. 1, 13-56.
- ANSCOMERE, J.-C., O. DUCROT (1978), "Lois logiques et lois argumentatives", Le Français Moderne 46, 347-357.
- (1979), "Lois logiques et lois argumentatives", Le Français Moderne 47, 35-52 (2.ème partie).
- (1983), L'argumentation dans la langue, Bruxelles-Liège, Pierre Mardaga, Editeur.
- (1986), "Argumentativité et informativité" in M. Meyer (ed.), De la Métaphysique à la Rhétorique. Essais à la Mémoire de Chaïm Perelman (...),

Bruxelles, Editions de l' Université de Bruxelles,
79-94.

APOTHELOZ, D. (1984). "Classes-objet et classe météorologique: 2. Réflexions théoriques et perspectives", Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques 47. Université de Neuchâtel. 173-181.

ARRIVE, M. (1973) "Pour une théorie des textes poly-isotopiques", Langages 31, 53-63.

AUSTIN, J.-L. (1962-1970), How to do Things with Words. London, Oxford University Press (Trad. franc. Quand Dire, c'est Faire, Paris, Editions du Seuil, 1970).

BANGE, P. (1983), "Pragmatique et littérature" in Logique, Argumentation, Conversation (Actes du Colloque de Pragmatique, Fribourg, 1981), Berne, Francfort/M., Peter Lang, 167-176.

----- (1989), "Constitution of relationships as a factor in interactive coherence" in W. Heydrich, F. Neubauer, J. S. Petöfi, E. Scher (eds.), Connectivity and Coherence, Analysis of Text and Discourse, Berlin-New York, Walter de Gruyter, 305-323.

BEAUGRANDE, R. de (1980), Text, Discourse and Process (Toward a Multidisciplinary Science of Texts), London, Longman.

BENVENISTE, E. (1966), Problèmes de Linguistique Générale, t. 1, Paris, Gallimard.

----- (1974), Problèmes de Linguistique Générale, t. 2.

Paris. Gallimard.

- BERNARDEZ, E. (1982). Introducción a la Lingüística del Texto. Madrid. Espasa-Calpe S.A.
- BERRENDONNER, A. (1981). Eléments de Pragmatique Linguistique. Paris. Editions de Minuit.
- (1983). "Connecteurs pragmatiques et anaphore". Cahiers de Linguistique Française 5. 215-246.
- BERTINETTO, P. M. (1979). "Can we give a unique definition of the concept 'text'? Reflexions on the status of textlinguistics" in J. S. Petöfi (ed.). Text vs. Sentence. Basic Questions of Textlinguistics. Hamburg. Buske Verlag. 143-246.
- BLACK, M. ((1962] 1982). "Metaphor" in Models and Metaphors. Studies in Language and Philosophy. Ithaca and London. Cornell University Press. 25-47.
- BLANCHE-BENVENISTE, C., A. CHERVEL (1966). "Recherches sur le syntagme substantif" in Cahiers de Lexicologie, vol. IX-2. 3-37.
- BOREL, M.-J. (1981). "L'explication dans l'argumentation: approche sémiologique". Langue Française 50. 20-38.
- (1982). "Le raisonnement non-formel. un cadre de réflexion". Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques 41. Université de Neuchâtel. 29-63.
- (1983). "Sur l'activité du raisonnement". Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques 44. Université de Neuchâtel. 1-26.

- (1987), "Discours descriptif et référence", Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques 53, Université de Neuchâtel, 77-89.
- BOREL, M.-J., G. VIGNAUX (1971), "Stratégies discursives et aspects logiques de l'argumentation", Langue Française 12, 68-82.
- BOSREDON, B. (1987), "Si dire c'est faire, reprendre c'est raire quoi?", Langue Française 73, 76-90.
- BRONCKART, J.-P. (1987), "Interactions, discours, significations", Langue Française 74, 29-50.
- BRONCKART, J.-P. et al. (1985), Le Fonctionnement des Discours. Un Modèle Psychologique et une Méthode d'Analyse, Neuchâtel-Paris, Delachaux et Niestlé, Editeurs.
- CHARAULEAU, P. (1968), Langage et Discours. Eléments de Sémio-linguistique. (Théorie et Pratique), Paris, Hachette.
- CHAROLLES, M. (1978), "Introduction aux problèmes de la cohérence textuelle", Langue Française 38, 7-41.
- (1985), "Text connectivity, text coherence and text interpretation processing" in E. Sözer (ed.), Text Connectivity, Text Coherence, (Papers in Textlinguistics 48), Hamburg, H. Buske Verlag, 1-15.
- (1986), "Le problème de la cohérence dans les études françaises sur le discours durant la période 1965-1975" in M. Charolles, J.S. Petöfi, E. Sözer (eds.), Research in Text Theory and Text

- Coherence. (Papers in Textlinguistics 53). Hamburg, H. Buske Verlag, 3-60.
- (1987). "Contraintes pesant sur la constitution de chaînes de référence comportant un nom propre". Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques 50, Université de Neuchâtel, 29-55.
- (1988). "Les plans d'organisation textuelle: périodes, chaînes, portées et séquences". Pratiques 57, 3-13.
- CHISS, J.-L., J. FILLIOLET (1987). "La typologie des discours". Langue Française 74, 3-9.
- COELHO, E. P. (1972). "Eugénio de Andrade: corpo e palavra" in O Reino Flutuante. Lisboa, Edições 70, 201-207.
- COMBETTES, B. (1978). "Thématisation et progression thématique dans les récits d'enfants". Langue Française 38, 74-86.
- (1984). Four une Grammaire Textuelle. (La Progression Thématique). Bruxelles-Paris, De Boeck-Duculot.
- (1985^a). "Cohérence et connexité thématique dans le discours" in M. Charolles, J.S. Fatou, E. Sözer (eds.), Research in Text Theory and Text Coherence. A Survey. (Papers in Textlinguistics 53). Hamburg, H. Buske Verlag, 101-124.
- (1985^b). "Introduction et reprise des éléments d'un texte". Pratiques 49, 69-84.
- COQUET, J.-C. (1976). "Les modalités du discours". Langages

43. 64-70.

- CORBLIN, F. (1983), "Défini et démonstratif dans la reprise immédiate". Le Français Moderne 51. 118-133.
- (1985), "Remarques sur la notion d' anaphore". Revue Québécoise de Linguistique, vol. 15. n. 1. 173-196.
- (1987). Indéfini. Défini et Démonstratif. (Constructions Linguistiques de la Référence). Genève-Paris. Librairie Droz.
- CULIOLI, A. (1973), "Sur quelques contradictions en linguistique". Communications 20. 83-91.
- (1978 ^a), "Valeurs aspectuelles et opérations énonciatives - L' aoristique" in La Notion d' Aspect. Centre d' Analyse Syntaxique de l' Université de Metz, 181-193.
- (1978 ^b), "Valeurs modales et opérations énonciatives". Le Français Moderne 46. 300-317.
- (1981). "Sur le concept de notion". Bulletin de Linguistique Appliquée et Générale 8. Université de Besançon, 62-79.
- (1983), "A propos de quelque" in S. Fisher, J. J. Franckel (eds.), Linguistique. Énonciation. Aspects et Détermination. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. 21-29.
- (1984). "En guise d' introduction" in A. Grésillon, J. L. Lebrave (dir.), La Langue au Ras du Texte. Presses Universitaires de Lille, 9-12.

- DANON-BOILEAU, L. (1987). Énonciation et Référence. Paris, Ophrys.
- LESCLÈS, J. P. (1978). "Description de quelques opérations énonciatives" in J. David, R. Martin (eds.), Modèles Logiques et Niveaux d'Analyse Linguistique. Centre d'Analyse Syntaxique de l'Université de Metz, 1978. Paris, Klincksieck, 218-242.
- (1978). "Représentation formelle de quelques déictiques français". Programme Interdisciplinaire de Traitement Formel et Automatique des Langues et du Langage 12. Département de Recherches Linguistiques, Université de Paris VII.
- DIJK, T. A. van (1978). "Formal semantics of metaphorical discourse". Poetica 4, 172-198.
- (1977-1984). Text and Context, Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse. London, Longman. (Trad. esp. Texto y Contexto, Semántica y Pragmática del Discurso, Madrid, Catedra, 1980, 2^a ed. 1984).
- (1978-1983). Tekstwetenschap. Een Interdisciplinaire Inleiding. met Spectrum B. V. (Trad. esp. La Ciencia del Texto. Un Enfoque Interdisciplinario, Barcelona, Ediciones Paidós, 1983).
- DIJK, T. A. van, W. KINTSCH (1978). "Comment on se rappelle et on résume des histoires". Langages 40, 29-116.
- (1978). "Cognitive psychology and discourse: recalling and summarizing stories" in W. U.

- Dressler (ed.), Current Trends in Textlinguistics, Berlin-New York, Walter de Gruyter, 61-80.
- DUARTE, I. S. (1985). "A topicalização, na estratégia sintáctica da organização textual" (Comunicação ao Colóquio "Teoria do Texto" de Évora).
- DUCROT, O. ([1972] 1980²), Dire et ne pas Dire. Principes de Sémantique Linguistique, Paris, Hermann.
- (1980^a), "Analyses Pragmatiques", Communications 32, 11-60.
- (1980^b), Les Echelles Argumentatives, Paris, Les Editions de Minuit.
- (1984), Le Dire et le Dit, Paris, Les Editions de Minuit.
- (1987), "Sémantique et vérité: un deuxième type de rencontre", Recherches Linguistiques de Vincennes 16, 53-63.
- (1990), Polifonia y Argumentación. Conferencias del Seminario "Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso", Universidad del Valle-Cali, 1988.
- DUCROT, O. et al. (1980), Les Mots du Discours, Paris, Les Editions de Minuit.
- EBEL, M. (1982), "L' ancrage du raisonnement", Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques 41, Université de Neuchâtel, 65-85.
- EBEL, M., P. FIALA (1981), "La situation d' énonciation

- dans les pratiques argumentatives", Langue Française 50. 53-74.
- ENKVIST, N. E. (1989). "Connexity, interpretability, universes of discourse, and text worlds" in S. Allén (ed.), Possible Worlds in Humanities, Arts and Sciences, Berlin-New York, Walter de Gruyter, 162-186.
- FIALA, P. (1986). "Polyphonie et stabilisation de la référence: l'altérité dans le texte politique", Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques 50, Université de Neuchâtel, 15-46.
- FISHER, S., J. J. FRANCKEL (eds.) (1983), Linguistique, Énonciation, Aspects et Détermination, Paris, Editions de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- FONAGY, I. (1989). "The metaphor: a research instrument" in J. S. Petőfi (ed.), Comprehension of Literary Discourse, Berlin-New York, Walter de Gruyter, 111-130.
- FORNEL, M. de (1982). "Rythme et pragmatique du discours: l'écriture poétique", Langue Française 56, 63-88.
- FRANCKEL, J.-J. (1989), Étude de quelques marqueurs aspectuels du français, Genève, Librairie Droz S.A.
- GALMICHE, M. (1983). "Les ambiguïtés référentielles ou les pièges de la référence", Langue Française 57, 60-85.
- GENETTE, G. (1972), Figures III, Paris, Seuil.

- GRABSKI, M. (1981). "Quotations as indexicals and demonstratives" in H.-J. Eikmeyer, H. Rieser (eds.), Words, Worlds and Contexts. Berlin-New York, Walter de Gruyter, 151-167.
- GRAESSER, A. C., J. MID, K. K. MILLIS (1989). "Metaphors in persuasive communication" in J. S. Petöfi (ed.), Comprehension of Literary Discourse. Berlin-New York, Walter de Gruyter, 131-154.
- GRANGER, G. (1982) "A quoi servent les noms propres?". Langages 66, 20-36.
- GREIMAS, A. J. (1966). Sémantique Structurale. Paris, Larousse.
- GREIMAS, A. J., J. COURTES (1979). Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris, Hachette.
- GRICE, H. P. (1975-1979). "Logic and Conversation" in P. Cole, J. L. Morgan (eds.), Syntax and Semantics, vol. III, Speech Acts. London, Academic Press, 41-58. (Trad. franc. "Logique et conversation", Communications 30, 1979, 57-72).
- GRIZE, J.-B. (1973). "Logique et discours pratique", Communications 20, 92-100.
- (1974). "Logique et organisation du discours" in J. David, R. Martin (eds.), Modèles Logiques et Niveaux d'Analyse Linguistique. Centre d'Analyse Syntaxique de l'Université de Metz, 1976. Paris, Klincksieck, 95-99.

- HEYDRICH, W. (1988). "Things in space and time" in J. S. Petőfi (ed.), Text and Discourse Constitution, Berlin-New York, Walter de Gruyter, 377-419.
- JAKOBSON, R. (1963). Essais de Linguistique Générale, t. 1, Paris, Les Editions de Minuit.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980). L'Énonciation. De la Subjectivité dans le Langage, Paris, Armand Colin.
- (1982). "Le texte littéraire: non-référence, auto-référence, ou référence fictionnelle?". Texte 1 (Toronto), 27-49.
- (1986). L'implicite, Paris, Armand Colin.
- KESIK, M. (1989). La Cataphore, Paris, P.U.F.
- KLEIBER, G. (1983). "Les démonstratifs (se montrent-ils? Sur le sens référentiel des adjectifs et pronoms démonstratifs". Le Français Moderne 51 (2), 99-117.
- (1984). "Pour une pragmatique de la métaphore: la métaphore, un acte de dénotation prédicative indirecte" in Recherches en Pragma-sémantique, 123-163.
- MOHLER-CHESNY, J. (1992). "Les bornes du discours et l'espace des inférences". Travaux du Centre de Recherches Sémio-logiques 41, Université de Neuchâtel, 87-104.
- KRIPKE, S. (1972-1982). "Naming and Necessity" in D. Davidson, G. Harman (eds.), Semantics of Natural Language, Dordrecht/Boston, D. Reidel Publishing

- in 21 Ensaïos sobre Eugénio de Andrade. Porto, Inova, 29-62.
- ([1974] 1987), Tempo e Poesia. Lisboa, Relógio d'Água.
- LYONS, J. (1977). Semantics. Cambridge, University Press.
- MAILLARD, M. (1972), "Anaphores et cataphores", Communications 19, 93-104.
- (1974), "Essai de typologie des substituts diaphoriques", Langue Française 21, 55-71.
- MAINGUENEAU, D. (1976), Initiation aux Méthodes de l'Analyse du Discours, Paris, Hachette.
- (1986), Éléments de Linguistique pour le Texte Littéraire, Paris, Bordas.
- MARANDIN, J.-M. (1986), "Ce est un autre: l'interprétation anaphorique du syntagme démonstratif", Langages 81, 75-90.
- MARTIN, R. (1982), "De la sémantique à la pragmatique: théorie et illustrations", Actes du XVI^e Congrès International de Linguística i Filologia Romàniques (Palma de Mallorca, 1980), tom I, Editorial Moll, Catedra "Ramon Llull" de la Universitat de Barcelona i de l'Estudi General de Palma de Mallorca, 93-106.
- (1988), Pour une Logique du Sens, Paris, P.U.F.
- (1985), "Argumentation et sémantique de mondes possibles", Revue Internationale de Philosophie 155, 302-321.

- (1987). Langage et Croissance. Les "Univers de Croissance" dans la Théorie Sémantique. Bruxelles. Pierre Mardaga Editeur.
- MATEUS, M. H. M. et al. ([1983], 1989²). Gramática da Língua Portuguesa. Coimbra. Almedina. (2^a ed.: Lisboa, Caminho).
- MEYER, M. (ed.) (1986). De la Métaphysique à la Rhétorique. Essais à la Mémoire de Chaïm Perelman, avec un inédit sur la logique (rassemblés par Michel Meyer), Bruxelles. Editions de l' Université de Bruxelles.
- MIEVILLE, D. (1984). "Classes-objet et classe méréologique: 1. Méréologie et schématisation". Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques 47. Université de Neuchâtel, 147-171.
- MILNER, J.-C. (1976). "Réflexions sur la référence". Langue Française 30, 68-73.
- (1982). Ordres et Raisons de Langue. Paris. Editions du Seuil.
- MOESCHLER, J. (1981^a). Dire et Contredire. Pragmatique de la Négation et Acte de Réfutation dans la Conversation. Berne. Peter Lang.
- (1981^b). "Discours polémique, réfutation et résolution des séquences conversationnelles". Etudes de Linguistique Appliquée 44, 40-69.
- (1985). Argumentation et Conversation. Eléments pour une analyse pragmatique du discours. Paris.

Hatier-Crédif.

- (1986). "Pragmatique conversationnelle: aspects théoriques, descriptifs et didactiques", Etudes de Linguistique Appliquée 61, 40-49.
- MOIRAND, S. (1975). "Le rôle anaphorique de la nominalisation dans la presse écrite", Langue Française 28, 60-78.
- MOLINO, J. (1982). "Le nom propre dans la langue", Langages 66, 5-20.
- MOLINO, J., F. SOUBLIN, J. TAMINE (1979). "Présentation: problèmes de la métaphore", Langages 54, 5-40.
- NEF, F. (1976). "'De dicto', 'de re', formule de Barcan et sémantique des mondes possibles", Langages 43, 28-38.
- (1980). "Note pour une pragmatique textuelle. Macro-actes indirects et dérivation rétroactive", Communications 62, 183-189.
- (1983). "Conspectus de sémantique intensionnelle", Histoire, Epistémologie, Langage, t.5, fasc. 2, 7-18.
- NEVES, N. T. ([1971] s/d). "Os afluentes do silêncio" in 21 Ensaios sobre Eugénio de Andrade, Porto, Inova, 399-408.
- OPITZ, L. S. (1984). L'Identité du Texte. Introduction à une analyse du titre, de l'article et de l'image dans la presse périodique portugaise. Thèse de Doctorat de 3^e cycle, Université de Nancy II.

- (1985). "Sobre uma geometria textual" (Comunicação ao Colóquio "Teoria do Texto" de Évora).
- PARIENTE, J.-C. (1982). "Le nom propre et la prédication dans les langues naturelles". Langages 66. 37-66.
- PARKER, J. (1985). "Teoria do texto e texto poético: coesão, coerência e informatividade num poema de Mauro Mota" (Comunicação apresentada no Colóquio "Teoria do Texto" de Évora).
- PARRET, H. (1976). "La pragmatique des modalités". Langages 43. 47-63.
- PATTE, D. (1985). "Modalités éthiques: une nouvelle catégorie modale" in H. Parret, H.-G. Ruprecht (eds.). Exigences et Perspectives de la Sémiotique. Recueil d'Homages pour Algirdas Julien Greimas, vol. 1, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, 265-272.
- PEGUENAT, C. (1983). "Quelques remarques sur les conclusions non formelles: analyse d'un cas. Contribution à l'étude du raisonnement naturel". Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques 44. Université de Neuchâtel. c/1-c/49.
- PETITJEAN, A. (1987) "Les faits divers: polyphonie énonciative et hétérogénéité textuelle". Langue Française 74. 73-96.
- PIMENTA, A. (1978). O Silêncio dos Poetas. Lisboa. Regra do Jogo.
- PORTINE, H. (1981). "Un récit dans l'argumentation". Langue

vue Française 50, 75-90.

- POTTIER, B. (1978). "Sur la formulation des modalités en linguistique". Langages 43, 39-46.
- (1985). "Un mal-aimé de la sémiotique: le devenir" in H. Parret, H.-G. Rupprecht (eds.), Exigences et Perspectives de la Sémiotique. Recueil d'Homages pour Algirdas Julien Greimas, vol. I. John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, 499-504.
- (1987). Théorie et Analyse en Linguistique. Paris. Hachette.
- RASTIER, F. (1987). Sémantique Interprétative. Paris. P.U.F.
- REBOUL, O. (1986). "La figure et l'argument" in M. Meyer (ed.), De la Métaphysique à la Rhétorique. Essais à la Mémoire de Chaim Perelman (avec un inédit sur la logique). Bruxelles. Editions de l'Université de Bruxelles, 175-187.
- RECANATI, F. (1979^a). "Insinuation et sous-entendu". Communications 30, 38-106.
- (1979^b). "Le développement de la pragmatique". Langue Française 42, 6-20.
- (1981). Les Énoncés Performatifs. Paris. Editions de Minuit.
- (1983). "La sémantique des noms propres: remarques sur la notion de désignateur rigide". Langue Française 57, 106-118.

- REICHLER-BEGUELIN, M.-J. (1988). "Anaphore, cataphore et mémoire discursive". Pratiques 57, 15-43.
- RIVAROLA, S. (1977). "Predicacion metaforica y discurso simbolico". Lexis, vol. 1, n. 1. 51-89.
- RÓCHA, L. de M. ([1971] s/d). "Dez notas afluentes à poesia de Eugénio de Andrade". in 21 Ensaaios sobre Eugénio de Andrade. Porto. Inova. 351-368.
- ROULET, E. (1980). "Modalité et illocution. 'Pouvoir' et 'devoir' dans les actes de permission et de requête". Communications 38. 216-239.
- ROULET, E. et al. (1985, 1987²). L' Articulation du Discours en Français Contemporain. Berne. Peter Lang.
- SCHMIDT, S. J. (1973-1978). Texttheorie. Probleme einer Linguistik der Sprachlichen Kommunikation. Wilhelm Fink Verlag München. (Trad. esp. Teoria del texto. Madrid. Catedra. 1978).
- SCHOLZ, D. R. (1988) "Some issues in the theory of metaphor" in J. S. Petöfi (ed.). Text and Discourse Constitution. Berlin-New York. Walter de Gruyter. 269-282.
- SEARLE, J. R. (1969). Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language. Cambridge. University Press.
- (1979). Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts. Cambridge. University Press.
- SILVA, V. M. de A. ([1967] 1983⁵). Teoria da Literatura. Coimbra. Almedina.

- SIMONIN-GRUMBACH, J. (1975), "Pour une typologie des discours" in J. Kristeva et al., Langue, Discours, Société, Pour Emile Benveniste, Paris, Seuil, 85-121.
- SLAKTA, D. (1975), "L'ordre du texte", Etudes de Linguistique Appliquée 19, 30-41.
- SOUSA, J. R. de ([1971] s/d), "Os Afluentes do Silêncio" in 21 Ensaio sobre Eugénio de Andrade, Porto, Inova, 191-198.
- TODOROV, T. (1968), Poétique, Paris, Seuil.
- (1975), "La notion de littérature" in J. Kristeva et al., Langue, Discours, Société, Pour Emile Benveniste, Paris, Seuil, 352-364.
- VELDE, R. G. van de (1989), "Man, verbal text, inferencing and coherence" in W. Heydrich, F. Neubauer, J. S. Petöfi, E. Sözer (eds.), Connexity and Coherence, Analysis of Text and Discourse, Berlin-New York, Walter de Gruyter, 174-217.
- VIGNAUX, G. (1973), "Le discours argumenté écrit", Communications 20, 101-159.
- (1976), L'Argumentation, Essai d'une Logique Discursive, Genève, Librairie Droz S. A.
- WARNING, R. (1979), "Pour une pragmatique du discours fictionnel", Poétique 39, 321-337.
- WOLSER, C. (1982), "'La modalité du point de vue', un point de vue sur le raisonnement", Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques 41, Université de Neu-

châtel, 105-127.

VERGES, P., D. APOTHELOZ, D. MIEVILLE (1987), "Cet obscur objet du discours: opérations discursives et représentations sociales", Cahiers Vilfredo Pareto, Revue Européenne des Sciences Sociales, t. XXV-1987, n. 77, 209-224.

XAVIER, M. F. (1989), "Gramática Generativa - um projecto de investigação em linguística", Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas 3, 77-110.



ÍNDICE

Em jeito de prefácio	1
Introdução	2
1. Literariedade e comunicação	17
2. Para uma caracterização da comunicação literária e escrita	34
3. Da pertinência da enunciação metafórica	55
4. Questões de análise textual	71
4.1. Anáfora linguística e discursiva	76
4.2. Identidade e referência; construção do objecto discursivo	84
4.3. Progressão temática e informacional	95
4.4. Argumentação	101
4.5. Relação entre títulos e textos	108

5. Análise textual	111
5.1. Contextualização dos núcleos metafóricos ...	115
5.1.1. <u>Camões e as altas torres</u>	116
5.1.2. <u>Sobre Camilo</u>	135
5.1.3. <u>Sobre o Orpheu</u>	142
5.2. Valorização dos núcleos metafóricos	148
Conclusão	160
Anexos	164
Bibliografia	193
Índice	216